

Paulo Roberto Martins Ferreira

# Luanim

Peças

interventivas na realidade

Universidade Federal do Pará  
Belém-2000

Paulo Roberto Martins Ferreira  
Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

**PAULO ROBERTO MARTINS FERREIRA**

**LUAMIM : PEÇAS INTERVENTIVAS NA REALIDADE**



**Universidade Federal do Pará**  
**Curso de Mestrado em Serviço Social**  
**Belém-2000**

Paulo Roberto Martins Ferreira

Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

Paulo Roberto Martins Ferreira

Luamim: peças interventivas na realidade. Paulo Roberto Martins Ferreira. Belém. Curso de Mestrado em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. 2000.

Orientadora: Profª Drª Heliana Baía Evelin Soria / – Universidade Federal do Pará. Curso de Mestrado em Serviço Social.

Palavras-chave: técnicas da comunicação e da arte; peças interventivas; Serviço Social

Paulo Roberto Martins Ferreira  
Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

**PAULO ROBERTO MARTINS FERREIRA**

**LUAMIM : PEÇAS INTERVENTIVAS NA REALIDADE**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, na área Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Cidadania, pelo Curso de Mestrado em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal do Pará, sob orientação da professora, doutora Heliana Baía Evelin Soria.

Belém-Pará  
2000

## **AGRADECIMENTOS**

**A Heliana Baía Evelin Soria, Lena Vânia Pinheiro Ribeiro e Olgaíses Cabral Maués** que indicaram a rota quando o rio parecia torto e o desaguar no mar, distante.

**A Carlos Edilson de Almeida Maneschy e Yúri Santiago,**  
que nos guarniciaram com mantimentos e utensílios para a viagem

**A Murilo Souza de Melo,**  
que sonhou comigo, quando o caminho era apenas chão

**AUTOR: PAULO ROBERTO MARTINS FERREIRA**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:**

**LUAMIM : PEÇAS INTERVENTIVAS NA REALIDADE**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dra. Heliana Baia Evelin Soria – orientadora (UFPA)

---

Dra. Olgaíses Cabral Maués – examinadora (UFPA)

---

Dra. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro – examinadora (UFRJ)

CONCEITO: \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_ LOCAL \_\_\_\_\_

**Universidade Federal do Pará  
Belém-2000**

## RESUMO

A experiência com exposições de arte itinerantes, oficinas e cursos em centros comunitários e escolas da Amazônia leva um poeta a uma reflexão sobre a inclusão das técnicas da comunicação e da arte no desenvolvimento de trabalhos sociais com crianças e adolescentes pobres, em situação de risco pessoal e social e à criação de um novo conceito nas práticas de intervenção: o conceito de peças interventivas, como novas ferramentas, associadas às ferramentas próprias do Serviço Social, que contribuem para um processo contínuo de transformação social, através do resgate da dignidade humana associada à luta pela garantia de direitos sociais e cidadania e da ação comunicativa na sociedade.

Palavras-chave: técnicas da comunicação e da arte; peças interventivas; Serviço Social

## ABSTRACT

The experience with itinerant art exhibitions, shops and courses in community centers and schools of *Amazônia* takes a poet to a reflection on the inclusion of the techniques of the communication and art in the development of social works with poor children and adolescents, in situation of personal and social risk and to the creation of a new concept in the intervention practices: the concept of active parts, as new tools, associated to the own tools of the Social Work, that they contribute to a continuous process of social transformation, through the ransom of the human dignity associated to the fight by the warranty of social rights and citizenship and of the talkative action in the society.

Keywords: techniques of the communication and art; active parts; Social Work

## **Lista de siglas**

ACERTAR-Cooperativa de Aplicações Inteligentes  
BANESPA-Banco do Estado de São Paulo  
CGT-Central Geral dos Trabalhadores  
CLT-Consolidação das Leis do Trabalho  
CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito  
CVRD-Companhia Vale do Rio Doce  
FUNDEF- Fundo Nacional de Educação  
FUNPAPA-Fundação Papa João XXIII  
FEBEM-Fundação do Bem-Estar do Menor  
FMI-Fundo Monetário Internacional  
IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
JICA-Japan International Cooperation Agency  
LBA-Legião Brasileira de Assistência  
LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC-Ministério da Educação e Cultura  
MNMMR-Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua  
ONU-Organização das Nações Unidas  
PDI-Plano de Desenvolvimento e Integração  
PDA-Plano de Desenvolvimento da Amazônia  
PND-Plano Nacional de Desenvolvimento  
PIB-Produto Interno Bruto  
PIN-Plano de Integração Nacional  
PNAD-Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar  
PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNE-Plano Nacional de Educação  
PSEDC-Plano Setorial de Educação  
PRN-Partido da Renovação Nacional  
PDS-Partido Democrático Socialista  
PDN-Plano de Desenvolvimento Nacional  
PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PTB-Partido Trabalhista Brasileiro  
PDT-Partido Democrático Trabalhista



Paulo Roberto Martins Ferreira

Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

SEDUC-Secretaria de Estado da Educação

UNE-União Nacional dos Estudantes

UBES-União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP-Universidade de São Paulo

UNB-Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO....9

#### I. COMUNICAÇÃO E ESTADO....18

1. A Rede Globo e o Estado Brasileiro de 64 aos nossos dias....20
2. O Brasil que o Brasil não viu pela TV após o golpe militar....22
3. Arte e comunicação como instrumentos alternativos de expressão e de luta....25
4. A censura, a propaganda política e os movimentos sociais....27
5. Os Planos de Desenvolvimento para Amazônia ....30
6. A década de 80 – Campanha pelas “Diretas” e o crescimento dos movimentos sociais populares....31
7. A “abertura” política, as propostas populares e a Constituição “Cidadã”....35
8. A Nova República....36

#### II. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO NEOLIBERAL - UMA ANÁLISE DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDARIA....38

#### III. PLANOS DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL PARA A AMAZÔNIA....43

1. O Pará sob e após o golpe....44
2. A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação....47
3. Os caminhos da Educação....50
  - 3.1. A educação infantil....50
  - 3.2. O ensino fundamental....51
  - 3.3. O ensino médio....52
  - 3.4. A educação superior....53
  - 3.5. A educação de jovens e adultos....54
  - 3.6. A Educação Indígena....55

#### IV. A TÉCNICA MODERNA....57

#### V. O PROJETO LUAMIM E AS TÉCNICAS DA COMUNICAÇÃO E DA ARTE COMO INSTRUMENTOS ALTERNATIVOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL....63

1. Pesquisa em Campo....64
2. Metodologia....69
3. Peças Interventivas na realidade....71
  - 3.1. A performance Teatral....71
  - 3.2. A literatura....71
    - 3.2.1. Leitura social e política do livro “ Luamim, un anjo urbano”....72
  - 3.3. A Exposição de Obras de Arte....76
  - 3.4. Oficinas de instrumentalização....77
    - 3.4.1. Música – Ritmos amazônicos....79
    - 3.4.2. Cerâmica....81
    - 3.4.3. Pintura – Estamparia em Tecidos....83
    - 3.4.4. Vídeo Popular....84

3.4.5. Informática....	<b>85</b>
4.Análise da experiência em campo....	<b>87</b>
VI.TOMADA DO ESPAÇO ATRAVÉS DE UMA AÇÃO COMUNICATIVA E INTERVENTIVA NA SOCIEDADE....	<b>91</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS....	<b>119</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....	<b>105</b>
BIBLIOGRAFIACONSULTADA....	<b>106</b>
ANEXOS	
1. Objetivos e metas do projeto Luamim....	<b>110</b>
2. metas do projeto Luamim....	<b>111</b>
3. Cria-Centro Referencial de informação....	<b>113</b>
4. Modelos de Formulário de Pesquisa....	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

“Luamim, um anjo urbano”, o livro (FERREIRA,1991), inspirou a criação de obras de arte de variados autores, de variadas áreas artísticas, com uma reflexão primordial: a criança pobre no contexto latino-americano. O projeto Luamim, criado em 1992, surge portanto, logo após a publicação do livro, desenvolvendo uma proposta de produção coletiva de obras de arte que compõem a “Exposição Itinerante Luamim” e com a realização de oficinas de produção artística e de comunicação social relacionadas à problemática de crianças e adolescentes viventes nas ruas.

Os objetivos principais do projeto Luamim<sup>1</sup> são a **sensibilização, conscientização e instrumentalização** para a construção de cidadania e reflexão crítica sobre a realidade. A mobilização social se desenvolve através do trabalho social em oficinas sócio-educativas, onde os participantes, após o domínio dos conhecimentos adquiridos, encontram outras formas de expressão, outras saídas para suas potencialidades expressivas individuais e sociais, com a proposta de um novo olhar sobre o tema de populações marginalizadas, em especial de crianças e adolescentes vítimas de exclusão social e humana, cuja reivindicação legal se dá através da conscientização sobre os direitos básicos previstos na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A experiência da produção coletiva, engajada à causa social, resultou em um trabalho eminentemente criativo, longe da concepção comercial, que vê a produção

---

<sup>1</sup> Luamim, o filho da lua, designação para menino na rua, ou, o filho da lua minguante, da lua magra; o pequeno, minguado, explorado; síntese do termo lua minha. Minguar, no dizer de André Kisil (Linguagem Viva, 1991, pag.3) significa “descer ao chão e perceber”. Segundo Edmir Perrotti luamim “um exercício criador que resgata, do interior da tragédia a dignidade desses seres abandonados, projetando-os na esfera iluminada da poesia (Revista Nova Escola, 1992, pag.40).

artística como um produto totalmente artificial, sem a dimensão política em sua criação e apresentação. O projeto Luamim surge também com uma proposta de integração, iniciada na inter-relação entre as categorias artísticas (escultura, fotografia, literatura, vídeo e música, 1ª fase) e intra-oficinas (teatro, música, pintura, cerâmica, vídeo e fotografia artesanal, 2ª fase), com extensão destes conhecimentos a membros de comunidades carentes. Desta forma, o projeto assume também, definitivamente, a sua vocação de articulação social, engajada a interesses de cidadãos localizados em variadas frentes de ação (lideranças comunitárias, jovens e adolescentes, educadores e trabalhadores sociais).

A primeira experiência do projeto com oficinas, em 1992, em 30 centros comunitários e associações do bairro do Guamá, chamou-nos a atenção para a dificuldade desses agentes sociais no acesso aos instrumentos da Comunicação e da Arte e para a importância desse instrumental na melhoria da comunicação interna e externa e das atividades sociais. Foi gratificante, na finalização do trabalho, compartilhar da satisfação de desvendar o “mistério” da fotografia e do vídeo, por exemplo. Ao mesmo tempo, acompanhar a utilização desses conhecimentos teórico-práticos associados à melhoria no desenvolvimento de trabalhos sociais comunitários, como ferramentas necessárias à uma melhor intervenção social na garantia de direitos e de luta pela cidadania. Naquele momento, ainda não tínhamos noção da dimensão interventiva do projeto.

A segunda experiência, em 1993, em 6 Escolas Públicas Estaduais de áreas periféricas (Convênio 113-93/SEDUC), culminando com aprovação e adoção do livro pelo projeto “Sala de Leitura”, do MEC, reforçou o caráter educacional do projeto na reflexão e no debate em torno da questão das crianças que vivem nas ruas. Através de uma prática ludo-pedagógica – tendo o livro como eixo didático - a experiência levou em consideração aspectos do cotidiano dos participantes, seus interesses, modo de vida, sua realidade social e a expressão dessa realidade através de meios artísticos e da comunicação a partir da interpretação de sua realidade e da realidade

de crianças sem proteção, por crianças que têm acesso à educação, à moradia, a um seio familiar, porém negados outros direitos.

Nesta experiência verificou-se que crianças e adolescentes que gozam de poucos espaços culturais e artísticos não desenvolvem a contento suas potencialidades, e que as disciplinas destinadas a preencher essa lacuna nas escolas reduzem-se a atividades ligadas a programações comemorativas, sem a valorização necessária do saber artístico como atividades de estudo, prática e pesquisa. A nosso ver, o que está em jogo, antes de todas as deficiências notadas na sociedade, é a negação de espaços para a diversidade de expressões políticas, sociais e culturais, tanto nos espaços que se supõe destinados à elaboração, quanto nos destinados à promoção e divulgação. Desde salas-de-aula mais distantes, a programações culturais de massa e emissoras de rádio e televisão.

Diante desta problemática, o projeto Luamim procurou contribuir para a formação de **atores sociais**, categoria criada por Max Weber, para designar “ indivíduos perfeitamente conscientes de suas potencialidades intelecto-crítica e culturais, e de sua capacidade de intervenção na ordem social <sup>2</sup> .

A tônica do projeto é reabrir vias obstruídas por estruturas sócio-políticas e econômicas opressoras, para manifestação do ser humano em suas mais variadas potencialidades expressivas e ao mesmo tempo pesquisar as diferentes formas de comunicação e articulação de indivíduos e entidades sociais populares nessas estruturas.

Uma das constatações na experiência do projeto junto a visitantes da Exposição Itinerante nas Escolas, reveste-se de surpresa e curiosidade: o tema da violência contra as crianças nas ruas era algo corriqueiro, fazia parte do dia-a-dia daquelas crianças através dos aparelhos de televisão, mas ali, tão perto, retratada pelas obras de arte, transformava-se numa forma peculiar de comunicação,

---

<sup>2</sup> WEBER, Max. Ensaio de Sociologia, J. Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

chamando-as para uma tomada de posição, uma posição política diante da questão, possibilitada pela relação direta com os produtores culturais.

Pela televisão, estas pessoas não sentiam-se diretamente responsáveis pelo problema, mas alí, a mesma realidade sendo retratada de forma peculiar, diferente, criativa, chamava-os mais diretamente à sensibilidade, despertando o interesse, o voluntariado e a disposição para a ação interventiva nessa realidade. Os trabalhos em grupo promoveram o espírito de coletividade em atividades práticas e informações técnicas – de produção artística e comunicação social - para o movimento e comunicação do homem na sociedade.

No caso de participantes já engajados em causas sociais (lideranças comunitárias, educadores e assistentes sociais), essas informações apresentam-se como ferramentas indispensáveis na instrumentalização do trabalho social; no registro, documentação ou denúncia de uma dada realidade, na formação de grupos sociais de discussão e produção, na mobilização interna da comunidade, na criação de meios alternativos de comunicação, informação e expressão sociais, e na inserção dessas ferramentas nas metodologias de intervenção social, cujas técnicas resultam em tecnologias, recursos instrumentais e procedimentos que se geram num movimento dialético e contínuo, em constante transformação.

O teor crítico do poema que deu origem ao projeto coloca-nos diante da realidade conflituosa da criança que vive nas ruas de uma cidade grande, desprovida dos mesmos direitos básicos negados à crianças pobres no interior da Amazônia brasileira: direito à educação, à moradia, à nutrição, à saúde, à profissionalização, à cultura, ao esporte e ao lazer; porém com um agravante: a submersão em um mundo muito mais opressor e muito mais ameaçador à vida.

A criança do interior ainda goza do mínimo de dignidade. Nestes lugares ainda sobrevivem as culturas indígenas e caboclas, onde o respeito aos valores humanos e às raízes culturais – baseados geralmente em um modo de vida mais comunitário, tranquilo - ainda prevalecem. Um modo de vida onde há maior participação de uma

pessoa na vida da outra, onde as tarefas e seus resultados produtivos ainda revertem para pequenos grupos sociais ou até mesmo para todo o povoado. Um dos problemas é o choque cultural que muitas vezes sofrem estes pequenos vilarejos, comunidades, culturas, com a chegada de um desenvolvimento comercial e tecnológico que começa a afunilar as oportunidades de participação desses cidadãos nos produtos econômicos e sociais gerados.

O fato é que a negação destes direitos, ou o atendimento dos mesmos de forma desqualificada, impulsiona as crianças pobres do interior para os grandes centros urbanos em busca de melhores oportunidades, sob a ilusão do tão decantado “progresso”. Vale ressaltar que o progresso pessoal na sociedade capitalista é sinônimo de escolaridade, profissionalização e poder aquisitivo -liberdade econômica - para o acesso aos produtos ofertados pela grande indústria.

O sentido de coletividade em todos os processos da vida em comunidade, no plano cultural, social e político é o verdadeiro motor na perspectiva de uma **ação consciente** e participativa, onde a inclusão do instrumental técnico da comunicação e da arte pode melhorar qualitativamente as práticas interventivas, atualizando-as com os equipamentos tecno-operativos da comunicação surgidos com o advento da era da globalização, das novas tecnologias da informação e, por consequência, das novas demandas sociais.

Estas demandas nos colocam diante de um mundo violento, onde violados são os direitos da maioria dos cidadãos que se posicionam à margem de um centro articulado, gerador/produtor de bens materiais e de consumo, e serviços de informação e cultura. Senão, vejamos:

*“A burguesia, por meio do rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção e dos meios de comunicação enormemente facilitados, transformou até mesmo a nação mais bárbara em civilizada. Em uma palavra, a burguesia cria o mundo à sua imagem” (Marx e Engels, 1848)*



*“...a necessidade de expandir constantemente o mercado para os seus produtos leva a burguesia a se espalhar por todo o globo. Ela deve se instalar por toda a parte, estabelecer conexão com todo o lugar” ( PETRAS apud COGGIOLA, 1998: 243)*

*“ A globalização é um processo no qual a vida social nas sociedades é cada vez mais afetada por influências internacionais com origem em praticamente tudo, de laços políticos e de comércio exterior à música, estilos de vestir e meios de comunicação de massa comuns a vários países (...). Na economia globalizada as empresas transnacionais operam simultaneamente em muitos países diferentes e exploram em vantagem própria as variações nas condições locais” (JOHNSON, 1997: 117).*

Estas posições conferem aos recursos da comunicação e da arte certo grau de importância no modelo de vida de qualquer cidadão e no processo de articulação das representações sociais comunitárias com os meios de comunicação e de produção, processo este que pode ser facilitado através do empenho sócio-educativo do profissional de Serviço Social, junto a profissionais das mais variadas profissões sociais, em uma ação interdisciplinar, onde este trabalhador social poderá apropriar-se de variadas técnicas/conhecimentos que ainda não foram absorvidos como ferramentas dentro de sua profissão.

Luamim é um projeto interdisciplinar, envolvendo as áreas da Comunicação, Arte-educação e Serviço Social. A reflexão e a instrumentalização social se dá a partir do que chamaremos inicialmente de **peças interventivas**<sup>3</sup>. que são: a performance, o livro didático, a música, a pintura, a cerâmica, o vídeo, a fotografia e a informática. Estas **peças** separadas individualmente ou articuladas em módulos práticos podem ser incluídas como recursos utilizáveis no projeto de intervenção do trabalhador social,

---

<sup>3</sup> Peça: s.f. 1.parte ou pedaço de um todo indiviso. 2. Cada uma das partes ou elementos de um conjunto, de um mecanismo, de uma coleção. 3. Qualquer objeto que forma uma unidade completa; exemplar. 4. Acessório; (...) 10. Documento que faz parte do processo ( in Novo Dicionário AURÉLIO, da Língua Portuguesa, 1986). Peça interventiva portanto, seria uma parte da unidade, o documento, a parte que falta no processo, na coleção de instrumentos utilizados na intervenção social ante às novas exigências sociais e comunicacionais.

podendo ser complementadas ou simplificadas, dependendo do nível da intervenção, do interesse, dos recursos disponibilizados, sem que se perca, no entanto, a idéia de unidade, formada com os instrumentos interventivos próprios do Serviço Social. A nosso ver, atualizada. O projeto Luamim tem como peça-chave do processo sócio-pedagógico o livro **“Luamim, um anjo urbano”**, utilizado como livro didático nas aulas, como essa inclusão, fortalece, forceja a prática deste trabalhador, para uma ação mais efetiva e instrumento de debates e de reflexão sobre infância e adolescência pobres, a situação de violação humana e de direitos em que se encontram crianças nas ruas.

Nessa reflexão-ação, absorvemos e registramos também estórias e lendas extraídas da cultura popular, a história real, o debate sobre a situação da mulher na sociedade, a crise na família, o homem frente às reais oportunidades sociais, o bairro, sua estrutura político-administrativa, a arte, a cultura e organização da comunidade.

A face de profissionalização do projeto Luamim aparece na medida em que disponibiliza para a sociedade e especialmente para a clientela formada por crianças, e adolescentes, vagas em oficinas de introdução à linguagem artística e à comunicação, e posteriormente, nos cursos de formação técnica para aprofundamento dos conhecimentos iniciados nas oficinas. O objetivo dessas oficinas e cursos, além do objetivo primeiro, de sensibilização através do lúdico, é a integração e inserção social e econômica; possibilitar a essa clientela fontes alternativas de comunicação, expressão para luta por direitos sociais e individuais

Na sociedade do espetáculo e da artificialização da vida, os espaços destinados a autênticas manifestações populares – culturais e artísticas – são extremamente reduzidos. Nas últimas décadas, a comunidade científica e político-educacional vem debatendo e discutindo a importância da inclusão do cultural nas práticas educativas, como uma forma de aproximação onde o ser humano não é apenas um depósito de conhecimento, uma tecla surda na operação computadorizada

ou um varredor solitário de tapetes de um grande salão, mas um ente que tem fala, história, valores e expressão, que tem, acima de tudo, voz no processo de comunicação com a sociedade.

A abertura para uma abordagem do homem no sentido social mais amplo e não apenas como sujeito de espaços marginalizados nos parece extremamente atual. Um ser político que se reconheça na cidade, vivencie o funcionamento da engrenagem social, econômica e política e nela busque sua expressão.

Primeiramente iremos ver, no capítulo I, “Comunicação e Estado”, a relação entre meios de comunicação e regimes políticos de 1964 aos dias atuais. A história política do país a partir do golpe militar, da criação da Rede Globo e a história dos movimentos sociais na contestação do regime, veiculada por meios alternativos de comunicação, bem como a importância da arte e da comunicação no processo de transformação social do país. No capítulo II, analisaremos as políticas sociais no transformação social do país. No capítulo II, analisaremos as políticas sociais no Estado Neoliberal, a partir do programa “Comunidade Solidária”.

No capítulo III, “Planos de Educação para o Brasil e para a Amazônia”, veremos o a educação no Pará sob e após o golpe militar, através dos Planos de Desenvolvimento para a Amazônia, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os caminhos apontados pelo Plano Nacional de Educação de 1997. No capítulo IV, “A Técnica Moderna”, analisamos os conceitos de técnica, segundo Martin Heidegger, de ação comunicativa, segundo Jürgen Habermas e de pedagogia da liberdade, segundo Paulo Freire e a relação desses conceitos com a experiência do projeto Luamim..

No capítulo V, “O projeto Luamim e as técnicas da comunicação e da arte como instrumentos de intervenção social”, apresentamos o conceito de peças interventivas, que são: a performance, a literatura, a exposição de obras de arte: escultura, fotografia; a música, a cerâmica, o vídeo popular, a informática; oficinas de instrumentalização e cursos de formação, como instrumentos disponíveis para o trabalhador social. E, finalmente, no capítulo VI, “A tomada do espaço através da ação

interventiva e comunicativa na sociedade”, analisamos a experiência em campo do projeto Luamim, realizada nas comunidade Flora Amazônia, Parque Amazônia e Área da Liberdade, na cidade de Belém, Pará, onde propomos a tomada de espaços políticos e sociais, através da ação comunicativa e interventiva na realidade, ação esta diligenciada pelos recursos da arte e da comunicação, associadas às atividades próprias do Serviço Social .

## I-COMUNICAÇÃO E ESTADO

Quando ainda não existia a televisão, os mais eficientes aparelhos ideológicos do Estado eram a religião e a família. Na Idade Média, o controle da educação dos cidadãos do mundo ocidentais era exercido, sobretudo, pela Igreja Católica, como extensão do domínio das grandes propriedades e da servidão do homem, em perfeito acordo com senhorios e reinados, onde a prática da *vassalagem* era algo intrínseco na cultura. Impregnava todas as formas de relação social da época, sendo alvo de prêmios econômicos e meritórios.

Hoje esta prática se aprimorou, ganhou proporções internacionais e com o desenvolvimento da cultura capitalista transmutou-se em outro nome: *especulação*. A figura do especulador não causa espanto a ninguém. Ao contrário, é sinônimo de habilidade, inteligência, competência, inclusive para comandar as finanças nacionais, sem parecer escândalo. Esta especulação, de dimensão internacional, tem a ingerência de interesses estrangeiros na política nacional e vem de longa data.

Com o desenvolvimento tecnológico dos veículos de comunicação, e especialmente os de massa, a televisão é o meio mais potente, influenciador do modo de ser e de pensar da maioria da população. Ela invade cotidianamente lares e similares, influencia o modo de pensar, a opinião, o comportamento de milhares de pessoas e, em consonância com as elites políticas e econômicas escolhe o assunto do dia, a despeito dos reais interesses dos cidadãos. E quando a realidade da massa pauperizada é retratada é sempre sob a estética do grotesco e do patético, numa espécie de vulgarização da cultura. Com um conteúdo absolutamente suspeitável estes meios deflagram um mundo violento, uma luta constante pelo poder através da guerra, em miniaturas bélicas e personagens andróides desprovidos de afetividade

4 .

---

<sup>4</sup> SODRÉ, Muniz. A Comunicação do Grotesco, Cortez, São Paulo, 1984; p. 38. Segundo Sodré, o grotesco é a categoria estética mais apropriada para a apreensão “desse ethos escatológico da cultura de massa

Numa pretensa linguagem futurista os desenhos animados destinados ao público infanto-juvenil encenam “brincadeiras” corriqueiras de seres poderosos, cujas réplicas podem ser encontradas perfeitamente, mais tarde, nos telejornais. Trata-se da mimetização de um mundo onde a crueldade merece destaque, onde a liberdade (econômica) aparece, geralmente, associada à morbidez de chacinas urbanas e guerras nucleares. É a cultura ostensiva da guerra e da alienação. Estas programações promovem um entretenimento “educativo” com o objetivo de formar os futuros consumidores desta ideologia. A manipulação da informação sempre foi uma questão central na manutenção de um poder. Foi assim com a Igreja Católica, que durante séculos ocultou a versão verdadeira da história. Foi assim com os regimes opressores, através de seus sistemas de informações, e é assim com a maioria dos veículos de comunicação de massa, que conta a história que quer contar, com os atores que quiser montar, enquanto outros personagens e fatos históricos ficam, dia-a-dia, à margem, como por exemplo a ação de movimentos sociais e culturais, a opinião de determinados intelectuais, produtores científicos e artistas que não estão inseridos num formato visual e linguístico agradável, palatável, consumível de acordo com os padrões estabelecidos pelos ordenadores da audiência.

E esse estilo baseia-se em uma estética que na verdade não absorve as nuances culturais de cada região, não absorve em forma nem em conteúdo, e não contribui para a reflexão e o pensamento crítico sobre a realidade destes cidadãos, dos cidadãos pauperizados econômico-socialmente. Em um país com o número extenso de miseráveis, formado por indivíduos sem capacidade de intervenção ou inserção na ordem social e econômica, ou no mínimo, de se comunicar com essa ordem, o conhecimento de antecedentes históricos, a nosso ver, é extremamente importante, numa sociedade que sobrevive, basicamente através do **marketing**, da veiculação compulsiva, portanto, de formas, padrões, linguagens visuais e gráficas alienantes.

---

nacional”. (...) o fabuloso, o aberrante, o macabro, o demente – enfim, tudo o que à primeira vista se localiza numa ordem inacessível à “normalidade” humana – encaixam-se na estrutura do grotesco.

Nesse contexto, manifestações como o pagode do Rio de Janeiro e o axé, da Bahia (que teve sua origem nos trios elétricos) são rapidamente maquiados de produto, transformados em *hits* nacionais e convidados a navegar na nave da Xuxa<sup>5</sup>, nave pra lugar nenhum, congelada, novelo de neve em terras tropicais, degelo cultural, fábrica mediocrizante, espetacularização do ridículo. É a chamada indústria cultural num País rico, com alto índice de exclusão social<sup>6</sup>.

E é nesse contexto também que a publicidade de um regime político pode tornar-se enganosa, resultado de jogos de marketing, ilusões de ótica, que tentam mostrar um Brasil equilibrado, austero, *ligth* pela televisão, e quando saímos às ruas, nos deparamos com a fome, indivíduos sem rumo pelas ruas, o desemprego, o abandono de crianças, adolescentes e idosos, excluídos de programas sociais eficientes.

## 1. A REDE GLOBO E O ESTADO BRASILEIRO DE 64 AOS NOSSOS DIAS

Inicialmente, convém esclarecer que a televisão brasileira funciona sob regime de concessão de canais, instrumento que dá ao governo grande poder de ingerência na programação das emissoras: *“Num período marcado pelo autoritarismo dos governos pós-64, essas concessões tornaram-se uma forma de controle da televisão – e dos conteúdos emitidos – por pessoas de confiança política no poder, satélites e planetas do sistema de dominação”* (CAPARELLI, 1980:21).

Logo após a inauguração de sua primeira estação, o canal 4 no Rio, em abril

---

<sup>5</sup> Maria das Graças Meneguel, apresentadora de programa infantil “Xuxa Park”, da Rede Globo. 4. Segundo o Datafolha, 63% da população brasileira é de excluídos, dividida entre pobres (15%); despossuídos (23%) e miseráveis (24%). O miserável típico tem uma renda mensal de R\$131 e são 25 milhões. Um brasileiro médio da elite, que integra os 7% que estão no topo da pirâmide, ganha 12 vezes mais do que isso, em média. (Folha de São Paulo, Mapa da Exclusão, 1998).

<sup>6</sup> Os tópicos 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 deste capítulo foram elaborados a partir de minuciosa pesquisa em duas fontes principais: Atlas Histórico. Isto é, Brasil 500 anos, São Paulo, 1998 e Revista Teoria e Debate. Encarte Especial “64 Nunca Mais”, São Paulo, N.º 24, 1994.

de 1965, a Rede Globo foi marcada por um clima de obscuridade e tempestuosidade: o governador Carlos Lacerda, envia ao Ministério da Justiça, uma representação contra Roberto Marinho, por *“violação da Constituição Federal em permitir, mediante acordo, que o grupo estrangeiro Time-Life mantenha veículo de opinião.”*

Em 1966, o deputado João Calmon, ligado aos Diários Associados e à pioneira rede de televisão do Brasil, a rede Tupi, pede uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as denúncias de Lacerda, cujo relator, deputado Djalma Marinho, conclui que os contratos entre a TV Globo e o grupo Time-Life feriam o Artigo 160 da Constituição (anterior à promulgada em 1988). O deputado afirmou, com base no artigo que *“uma empresa estrangeira não poderia participar da orientação intelectual e administrativa da sociedade concessionária de canal de televisão”*

No surgidouro da Globo, o Brasil entrava na fase de internacionalização do seu mercado interno, reflexo da nova ordem econômica que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial, que objetivava a integração das economias nacionais com o capitalismo monopolista internacional, onde os conglomerados e as multinacionais passavam a explorar os mercados dos países subdesenvolvidos. A TV surge nesse cenário como *“brinquedo de elite”*, pois custava três vezes mais que a mais cara radiola da época. Até 1959, a expansão das tevês se limitava ao eixo Rio - São Paulo.

Nos anos 60, com o acelerado crescimento da população urbana e a implantação, ainda no governo de Juscelino Kubitscheck, de um modelo de desenvolvimento baseado na indústria de bens de consumo duráveis, que se dispunha a modernizar o país, a privilegiada minoria possuidora de aparelhos de televisão, já somava 700 mil. Mas a expansão da indústria de bens de consumo duráveis, principalmente de luxo, precisava de um agente para levar suas mensagens a novos mercados. Em 1965, os televisores já eram respeitáveis promotores de venda em potencial.

Dentro de um modo racional capitalista de produção, a Globo bateu



o oligopólio da Tupi, criado na era do populismo por Chateaubriand. Enquanto as outras TVs copiavam as idéias de programas da TV americana, a Globo importou não somente os programas, como também os próprios padrões de administração, de produção e programação da TV norte-americana. Assim a Globo toma a preferência do público em relação às outras emissoras (Tupi, Record e Excelsior), entrando com duas armas: as telenovelas e as programações popularescas com clara função mercadológica. Foi a Rede Globo a principal responsável pela estética do grotesco, que liderou a audiência de tevê entre 68 e 72, no período do *boom* econômico-financeiro.

No final dos anos 60, a Globo começa a formar seu público básico: assalariados de base, migrantes, trabalhadores independentes e favelados. As classes C e D começam a interessar à empresa de televisão. Ao adotar o modelo norte-americano de ligações contratuais com emissoras independentes ( as afiliadas nos outros Estados ), amplia sua rede de operações e em 1969 lança o Jornal Nacional, primeiro programa a ser transmitido simultaneamente para todo o país, atingindo mais de 90% dos lares com aparelhos receptores em todo o Brasil e as outras redes não têm condições de lhe fazer concorrência.

Quando passa a adotar o chamado “padrão global de qualidade”, o perfil de seus anunciantes mostra o retrato econômico do país: entre seus dez maiores anunciantes, apenas um, o Banespa, era nacional. Por estas e outras razões é que a imagem do País que se viu após 1964, no período mais negro do regime militar nas telas da televisão, estava longe de ser a imagem do Brasil real.

## **2. O BRASIL QUE O BRASIL NÃO VIU PELA TV – 1964 A 1974 - A REPRESSÃO E OS MANIFESTOS ARTÍSTICOS E POPULARES**

Naquele 01 de abril de 1964 o povo brasileiro amanheceu sob a ameaça das baionetas. Instalava-se a ditadura militar, derrubando um projeto de reformas de cunho crescentemente popular. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais,

apoiado por outros militares, lê um Manifesto à Nação afim de assegurar a legalidade ameaçada pelo presidente da República, acusando João Goulart, o Jango, de subverter a legalidade, a disciplina e a hierarquia militares.

A ditadura apoiou seu discurso no combate à subversão “e à corrupção”, justificando-se como **ação preventiva** ante a um “*plano comunista de conquista do poder*”, assumindo os lemas dos EUA na Guerra Fria: defesa do mundo livre, da civilização ocidental e cristã, e do anticomunismo. Costa e Silva se autoneomeia ministro da Guerra e cria o que chamou de Comando Revolucionário. João Goulart recusa a renúncia ou uma guinada à direita (fechar a UNE e o CGT) e exila-se no Uruguai, mas em pouco tempo é formalmente derrubado.

A União Nacional dos Estudantes-UNE e a União Brasileiras dos Estudantes Secundaristas-UBES têm suas sedes saqueadas e incendiadas. A repressão à intelectualidade é intensa. As Faculdades de Filosofia da UFRJ e USP são metralhadas. São demitidos centenas de professores universitários, entre eles o arquiteto Oscar Niemeyer, o sociólogo Josué de Castro, o economista Celso Furtado, os educadores Anísio Teixeira e Paulo Freire, este autor da pedagogia libertária

O Ato Institucional N° 1 baixado pelo auto-denominado Comando Revolucionário, chama o Congresso a eleger em 48 horas o novo presidente da República, desta vez com poderes muito ampliados, entre eles, os de autorizar a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos. Castelo Branco é eleito presidente da República em 11 de abril e começa a onda de repressão.

A repressão, iniciada com a chamada **Operação Limpeza**, resultou na prisão de milhares de pessoas, torturas e mortes. Até maio, os cassados chegam a 441, entre eles Juscelino Kubitchek, João Goulart e Jânio Quadros, 55 congressistas, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, diplomatas, militares, sindicalistas e intelectuais. 2.985 funcionários civis e 2.757 militares são demitidos, e formada uma lista de 5 mil inimigos do governo, incluindo políticos de esquerda, pesquisadores, intelectuais e artistas.

Em 18 de outubro de 65 a Universidade de Brasília é invadida pela PM, perdendo 210 professores. Samuel Wainer se exila. 1.500 jornalistas são demitidos. Herivelto Martins, Mário Lago, Jorge Goulart, Wanda Lacerda, Dias Gomes, Nora Ney, Oduvaldo Viana, Paulo Gracindo e Jorge Veiga são alguns dos artistas perseguidos.

O Ato Institucional nº. 2, que torna indireta a eleição presidencial, extingue todos os partidos, retoma as cassações e suspensões de direitos políticos, alargando ainda mais os poderes do presidente. O AI 3, de 66, fixa o calendário eleitoral e elimina as eleições diretas para governador. Em 7 de dezembro do mesmo ano, o AI-4 convoca extraordinariamente o Congresso para homologar em 33 dias a nova Carta Constituinte, cujo texto final, incorporando às inovações autoritárias dos atos institucionais, é votado e promulgado em 67.

O general Costa e Silva tem o nome homologado no Congresso em 3/10/66 e toma posse na presidência da República em 15 de março de 67. Seu ministério reflete o crescente monopólio militar, embora seu governo prometa o diálogo, uma política de alívio e uma leitura liberal da Constituição de 67.

Mas o assassinato do estudante Édson Luis em 68 leva os protestos populares ao auge. Manifestações se sucedem em todo o País. O movimento de massas, principalmente estudantil, assume o desafio aberto à ditadura. No Rio, estudantes, intelectuais e artistas organizados em torno de Helio Pellegrino e Vladimir Palmeira ocupam as ruas. Em São Paulo, Zé Dirceu lidera comícios relâmpagos. Ruth Escobar, Aristides Lobo, Helena Silveira, Lígia Fagundes, Rocha Barros e outros intelectuais, artistas e jornalistas organizam um **Comitê contra a censura e a repressão** e se juntam ao movimento estudantil.

Em 20 de junho do mesmo ano policiais militares investem contra uma manifestação de estudantes e invadem a Universidade Federal do Rio de Janeiro à caça de lideranças, deixando dezenas de mortos e feridos, e centenas de presos no campo do Botafogo. Este episódio ficou conhecido como a Sexta-feira Sangrenta. Dia 26 de junho, artistas e intelectuais convocam e realizam junto com os estudantes a passeata

dos 100 mil, em resposta à Sexta-feira Sangrenta. No dia 29 de agosto a UnB é invadida por dezenas de agentes da Polícia Federal e centenas de soldados da PM com o objetivo de prender líderes estudantis.

O Ato Institucional nº. 5 é a resposta do governo e do sistema, no mesmo dia. Sai de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional assinado por Costa e Silva e seus ministros. Permite ao presidente: 1- fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais. 2- cassar mandatos legislativos e executivos, federais, estaduais e municipais. 3 – suspender direitos políticos. 4- demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários civis e militares. 5- demitir ou remover juizes. 6- decretar estado de sítio sem as restrições ou condicionantes da Constituição. 7- confiscar bens para punir a corrupção. 8- legislar por decreto, baixar atos institucionais ou complementares.

Todos esses Atos Institucionais, aliados à uma Constituição anacrônica ameaçaram e violaram durante décadas os direitos sociais e políticos da população brasileira. A televisão, durante este período abafou parte da história do País. A consciência sobre essa situação foi se formando, a partir de iniciativas de movimentos populares de base e de cidadãos mais arrojados, influenciados por uma noção mais ampla de direitos. Este quadro só começa a mudar ou ser reparado a partir da década de 80, com o aquecimento de movimentos sociais, a campanhas pelas Diretas em 85, a inscrição de reivindicações da sociedade civil em leis (Constituição de 1988), pressão popular e interesses de parte da classe política de mudar os rumos do País.

### **3. ARTE E COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTOS ALTERNATIVOS DE EXPRESSÃO E DE LUTA**

Neste período, a produção intelectual e artística esteve apoiando as lutas sociais, construindo discursos baseados nos valores da paz, do amor, liberdade, igualdade, fraternidade, combatendo desigualdades sociais, étnicas, a discriminação e o preconceito contra minorias sociais, defendendo direitos sociais, a exploração

adequada dos recursos minerais e vejetais, a redistribuição de renda, a liberdade individual e política.

O tema da ditadura (momento marcante da negação ou violação destes direitos) invadiu teatros, roteiros de cinema, performances, instalações, a pintura e a música popular, chamando a atenção da sociedade, contribuindo para a formação política, a educação, a conscientização, reflexão crítica e sensibilização sobre estes temas, reafirmando a arte e comunicação, como instrumentais indispensáveis nos processos de formação e transformação social.

Um exemplo da união entre comunicação, arte e contestação política é o Pif-Paf. Fundado por Millôr Fernandes em 1964, foi o primeiro jornal alternativo desta natureza, após a instalação do regime no Brasil. O segundo foi o Pasquim. Tinham em comum o humor, a ironia e a contestação do autoritarismo.

Para Caparelli <sup>7</sup>, alternativo indica “ *uma relação com o outro, um **alter** que chama a si os que se desviam de um caminho inicial. (...) esses jornais foram fundados para que se tivesse um veículo que comentasse acontecimentos sócio-político-econômicos do país, que os jornais consagrados e empresariais não comentam, ou, quando o fazem, obedecem a ideologia dominante*”.

Os acontecimentos sócio-político-econômicos transformaram-se no principal objeto da imprensa alternativa. Por outro lado, praticamente desprezados: No teatro, “O Rei da Vela” (Teatro Oficina, São Paulo, dirigido por José Celso Martinez) “Roda Viva” (Teatro Galpão, Rio de Janeiro) e “Morte e Vida Severina” (Tuca, São Paulo); Na música, o LP “Tropicália ou Panis at Circensis” promove um movimento de reconceituação artística. Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Gilberto Gil se exilam. A estratégia popularesca da televisão, de clara função mercadológica, tem

---

<sup>7</sup> CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa, Cortez Editora, São Paulo, p. 44. No Pará, atualmente, o jornal que mais se assemelha às características do jornal alternativo é o Jornal Pessoal, do jornalista Lúcio Flávio Pinto, por 1-associar a crítica social e política ao humor, neste caso, através chérges de Luiz Pinto. 2- pela sua pequena estrutura administrativo-financeira. 3-Pelo espírito contestatório do jornal.

início após 67, com os programas Chacrinha, Raul Longras, J. Silvestre, Dercy Gonçalves, Silvio Santos, entre outros, inseridos, na estética do **grotesco**, estilo que *“por seus efeitos expressivos de distanciamento com relação ao objeto temático, era a categoria estética apropriada para tratar tecnologicamente do arcaico”*<sup>8</sup>.

#### 4. A CENSURA, A PROPAGANDA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na década de 70, o Brasil registra o surgimento de um grande número de movimentos sociais de classe (sindicais, urbanos e rurais), com caráter de classe (moradia, bens de consumo coletivo, infra-estrutura urbana, saúde, transporte, educação) e específicos (movimentos feministas, ecológicos, negros, homossexuais). Os movimentos sociais populares, na década de 70 eram lutas isoladas, tinham o apoio de facções da esquerda e de setores liberais que lutavam contra o regime militar<sup>9</sup>.

A vigência do AI-5 dura 10 anos (até 78) e caracteriza-se pelo completo arbítrio e fase propriamente ditatorial do regime militar. O fundamento ideológico da repressão é a doutrina da segurança nacional. Em seus 10 anos de vigência o AI-5a sufocou a efervescência cultural pela repressão e a censura, proibiu a publicação de 200 livros, 450 peças teatrais e mais de 500 filmes.

**O Projeto Brasil: Nunca Mais**, iniciativa da Arquidiocese de S. Paulo, registra 13.752 indiciados em inquéritos com base na Lei de Segurança Nacional-LSN, dos quais 7.367 são levados ao banco dos réus, um número incalculável passa pela prisão sem registro formal e as detenções em operações-arrastão, corriqueiras podem chegar a 10.000 em um só dia. 1.997 dos indiciados na Lei de Segurança Nacional denunciaram a tortura. Os desaparecidos políticos (presos torturados até a morte ou executados),

---

<sup>8</sup> SODRÉ, Muniz. O Monopólio da Fala. Vozes, Petrópolis, RJ, 1989, p. 104. “ (...) para conquistar a audiência popular das grandes cidades, a televisão brasileira, capitaneada pela TV Globo, passou a acionar o lado arcaico da vida nacional, representado pela permanência de aspectos simbólicos interioranos na esfera urbana tecnologizada”.

<sup>9</sup> GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia, Edições Loyola, 1994, p.76

incluem todo o espectro político-ideológico e social das oposições. São 125 desaparecidos, 60 deles na Guerrilha do Araguaia, fora os “suicidados”, “atropelados ao tentarem a fuga” e os mortos em passeatas, na repressão a greves e lutas no campo.

Caparelli <sup>10</sup>, ao constatar elevação considerável do número de concessões (de 33 canais entre 1950 a 1964 a 112 canais entre 1964 a 1979), ou seja, em pleno período da ditadura, revela:

*“...a doutrina de Segurança Nacional, comparada com a regulamentação e códigos de telecomunicações, mecanismos de censura e de propaganda política intensiva através da televisão, revela o labirinto intricado onde o fluxo da Segurança Nacional se cristalizou nessas mesmas leis, decretos, censura, ameaças, prisões ou propaganda política explícita. E, por extensão, por onde a coalizão dominante azeitou as peças de seu poder”.*

A Rede Globo, que durante este período manteve como célula-mãe o jornal carioca *O Globo*, teve em seu proprietário, Roberto Marinho, a fiel defesa do regime militar. Não à toa, a rede que nasceu com o Jornal Nacional, formou um verdadeiro império das comunicações à época de sua criação até 72, inaugurando quatro emissoras de televisão (RJ, SP, MG, ?), 10 emissoras de rádio AM e 1 FM. Nos anos 70 a Globo suplantou a Rede Tupi, vista com suspeição pelo regime.

A década de 70 é marcada pela militarização do governo Médici (70 a 74), que permite e encoberta a ação repressiva, atingindo seu auge, empregando torturas e assassinatos políticos e, ao mesmo tempo, intensificando a propaganda oficial, sob a meta do “Brasil Potência”, amparada nos números do chamado “milagre brasileiro” <sup>11</sup>,

---

<sup>10</sup> CAPARELLI, Sérgio. Op. Cit. p. 21

<sup>11</sup> Fase de excepcional crescimento econômico (68-73), onde a indústria automobilística é o carro chefe. Em 6 anos de “milagre”, o PIB cresce 88,4% e o PIB per capita 60, 8%. O estoque de capital estrangeiro no país passa de US\$ 1,2 bilhão em 60 para US\$ 3,2 bilhões em 70 e 17,5 bilhões em 80. No entanto a dívida externa cresce 272,8%, de US\$3,4 bilhões para 12,6 bilhões (IstoÉ, BRASIL 500 anos, Atlas Histórico, 1998).

o bicampeonato mundial do futebol brasileiro e o sesquicentenário da Independência, cuja propaganda ufanista atinge seu pico com *slogans* do tipo **“Ninguém segura este País”** e **“Brasil, ame-o ou deixe-o”**.

A censura à imprensa proíbe *“a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceitos de raça ou classe”* e veda aos cassados a manifestação sobre temas políticos, enquanto a Lei de Segurança Nacional prevê ampla gama de crimes de imprensa, julgados em foro militar. O AI-5, em seu artigo 9 permite ao presidente a censura prévia dos meios de comunicação. A censura prévia atinge a Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil, a revista Veja e em especial o Estado de São Paulo e o imprensa, julgados em foro militar. O AI-5, em seu artigo 9 permite ao presidente a censura prévia dos meios de comunicação.

A censura prévia atinge a Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil, a revista Veja e em especial o Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde. De 73 a 75, são 1.136 proibições. Casado com a repressão e a propaganda ufanista, no plano político, o “milagre”, ajuda a criar uma aparente aceitação do regime. Mas a morte do jornalista Vladimir Herzog em 75 acirra os conflitos dentro do regime e entre o regime e a opinião pública cada vez mais opositora. As reuniões nacionais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), têm importante papel na fase do regime militar, por politizar professores, intelectuais e cientistas, à medida em que se fecham outros canais de expressão.

Vimos portanto, como a comunicação e seus instrumentos interferiram na vida política do país neste período, em alguns momentos reforçando um regime opressor, a partir de interesses construídos na história e no espaço onde essas relações se protagonizaram, em outros, a partir de 1985, abrindo caminhos, rumos, novos canais para a expressão sócio-política em movimento de mudança, mudança esta forçada, é verdade, pela reivindicação ostensiva de direitos, articulados em instrumentos de lutas, mediados por uma prática comunicativa entre as classes.



A arte, por sua vez, associada a manifestações públicas, protestos, transformou-se também em instrumento de expressão cultural criativa, inovadora, engajada a causas sociais, a revoluções estéticas, de Macunaíma à Tropicália, mostrou a verdadeira cara do Brasil, do brasileiro, um personagem com história, sociedade, corpo e pensamento. Com necessidade de melhor capacitação para a guerra social e ideológica que presenciamos dia-a-dia e pouco ou nada fazemos para transformar essa realidade.

É neste sentido que achamos importante este apanhado histórico, para azeitar a memória, para formar consciência sobre a importância desses instrumentos para a melhoria da vida dos cidadãos. Chamar atenção para a necessidade de preparação para o enfrentamento de questões sociais não muito otimistas, para situações de abandono, de violação de direitos, de agressão à raça humana. Regimes totalitários que, diga-se, conforme a própria história mostra, souberam muito bem usar estes recursos. Por outro lado, como os meios de produção da informação enriqueceram, tornaram-se tecnologicamente poderosos, mais competitivos, e, portanto, mais eficazes como recursos, muitas vezes perigosos, quando estão à serviço de reduzidas elites sociais sem a crítica da comunidade.

## 5. OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA DA DÉCADA DE 70

É neste período também que, sob o slogan “**integrar para não entregar**”, o governo Médici lança o PIN-Plano de Integração Nacional, cujo maior símbolo é a rodovia Transamazônica, aliado a planos de colonização e à instalação de Grandes Projetos Agropecuários Amazônicos. Na década de 70 a Amazônia assiste a uma intensa especulação fundiária com forte incentivo oficial para alinhamento da política interna e externa com os EUA.

O projeto JARI, envolvendo um complexo agropecuário (gado, madeira, arroz) e industrial (celulose), instalado na divisa PA-AP, é uma das primeiras iniciativas

apoiadas no domínio absoluto do capital estrangeiro, isenção de imposto de renda e de importação. O multimilionário Daniel Ludwig (uma das seis maiores fortunas dos EUA à época) implanta-o, a convite de Roberto Campos, numa área de 60 mil km<sup>2</sup> (Fonte:INCRA).

Ao assumir a presidência em 74 o general Ernesto Geisel mantém o estilo dos Grandes Projetos. No 2º PND-Plano Nacional de Desenvolvimento, de 10.09.74, prevê mega-investimentos em infra-estrutura, energia, siderurgia, indústria de bens de capital e crescimento anual médio de 10% no PIB. O projeto Grande Carajás, voltado para a exportação, associa capitais estatais, privados nacionais e estrangeiros numa área de 895 mil km<sup>2</sup> ( 10, 5% do território nacional), na Amazônia Oriental, sendo a maior província mineral do planeta ( 18 bilhões de tons. do ferro mais puro do mundo; 4,8 bilhões de tons. de bauxita de alto teor; 70 bilhões de tons. de manganês; 2 bilhões de tons. de minério de cobre, associado a ouro e prata; 100 milhões de toneladas de cassiterita; jazidas de níquel, zinco, tungstênio, caulim, cromo; e ainda ouro, explorado em garimpos, dos quais o mais célebre, Serra Pelada chegou a ocupar 25.000 homens.

No final da gestão Geisel, a sociedade se mobiliza e cria o Movimento do Custo de Vida (77) e produzem abaixo-assinado com 19.500 apoiadores, 1,5 milhões de adesões e reúnem 8.000 populares na Catedral da Sé, em São Paulo, considerado o maior ato de protesto desde 68. De 79 a 82, na gestão Figueiredo, o Brasil apresenta um quadro de recessão e colapso das contas nacionais. Os macro-projetos concentram-se integralmente para exportação visando cobrir o déficit no balanço de pagamento. Neste momento destacam-se os projetos JICA e Grande Carajás, cuja mineração toca a associações de capitais do Japão e EUA com a Cia. Vale do Rio Doce (estatal até 97).

#### **6.A DÉCADA DE 80 - CAMPANHA PELAS DIRETAS E O CRESCIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Em 80 cresce a onda de greves, principalmente com a campanha salarial de 80,

---

puxada pelo Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema. O governo Figueiredo impõe virtual intervenção em SP e segue-se a escalada da repressão. O II Exército prende 14 líderes, inclusive Luis Inácio Lula da Silva. Enquanto isso, a cobertura da imprensa é hostil à greve, mas a solidariedade às greves cresce tornando-se bandeiras de luta contra a ditadura. No início da década de 80 o país viveu uma política recessiva. Em 83 a inflação já atinge 211%. A indústria automobilística é a mais atingida, a produção cai 33,0%. De 1,2 milhão de veículos em 80 para 780 mil em 81. A Volkswagen de São Bernardo do Campo demite 3.750 metalúrgicos e dá férias coletivas a 7.000. Nos meses seguintes as demissões alastram-se nas outras montadoras. O drama social dos desempregados entra em evidência, particularmente na periferia proletária dos grandes centros. Em 81 o Brasil já é o maior devedor mundial do FMI. A declaração da moratória da dívida do México deflagra crise mundial, e o Brasil sofre ajuste monitorado pelo FMI, principalmente no que diz respeito à política salarial e à exportação. A 1ª CONCLAT- Conferência das Classes Trabalhadores, realizada em Praia Grande, SP, em 81 reuniu 5.247 delegados e 1126 entidades, exigindo o fim do regime militar, a Constituinte e reforma agrária radical.

As bancadas eleitas em 82 para a Câmara e o Senado já demonstram o enfraquecimento do Governo e o fortalecimento dos partidos de oposição. Os governadores oposicionistas, eleitos em 83, administram 9 estados que somam maior parte da área, população e poder econômico do País. No plano político, a eleição dos governadores muda significativamente a correlação de forças entre governo e oposição.

O PMDB, maior legenda oposicionista à época, examina e planeja a Campanha das Diretas, entrando em pauta o debate sobre a votação direta para presidente e o fim da ditadura. No Rio, Montoro, Brizola e Lula começam a formar uma frente suprapartidária. Em 21.07.83 ocorre a **1ª greve geral nacional, pós 64**, protesta contra os pacotes, a recessão, o desemprego, a inflação e o arrocho salarial, participando cerca de 3 milhões de trabalhadores, obtendo êxito parcial. Houve intervenção militar

nos sindicatos dos bancários e metroviários de São Paulo e ABC. O manifesto dos governadores pelas Diretas é lançado em 83. O objetivo é aprovar no Congresso a emenda apresentada por Dante de Oliveira (PMDB-MT), que restaura a **eleição direta** para presidente e vice. A adesão popular é surpreendente.

Segundo Kehl <sup>12</sup>, *“Com a abertura política, iniciada com o governo Figueiredo, a Globo volta a adotar uma estratégia popularesca e mais tradicional de programação, conciliando interesses econômicos e políticos, conservando-se como guardiã ideológica das massas perigosamente “liberadas” pelo abrandamento dos mecanismos repressivos do governo e pela emergência dos primeiros movimentos de massa- greves e manifestações ...”*.

O noticiário da Globo de 25.01.83 ignorou a maior manifestação popular do Brasil, em São Paulo, a **Campanha pelas Diretas**, enquanto os jornais Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo a apoiam em fartos editoriais. O último ato no Rio, na Candelária, reúne mais 1,2 milhão e o de Anhangabaú, São Paulo, 1,5 milhão. A votação no Congresso, apesar do pedido da oposição, não obtém transmissão ao vivo pela TV.

Em 84, 10 governadores do PMDB-PDT indicam Tancredo Neves candidato único das oposições. A Rede Globo, em fins de 84 adere à candidatura Tancredo e no dia da eleição usa, pela primeira vez o termo “regime militar” ao se referir ao regime. Em 85 o Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves presidente, que anuncia a “Nova República” e promete eleições diretas para presidente e a convocação da Assembléia Constituinte.

Nos anos 80 a TV se consolida como a grande indústria do lazer e formadora de opinião pública nacional, principalmente. Os domicílios com aparelhos de TV chegam em 82 a 15,9 milhões, 73% do total. A versão a cores suplanta a preto-e-branco. Assistir televisão torna-se a principal alternativa de lazer das camadas pobres

---

<sup>12</sup> In COSTA, Alcir Henrique da, SIMÕES, Inimá Ferreira e KEHL, Maria Rita. UM PAÍS NO AR. Editora Brasiliense, São Paulo, SP, p. 317.

urbanas e de extensas áreas rurais, sobre as quais se impõem a uniformização da indústria cultural e de entretenimento, resultado do sistema de redes nacionais iniciado com a Globo em 69.

O modelo implementado pelo Brasil pós-64 continua o mesmo nos anos 80: concentrador de renda, excludente, voltado para o mercado interno e o aumento da crise gerada pela sucção das reservas nacionais para o pagamento da dívida externa. Falta de legitimidade política, recessão e problemas sociais agravantes. Os movimentos sociais se fortalecem, mas a nova conjuntura política foi quebrando denominadores comuns das lutas sociais.

Paralelamente, *“o regime tratou de articular, sob a égide da chamada Nova República, uma série de estratégias que vieram a gerar um movimento amplo associativista não participativo na base. São associações agregadas por programas sociais governamentais, da Legião Brasileira de Assistência-LBA, extinta em 1998 (?) e da Secretaria de Ação Social-SEAC. Dessa parceria surgem movimentos comunitários pré-construídos pelas cúpulas do poder”* (Kehl, op.cit)

Em 86 a Rede Globo soma 48 emissoras afiliadas e atinge 17,6 milhões de domicílios, em 98% dos municípios brasileiros. Sua programação obedece ao chamado padrão global de qualidade, glamourizada e antisséptica, ocultando as mazelas do País. Na década de 80, seu noticiário é acusado de manipulação em favor do Governo, em particular, por cobrir tendenciosamente a greve dos metalúrgicos do ABC em 80 e ao silenciar sobre os primeiros comícios da campanha das Diretas-84.

Kehl<sup>13</sup>, nos diz que as novelas dos anos 80 seguem a linha de “O Astro”, “Pai Herói” e “Dancing Days”, “fazendo da suntuosidade o seu maior chamariz e esvaziadas progressivamente do aspecto de “grandes sagas da vida nacional” que as caracterizou em meados dos anos 70.

---

<sup>13</sup> KEHL, Maria Rita. In “Um País no Ar- história da TV brasileira em 3 canais”. Brasiliense/FUNARTE, São Paulo, 1986

## **7.A ABERTURA POLÍTICA, AS PROPOSTAS POPULARES E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ**

Com a “abertura política” iniciada em 1985 surgem também propostas populares participativas. O Estado reelabora sua política social em torno de negociações com os movimentos organizados. Com a morte súbita de Tancredo Neves, em 21.04.85, assume a presidência o ex-senador José Sarney, vice de Tancredo, conhecido pela esquerda como homem da ditadura por apoiar o golpe de 64, pertencente a uma oligarquia política no Estado do Maranhão. A dívida externa chega a US\$ 102 bilhões em dezembro de 1984. Em 85, ocorrem eleições diretas em todos os níveis, em especial para presidente.

Neste período a adesão às centrais sindicais é intensa.. As eleições de .86, escolheram os governadores de Estado, deputados estaduais e federais e 2/3 dos senadores que formam, com os senadores eleitos em 82 a Assembléia Constituinte. O PMDB elege 22 dos 23 governadores. A Constituinte é instalada em 87. A figura de Ulisses Guimarães, que acumula as presidências da Constituinte, da Câmara Federal e do PMDB, cresce em influência, enquanto a de Sarney vai perdendo prestígio.

A promulgação da Carta ocorre em 05.10.88, batizada por Ulisses como a Constituição Cidadã por estender os direitos dos cidadãos, por restabelecer o *habeas corpus* e instituir o *habeas data* (que assegura a todos o acesso a informações de interesse geral ou particular registradas em órgãos públicos). A tortura e o racismo são crimes inafiançáveis. Aparece o capítulo dos direitos sociais, que inclui as principais conquistas trabalhistas desde a CLT, a indenização por demissão sem justa causa, adicional de 1/3 de férias, licença-gestante de 120 dias, direito amplo de greve (dependendo de regulamentação), liberdade de autonomia sindical e o mandato de injunção, que permite ao cidadão recorrer ao Judiciário para garantir direitos constitucionais não regulamentados pelo Legislativo, enquanto Partidos e Sindicatos

adquiriram o direito de impetrarem mandado de segurança coletivo contra ato ilegal ou abuso de poder praticado por autoridades.

As emendas populares e de grupos de parlamentares na constituição de 1988 atestaram e inscreveram em leis mudanças significativas na cultura política do País. No novo contexto, a sociedade organizada em associações ou movimentos, deixou de ser algo alternativo ou marginal, perdendo seu caráter exclusivamente contestatório, para ganhar caráter legalista, ordenador e participante das novas regras estabelecidas para o convívio social.

## 8. A NOVA REPÚBLICA

A eleição presidencial de 89 é a primeira eleição direta para presidente desde 1960 e é também a 1ª regida pela Constituição de 88. Fernando Collor de Mello, do PRN - Partido da Renovação Nacional, projeta-se como o “Caçador de Marajás”, aliando-se a Roberto Marinho, faz sofisticada campanha de **marketing** e dispara nas pesquisas. A votação do 2º turno dá a Fernando Collor de Mello a esperada vitória. Leonel Brizola, do PDT, prega o nacionalismo, auditoria da dívida externa, reforma agrária e o desmonte dos esquemas herdados da ditadura, enfrentando hostilidade da cúpula militar e da Rede Globo. O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, é extremamente prejudicado com ataques morais e manobras da produção da Rede Globo, através da organização espaços para propaganda política, e da inserção de matérias geradoras de efeitos estratégicos de marketing negativo.

No governo Collor, o Programa Nacional de Desestatização é fortemente combatido por setores antiprivatistas (UNE,CUT, partidos de esquerda). O escândalo da LBA-Legião Brasileira de Assistência, presidida pela 1ª dama Rosane Collor de Mello juntamente com as denúncias de corrupção (esquema PC) desgastam rapidamente o governo Collor de Mello, bem como seu fracasso frente à inflação. O Movimento dos Carapintadas vái às ruas, chama a atenção da mídia e lidera a mobilização de massas

contra Collor, incrementada com as passeatas da UNE, o progresso da CPI, o Movimento pela Ética na Política, a Força Sindical e partidos como o PT, o PDT, o PDS e o PFL e a Campanha Contra a Fome, liderada por Herbert de Souza, o Betinho.

A recessão, o desemprego e quebra de empresas levaram Fernando Collor de Melo ao *impeachment* em 30.12.92. Collor tem os direitos políticos suspensos por 8 anos. Assume o vice, Itamar Franco, que leva em frente o programa de governo de Fernando Collor de Mello. Em 94 Fernando Henrique Cardoso, sociólogo (ex-ministro da Fazenda de Itamar), vence no primeiro turno as eleições para presidente do Brasil, com o Plano Real. A Campanha Contra a Fome, iniciada em 93 tendo imediata adesão da população, na esteira do *impeachment* de Collor, inspira o programa Comunidade Solidária.



## II-AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO NEOLIBERAL – Uma análise do Programa Comunidade Solidária

Para fundamentar e alimentar a crítica que formularemos em relação às políticas sociais no governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente ao Programa Comunidade Solidária, recorreremos a Souza<sup>14</sup>, que adverte-nos para o que ele chama de **os cinco dogmas** que estão na base da concepção neoliberal: *“a globalização da economia, a revolução científico-técnica, a falência do Estado, a eficiência do mercado e o fim da história. (...) uma concepção ideológica que se constrói, não a partir da realidade, mas apenas de alguns fragmentos da aparência dela”*.

O Programa Comunidade Solidária é o principal instrumento de organização das políticas sociais do projeto neoliberal de governo de Fernando Henrique Cardoso, que o apresenta como um compromisso de combate à fome e à pobreza, pertencente a um plano maior, de estabilização da moeda, crescimento econômico e redistribuição da renda nacional, conferindo às áreas de saúde e educação prioridade na política de assistência social, política esta *“voltada para os mínimos sociais, para o atendimento das necessidades básicas, em especial, dos segmentos mais vulneráveis da população brasileira”*<sup>15</sup>.

As primeiras idéias do Programa surgem, na verdade no início de 1993 com a experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, aperfeiçoada e ampliada no governo FHC, com o nome de Programa Comunidade

Solidária, criado pelo Decreto Lei 1.366, de 12.01.95, numa proposta de **descentralização** das ações do governo e abertura à participação e **parceria** com a sociedade para melhoria da qualidade de vida das pessoas mais pobres. Esta parceria se dá entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal, e sociedade

---

<sup>14</sup> SOUZA, Nilson Araújo de. O Colapso do Neoliberalismo. Global Editora, São Paulo, 1995, p.7

<sup>15</sup> PELLIANO, Ana Maria T. Medeiros, RESENDE, Luis Fernando de Lara e BEGHIN, Nathalie. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, n.º 12, São Paulo, 1995

civil organizada. Propõe-se a introduzir novas formas de gerenciamento de programas sociais *“evitando o clientelismo, a centralização, a superposição e fragmentação, ineficiência e descontinuidade das ações; a pulverização e o desperdício de recursos”*<sup>16</sup>.

Os princípios que norteiam o Comunidade Solidária, segundo sua Secretaria Executiva são **a parceria, a solidariedade, a descentralização das ações e a integração e convergência das ações**. Seus objetivos principais são: otimizar o gerenciamento de programas federais com vistas a ampliar seu alcance, eficácia e transparência; acolher potencializar e apoiar programas, experiências, projetos e iniciativas do governo e da sociedade em áreas de concentração de pobreza e identificar novas prioridades em relação a temas emergenciais como crianças, jovens e desempregados com necessidades e direitos ameaçados.

O Programa define três frentes de atuação como frentes interligadas: 1-O Selo de prioridade, uma espécie de chancela do Programa, cujos projetos sofrem interferência direta da Secretaria Executiva. 2-A Integração e Convergência das Ações nos Municípios mais pobres, que tem por objetivo promover a integração das ações nos municípios. 3-Parceria com a Sociedade Civil, com o desenvolvimento de parcerias com diversas expressões da sociedade civil buscando flexibilização das formas de atuação e sistematização de novas experiências de gerenciamento de programas de combate à fome e à pobreza.

O Programa Comunidade Solidária é administrado por uma Secretaria Executiva e um Conselho Consultivo vinculado à Casa Civil, composto pelos ministros das áreas sociais e econômicas e 21 membros da sociedade civil. Não possui prerrogativas executivas e suas finalidades estão voltadas mais à mobilização da sociedade civil. O Programa foi criado no governo Itamar Franco, por sugestão do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, com referência nos trabalhos de Betinho e D. Mauro Morelli, que

---

<sup>16</sup> PELLIANO, Ana Maria T. Medeiros, RESENDE, Luis Fernando de Lara e BEGHIN, Nathalie. Planelamento e Políticas Públicas. IPEA, n.º 12, São Paulo, 1995

durante dois anos foi presidente do CONSEA.

Segundo Suplicy <sup>17</sup> este programa inova “por agregar um elenco de programas já existentes que passam a obedecer a outra lógica administrativa”. Segundo esta lógica, estes programas continuam a ser priorizados, no entanto, quem elabora as prioridades locais é o próprio município, a prefeitura em parceria com entidades da sociedade civil e governo do Estado. Outro aspecto positivo do Programa é a organização da sociedade civil, “:para a democratização do poder e para a defesa de interesses comuns”.

Mas Suplicy levanta as seguintes questões: pode esse novo desenho administrativo conferir maior grau de eficiência a esses programas em comparação com o ocorrido até o momento, em que o Congresso Nacional define as prioridades em função da força política de cada parlamentar e “carimba” os recursos dos programas pelas emendas à lei orçamentária?

E se a resposta for positiva, é viável politicamente a manutenção dos programas existentes, e, portanto, já marcados pelo fisiologismo? É possível reduzir substancialmente a miséria por meio de ganhos marginais de eficiência nos programas já existentes?

Com relação à participação da sociedade civil, Suplicy levanta a seguinte questão: “as regiões mais pobres poderão receber menor grau de prioridade pelas dificuldades que a própria miséria cria, como o menor acesso a informações e a maior submissão a uma estrutura política adversa a seus interesses, devido à ignorância e pela inexistência de um sistema educacional realmente democrático”<sup>18</sup>. Outros problemas apontados por Suplicy são as configurações políticas locais e a incapacidade da máquina administrativa federal de intervir pontualmente na solução dos problemas.

Cita como problemas agravantes o **estabelecimento de recursos** em montantes significativos a esses programas **para uso político** e a possibilidade de **cooptação dos**

---

<sup>17</sup> SUP LICY, Eduardo Matarazzo e NETO, Baliseu Alves Margarido. Planejamento e Políticas Públicas, N.º 12, São Paulo, 1995, p. 38

**movimentos populares brasileiros**, como ocorreu, na década de 80, *“ou com um programa semelhante, o Programa Solidariedade, mexicano, que durante o governo de Salinas de Gotari, se organizava de forma subjacente à estrutura política dominante, gerando certa manipulação da comunidade beneficiada”*.

Com referência à proposta de **descentralização** do Programa, Maciel<sup>19</sup>. adverte: a natureza do Conselho do Programa Comunidade Solidária, por ser Consultivo, pela sua própria existência, contrapõe-se aos ganhos efetivados na Constituição de 88, sobre a descentralização político-administrativa, *“especialmente no que diz respeito às políticas sociais, onde, através de conselhos paritários de caráter deliberativo e não consultivos é que se consolida um mecanismo de controle da sociedade civil sobre a ação do Estado nessa área”*.

Continua: *“se pretende uma ação descentralizada em alguns momentos, mas em seu conteúdo cria claros mecanismos de controle centralizado das ações que são desenvolvidas”*. E ainda, segundo o Programa, *“só serão aceitos, atendidos e aprovados aqueles pleitos que estiverem necessariamente vinculados com toda a proposta do programa e o enquadramento obedecerá a critérios e objetivos estabelecidos pelo poder executivo federal”*. O Programa limita-se a ações emergenciais, sem apontar as diretrizes para a intervenção mais ampla do Estado e não consegue tornar mais claros os canais com que a sociedade conta para comunicar-se de maneira mais ágil com o Conselho e *“ao propor que a sociedade se organize para pleitear acesso a bens e serviços do governo federal, obtém-se avanço, mas mantém-se a relação de dependência e centralização de recursos e de decisão no nível federal.”*

No que diz respeito à comunicação, o Art. 3º, inciso IV do Programa define como competência o seguinte: *“promover **campanhas de conscientização** da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, visando a integração dos esforços do*

---

<sup>18</sup> SUPPLY, Eduardo Matarazzo, et outros. Ibid.

<sup>19</sup> MACIEL, Carlos Alberto Batista, professor da UFPA, Conselheiro do CRESS 1ª Região

*governo e da sociedade*". Mas esta campanha se dá através de projetos publicitários caros, nem sempre arrojados, criativos ou originais.

Abrange as mídias de jornais, rádios e televisão, folhetos, folders e cartazes, veiculadores da imagem de um Brasil *light*, com crianças assépticas, negras e brancas, porém ricas, colocadas lado-a-lado em brincadeiras de roda, descoladas do cenário urbano, promovendo a idéia de igualdade e alegria, a encobrir as contradições sociais, o cenário e os verdadeiros personagens onde esta cena real é cotidianamente protagonizada, desta vez por seres destituídos do *glamour* diariamente protagonizado nas telas da televisão.

### III-PLANOS DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL E PARA A AMAZÔNIA

Analisar o sistema educacional brasileiro não nos parece tarefa fácil, se considerarmos a complexidade das lutas, dos embates políticos que este segmento tem enfrentado nas últimas décadas. Sistema este, em cuja dinâmica participam variados agentes sociais, distribuídos em *“um complexo de elementos em **interação**, interação esta organizada e não fortuita”*<sup>20</sup>.

É neste espaço que personagens de lutas sociais, da criação intelectual e cultural, da legislação e da administração educacionais inferem um conjunto de atividades em avanços que vão formando a **estrutura que se pode ter**, a partir de peculiaridades pertinentes a cada realidade nacional e regional. No caso do Brasil, o conceito de regionalidade ganhou maior expressão a partir da abertura política de 85, que embrionou pelos projetos políticos uma concepção descentralizadora.

Essa concepção não foi muito além dos discursos por uma nova forma de poder – menos ditatorial, mais democrático; os discursos não se coadunaram com a prática, não deram o salto dos corredores eleitorais, mas foram tecendo documentos reveladores de uma nova história debatida nos amplos fóruns políticos de representação civil, registrada em leis, projetos, planos, diretrizes, resultado de intensas mobilizações e esforços intelectuais, teóricos e práticos, cujos avanços podem nortear as ações das novas gerações.

Essa complexidade diz respeito à heterogeneidade de um País em pleno desenvolvimento, com uma herança cultural riquíssima, baseada na mistura de expressões de negros, brancos e índios, de variadas nações, que, muitas vezes não se comportam dentro de uma estrutura pensada e formulada com o predomínio de uma classe sobre outra, com o espírito de dominação, cujos valores de exploração e subjugo inspiraram sua organização. E a vulnerabilidade de pertencermos à chamada

categoria “terceiro mundo”, de termos uma população extensa de excluídos - social e economicamente -, cujas causas apontam para um sistema educacional deficiente, coloca-nos o problema de categorias sociais especiais, originadas com o contínuo processo de marginalização, negação de direitos e desigualdade de oportunidades.

Neste cenário surge um número elevado de crianças e adolescentes portadores de necessidades educativas especiais, meninos e meninas de rua, jovens e adultos com escolarização tardia, crianças usuárias de creches e pré-escolas, cujas mães precisaram ingressar no mercado de trabalho para o equilíbrio orçamentário doméstico, crianças, homens e mulheres em zonas de tráfico e prostituição.

Essa ambiência nos faz experimentar, dia-a-dia, uma profusão de situações ameaçadoras da dignidade humana e ao mesmo tempo sentirmo-nos responsáveis pela transformação dessa realidade, participantes que somos desse meio-ambiente cheio de contradições. O objetivo deste capítulo é analisar as diferentes concepções educacionais que se veicularam através de planos, propostas, projetos e leis, após o regime militar, suas congruências no meio sócio-educacional, apontando perspectivas para a o século XXI.

## **1. O PARÁ SOB E APÓS O REGIME MILITAR, A CONSTITUIÇÃO PARAENSE DE 1989 E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PARA A AMAZÔNIA.**

Nas décadas de 60 e 70, o planejamento da vida nacional dava-se de forma centralizada. A participação regional nas formulações políticas praticamente inexistia. É nessas décadas que o Estado intervém mais radicalmente na Amazônia, sob a premissa da “integração nacional”, através dos PDN-Planos de Desenvolvimento Nacional e do PIN-Plano de Integração Nacional. Mas a Amazônia se integrava apenas pelas suas potencialidades minerais, vegetais e hidrológicas.

---

<sup>20</sup> BERTALANFFY, formulador da Teoria Geral dos Sistemas in PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Redes e Sistemas de Informação e Integração. Paper da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

Os PDNs previram megainvestimentos em infraestrutura, energia, siderurgia, indústria de bens de capital e um crescimento anual médio de 10% no PIB (produto Interno Bruto) com o lançamento de políticas para as regiões chamadas retardatárias no Polamazônia, Polocentro e Polonordeste. O PIN, por sua vez, tenta responder tanto ao drama nordestino, como à preocupação do regime militar com o vazio demográfico da Amazônia, considerado como uma ameaça à segurança nacional, sendo a Rodovia Transamazônica, inspirada na Belém-Brasília o centro e o símbolo do PIN, e o passo inicial para o vasto plano de colonização e instalação de Grandes Projetos na Amazônia.

As políticas eram formuladas sem a participação da sociedade paraense, com desconhecimento das necessidades e aspirações desta população. O resultado dessa integração foram graves problemas sociais causados pela migração intensa e o inchaço das periferias das cidades próximas aos Grandes Projetos instalados na região. No início da década de 60 dá-se o declínio do governo populista Magalhães Barata e em 64, instala-se “o novo poder” do personalista Jarbas Passarinho.

Na década de 80 inicia-se o declínio do projeto tecnocrata. Enquanto nos discursos oficiais é introduzida a noção de “planejamento participativo”. Em 82 Jáder Barbalho assume o poder estadual com a promessa de “novos tempos”, mas governa da mesma forma que seus antecessores que tanto criticou. A realidade concreta da região continuou inalterada e as poucas transformações foram com relação aos beneficiários de incentivos fiscais. Em 1986, a composição Jáder-Gueiros dá segmento à política clientelista que neste período foi a marca do governo estadual.

No que tange à política educacional, Damasceno (1986:34), aponta a Constituição Paraense de 1989 como progressista “embora se encontre distante da real educação no Pará”. Progressividade no **acesso à educação** “àqueles que não ingressaram no ensino público em idade própria” e, principalmente, pela restrição à **destinação de recursos** públicos a escolas não públicas apenas em caráter suplementar e quando reconhecidas como de utilidade pública: *“Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos em caráter suplementar,*



*conforme planos e programas aprovados pelo Poder Legislativo competente, a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”* (Art. 275 da Constituição Paraense de 89). Segundo Damasceno, este artigo representou obstrução no **repasse insidioso** de verbas públicas para instituições privadas, estancou a “sangria desmesurada das verbas” e se configurou no aprofundamento do sentido publicista do ensino público, gratuito e democrático no Estado do Pará. Outro ponto importante na Constituição Paraense de 1989, foi em seu Art. 281, Inciso IV, prever a adoção de medidas destinadas ao *“estabelecimento de modelos de ensino rural, que considerem a realidade estadual específica”*.

O Art. 273 representa um grande avanço, do ponto de vista legal, para o *“ensino público gratuito”*. Mas o estabelecido no Art. 38 não foi cumprido. O referido Artigo prevê a extinção do analfabetismo *“nos nove primeiros anos da promulgação desta Constituição”*. Completados 9 anos em 1998, o ensino fundamental do Estado continua deficiente e, embora a taxa de escolarização tenha aumentado 10% de 1991 a 1996, este aumento refere-se a uma situação de inchaço nas matrículas decorrente basicamente da distorção idade/série<sup>21</sup>.

Precisamos esclarecer o vínculo existente entre os chamados PDAs-Planos de Desenvolvimento da Amazônia, os PSEDCs – Planos Setoriais de Educação e os PNDs-Planos Nacionais de Desenvolvimento. Primeiro: durante várias décadas qualquer tipo de política regional deveria estar totalmente subordinada ao Poder Central. Segundo, esses Planos surgiram como forma de estimular o desenvolvimento regional e descentralização política.

Mas essa proposta de descentralização política não passava do papel, ou melhor, se dava através de uma assinatura e um diagnóstico central para todas

---

<sup>21</sup> De acordo com o Censo Escolar de 1996, mais de 63% dos alunos do Ensino Fundamental no Brasil, têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série. Para se ter uma idéia desta distorção, apenas 620 mil da população de 3,6 milhões de crianças de 14 anos freqüentavam a 8ª Série do Ensino

as regiões do país. Hoje, ao que parece, a situação é diferente. Além desses Planos serem formulados de forma mais democrática, com a presença de integrantes da sociedade civil, há mais flexibilidade para as especificidades locais defendidas por um maior número de representantes políticos, das mais variadas frentes.

O PDA superestima o papel da educação. Reconhece os problemas gerados pelo crescimento desordenado, deixa de lado as causas estruturais do desequilíbrio, colocando a educação exclusivamente como a grande mola do desenvolvimento.

O I PDA, da Nova República, já reconhece que as desigualdades sociais são consequência de um modelo concentrador de renda e de propriedades e vê a educação e a cultura como **instrumentos** que, priorizados, transformariam-se em forças sociais *“com o poder de acelerar a ruptura de uma ordem social subdesenvolvida e dependente”*.

Já o II PSEDC apontou para uma visão utilitarista e tecnicista inspirada na teoria do capital humano, segundo a qual, é a educação que vai solucionar as distorções provocadas pelo mercado. Mas apesar disto, já está presente a idéia de que a educação seria a fomentadora da **participação política** e responsável pela **cidadania**. O problema é que, apesar da tônica participativa no discurso, na prática não ocorreram mudanças dado o acirramento da crise do Estado na década de 80, o que impossibilitou a implementação das ações. Em relação à Região Norte, o III PSEDC conclui que *“a capacitação dos recursos humanos é primordial para que esses assumam o papel de agentes de mudanças”*.

## 2. A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - A LEI 9394/96-

Segundo a Nova LDB : *“A educação escolar **deverá vincular-se ao mundo do***

---

Fundamental. As regiões Norte e Nordeste, apesar do expressivo aumento de 10 pontos percentuais de crescimento entre 1991 e 1996, continuam apresentando as piores taxas de escolarização do País..

**trabalho e à prática social”** (Cap. I, Art. 1º, p.2º) <sup>22</sup>. Em seu Art. 2º, prevê igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; valorização da experiência extra-escola e **vinculação** entre **educação escolar, o trabalho e as políticas sociais**.

Em seu Cap. III, que trata do Direito à Educação e do Dever de Educar, o Art. 4º prevê a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito *“inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”*. Prevê ainda acesso aos níveis mais elevados do **ensino, da pesquisa e da criação artística**, segundo a capacidade de cada um; o atendimento ao educando, no ensino fundamental, com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No Cap. IV, que trata da Educação Superior, o Art. 43, coloca entre suas finalidades: estimular a **criação cultural** e o desenvolvimento do **espírito científico** e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica *“visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura”*; promover a **divulgação** de conhecimentos **culturais, científicos e técnicos** que constituam patrimônio da humanidade e **comunicar** o saber através do ensino, de publicações e de **outras** formas de comunicação.

Ainda no Art. 43, § V, a **educação superior** deverá suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos *“numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração”*; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente e promover a extensão, aberta à participação, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da **criação cultural** e da **pesquisa científica** e tecnológica geradas na instituição. Em seu Art. 52 define as universidades como instituições **pluridisciplinares** de formação dos quadros

---

<sup>22</sup> In DAMASCENO, Alberto e SANTOS, Émina. A Educação nas Constituições Paraenses. GEU, UFPA, Belém, PA, p. 118

profissionais de nível superior de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.

Para Damasceno<sup>23</sup> a nova LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aponta perspectivas de melhoria da qualidade do ensino, porém já surge com um problema: no momento da promulgação, um conjunto de reformas legais referentes à educação ou estava aprovada ou encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, descaracterizando vários de seus dispositivos. Uma dessas reformas legais mais polêmicas é a proposta de Emenda Constitucional 233/95, que cria o FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério, para garantir uma despesa mínima de R\$ 300,00 (trezentos reais) por aluno/ano e melhorar os vencimentos dos professores do Ensino Fundamental. O Fundo é administrado por cada município, mas já há exemplos, inclusive no Pará, de casos de desvios dos recursos do Fundo, recursos do Fundo, recursos estes que devem ser aplicados integralmente na educação, na melhoria de equipamentos didáticos, incentivo à docência, etc.

Esta proposta baseada na política do Estado Mínimo, projeto neo-liberal de minimização do Estado, recebeu duras críticas dos partidos de oposição. Fazem parte da política do Estado Mínimo: a proposta de Qualidade Total; o estímulo às experiências das escolas-cooperativas; o sistema de avaliação do ensino básico; o teste final para avaliação dos cursos de nível superior; os parâmetros curriculares nacionais; a proposta de transformação de instituições públicas em sociedades civis de direito privado; a municipalização do ensino público.

Apesar da Nova Lei apontar para uma transformação na situação educacional brasileira, especialmente no que se refere ao direito à educação como dever do Estado, o projeto anterior, de Cid Sabóia, assegurava o ensino público e como dever do Estado, o projeto anterior, de Cid Sabóia, assegurava o ensino público e gratuito **em todos os**

---

<sup>23</sup> DAMASCENO, Alberto e SANTOS, Émina. Ibid

**níveis** e na Nova LDB (substitutivo de Darcy Ribeiro), a obrigação ficou **restrita ao Ensino Fundamental**. Quanto à gestão democrática, no texto original estava proposto o princípio da representatividade de vários setores na gestão do ensino, bem como a participação da sociedade. O de Darcy Ribeiro elimina esta possibilidade e atribui à Lei posterior os caminhos da gestão democrática.

### **3. OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO APONTADOS PELO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE-97<sup>24</sup>.**

#### **3.1.A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Segundo o Plano Nacional de Educação de 97, Educação Infantil é aquela educação destinada à clientela de 0 a 6 anos, usuária de Creches e Pré-Escolas. Corresponde ao desenvolvimento integrado das potencialidades psíquicas do ser humano (intelectuais e cognitivas), ao equilíbrio emocional e à sociabilidade essenciais à formação da pessoa e do cidadão.

O Inciso IV do Art. 208 da Constituição Federal (1988) e os Art. 29 e 30 da LDB possibilitaram conquista social ao estender a obrigatoriedade da oferta educacional às crianças de 0 a 6 anos. Significativa também foi a inclusão de toda a educação infantil na concepção de Educação Básica, que se estende até a conclusão do Ensino Médio.

As principais ordens de preocupação expressas no novo Plano em relação à Educação Infantil são: a diminuição do tamanho das famílias, a instabilidade das relações conjugais, o enfraquecimento dos laços de parentesco e vizinhança e o trabalho feminino fora de casa, que reduzem o âmbito da sociabilidade infantil e o aprendizado da convivência em grupo, causando o empobrecimento do universo afetivo da criança. Por outro lado, *“as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira, as oportunidades educacionais, os estímulos intelectuais e as diferenças nas condições nas condições de desenvolvimento físico tornam-se*

---

<sup>24</sup> Fonte: Plano Nacional de Educação. MEC, Brasília, DF, 1997.

*mecanismos poderosos para reprodução e manutenção das desigualdades”.*

Enquanto as creches estão ligadas ao atendimento das necessidades físicas elementares, tais como higiene, alimentação e repouso, estímulos necessários ao desenvolvimento das capacidades sensório-motoras, cognitivas, comunicativas, emotivas e prevê o atendimento integral de crianças de 0 a 3 anos, as pré-escolas funcionam dentro de um padrão de organização mais escolar, destinam-se a crianças com maior grau de autonomia no que diz respeito à higiene, comunicação verbal, alimentação e sociabilidade e destina-se a crianças de 4 a 6 anos.

As principais propostas do Plano Nacional de Educação para este segmento são: a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento e da formação oferecidas às crianças de 0 a 6 anos; a criação de um sistema de informações estatísticas sobre creches; a priorização da oferta de assistência financeira e técnica da União para os municípios com menos recursos e a universalização do atendimento às crianças de 6 anos de idade, afim de cumprir o objetivo de ampliar o ensino fundamental para nove séries.

### **3.2.O ENSINO FUNDAMENTAL**

É o ensino destinado à clientela de 7 a 14 anos. Segundo o PNE/97, a taxa de escolarização líquida dessa faixa etária aumentou entre 1991 e 1996, de 86,1% para 90%, mas as diferenças regionais são ainda bastante acentuadas, principalmente porque há muitas pessoas matriculadas no ensino fundamental com idade acima de 14 anos e o inchaço decorrente da distorsão idade/série é conseqüência dos elevados índices de reprovação. Os alunos levam em média 11,2 anos para completar oito séries do ensino fundamental.

O ingresso no ensino fundamental é relativamente tardio no Brasil. O atraso no percurso escolar dos alunos tem sido um dos principais fatores de evasão. São cerca de 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, parte das quais nela já esteve

e a abandonou (IBGE, 1996). Por outro lado, a distorção idade/série provoca custos adicionais aos sistemas de ensino, mantendo as crianças por períodos excessivamente longos nas Escolas.

As regiões Norte-Nordeste apresentam as piores taxas de escolarização do País. Causas determinantes: precariedade do ensino e as condições de exclusão e marginalidade social **vergonhosas** em que vivem segmentos destas populações.

As principais propostas do Plano são: **a criação de programas paralelos de assistência à família**; investimento na qualificação dos professores; reforma curricular (Parâmetros Curriculares Nacionais); melhoria da infra-estrutura física das Escolas, generalização das condições para **utilização das tecnologias educacionais em multimídia** (recursos da comunicação e da informática); **criação de sistemas de informação** e de avaliação; **envolvimento com a comunidade**.

### 3.3.O ENSINO MÉDIO

O PNE/97 prevê o Ensino Médio como instrumento de qualificação do trabalhador e de **formação para a cidadania**. Os objetivos deste nível de ensino são a formação geral, o aprofundamento do domínio da língua portuguesa, da matemática, das ciências exatas e humanas e o aprendizado de uma língua estrangeira (inglês ou espanhol). No Brasil o acesso ao ensino médio é reduzido, muito menor que nos demais países latino-americanos em desenvolvimento. Enquanto isso, está sendo exigida uma acelerada elevação do grau de escolaridade pelo mercado de trabalho.

O ensino médio atende basicamente jovens já inseridos no mercado de trabalho que estudam à noite. A exclusão do ensino médio deve-se às baixas taxas de conclusão do ensino Fundamental e à baixa qualidade do ensino, repetência e evasão. Um dos principais problemas enfrentados por esta categoria de ensino é a falta de recursos adicionais como os que existem para o ensino fundamental. Outro ponto

agravante , segundo o Plano é que em muitos Estados a ampliação e a destinação de recursos para o ensino médio vem concorrendo com a criação de universidades Estaduais. O Plano aponta que o mais viável seria a promoção e expansão do ensino superior estadual com recursos adicionais, sem comprometimento dos 25% constitucionalmente vinculados à Educação dos níveis anteriores. As propostas apresentadas pelo PNE são: expansão da oferta de vagas, redefinição dos rumos, objetivos e organização do ensino médio; reforma do ensino médio, com qualidade e introdução de uma nova concepção curricular; atendimento em conformidade com a LDB: formação geral sólida, **preparação para o trabalho e capacitação para atividades profissionais no setor terciário da economia** e o estabelecimento de um sistema de avaliação do desempenho dos alunos.

### 3.4.A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Conforme o PNE, educação superior é a educação destinada à faixa etária de 18 a 24 anos. No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior: 12%, enquanto na Argentina o índice é de 40%, no Chile 20,6%, Venezuela 26% e Bolívia 20,6%. O nível de desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil exige uma expansão acelerada desse nível de ensino. A elevação acelerada do número de egressos do ensino fundamental e do ensino médio estaria aumentando a pressão para expansão da Educação Superior.

Os principais problemas apresentados são a desigualdade na distribuição de vagas por região, a expansão das universidades estaduais em detrimento da expansão do ensino Médio, o elevado custo *per capita*, que no Brasil é superior ao de muitos países desenvolvidos, a irracionalidade no financiamento e na administração de recursos deste setor. A desigualdade na distribuição de vagas resulta da concentração de matrículas em instituições particulares nas regiões mais desenvolvidas. O custo elevado, argumenta o PNE, prende-se ao fato de o setor público não ter diversificado o



seu sistema de ensino superior - preso ao modelo único de universidade de pesquisa.

O PNE propõe: considerar a relação entre ensino público e privado, pela elevada contribuição deste; a manutenção das universidades de pesquisa como suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País e fortalecimento do setor público; efetivar a autonomia das universidades e revisar os currículos mínimos; que o setor público atenda a um número bem maior de estudantes; a quebra da indissociabilidade entre ensino e pesquisa; criação do curso pós-secundário, de menor duração que o superior, na área técnica e profissional; a criação de estabelecimentos mais voltados para o ensino que para a pesquisa e **ampliar a relação entre Estado, Universidades e instituições comunitárias.**

### 3.5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não terminaram o ensino fundamental obrigatório. Nos países desenvolvidos, a educação de jovens e adultos é considerada hoje como uma educação permanente, oferecida a toda população, qualquer que seja o grau de escolarização anterior e objetiva o contínuo desenvolvimento de capacidades e competências necessárias para enfrentar as transformações cultural, científica e tecnológica que repercutem na vida do cidadão e no mercado de trabalho. No Brasil, a educação de jovens e adultos está orientada, prioritariamente para o resgate da dívida social do Estado em matéria de educação.

O maior problema da Educação de Jovens e Adultos é a desigualdade regional na oferta de vagas e concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no País. Metade da população analfabeta brasileira está na regiões Norte/ Nordeste, logo depois vem a Centro-Oeste. O analfabetismo no Brasil vem diminuindo, de 20,1% em 81 a 15,6% em 1995 (IBGE-PNAD,1995). É preciso lembrar que constitui-se direito constitucional o acesso à

educação, no entanto mais de 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos são analfabetos.

As propostas do PNE para este segmento são: esforço concentrado da Nação através de políticas que atendam prioritariamente as regiões onde os déficits são mais acentuados (Norte/Nordeste); **inserção dessa população no exercício pleno da cidadania**; ampliação das oportunidades de colocação no mercado de trabalho; formulação de programas diversificados voltados para populações específicas como **seringueiros, jovens das favelas e periferias urbanas, trabalhadores da construção civil**, etc; integração dos programas com a Educação Profissional e maior contribuição da sociedade civil (universidades, igrejas, sindicatos, empresas, associações de bairro, etc) no **combate ao analfabetismo**.

### 3.6. EDUCAÇÃO INDÍGENA

Pesquisas mais recentes revelam que existem hoje entre 280.000 e 329.000 índios em terras indígenas, constituindo cerca de 210 grupos distintos. O tamanho reduzido da população indígena, sua dispersão e heterogeneidade tornam particularmente difícil a implementação de uma política educacional adequada. Por isso é particularmente importante o fato de a Constituição Federal assegurar o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue para assegurar não apenas a sobrevivência física, mas também étnica dessa população.

Não há hoje uma clara distribuição de responsabilidades entre União, Estados e Municípios para assegurar a especificidade do modelo de educação **intercultural** e bilíngue às comunidades indígenas. O PNE chama a atenção para duas necessidades iniciais: 1- a de se considerar a educação bilíngue adequada às **peculiaridades culturais dos diferentes grupos**, como também o atendimento dos grupos por professores índios. 2- a condução de pesquisas de caráter antropológico visando **à sistematização e**

Paulo Roberto Martins Ferreira

Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

**incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas.**

## IV-A TÉCNICA MODERNA

Brüseke<sup>25</sup> nos apresenta Martin Heidegger como crítico da técnica moderna. Crítica esta que vai além da discussão sobre novas tecnologias ou sobre o caráter alienador do trabalho industrial. “Em Heidegger, a crítica da técnica moderna abrange todos os aspectos que contribuem para o esquecimento do Ser”: 1- a natureza reificada e objetivada. 2- A cultura como indústria. 3- A política usurpadora de direitos. 4- Os ideais cobertos por construções apressadas e fugazes: “...*technik ist also nicht bloss ein mittel. Die technik ist eine weise des entbergens. Achten wir darauf, dann öffnet sich uns ein ganz anderer bereich für das Wesen der technik. Es ist der bereich der entbergung, d.h der wahrheit.*”<sup>26</sup> (HEIDEGGER: 1994:16)

Segundo Heidegger a técnica não é meramente passiva, “*ela influencia de forma decisiva a relação que o homem tem com o seu mundo, ela participa desta forma na fundamentação do mundo*”. A técnica portanto, tem essa dimensão transformadora, essa capacidade mensurável de desvendar o lado obscuro de história construída dia-a-dia por cidadãos nos campos e nas cidades, trazer à luz, e ao mesmo tempo, resgatá-la, reconstruí-la, a partir de fundamentos baseados em uma experiência atual.

Na sociedade alimentada cotidianamente por imagens e movimentos massificados, o aprendizado das técnicas da comunicação e do fazer artístico assumem

---

<sup>25</sup> Segundo Franz Josef Brüseke (1997:4), definir a técnica como uma maneira de desocultamento, significa entender a essência da técnica como a verdade do relacionamento do homem com o mundo: “o ocultamento da técnica significa o ocultamento da própria verdade da relação do homem com o mundo, de uma tendência natural da qual muitos não são chamados a participar, pois, a técnica não é mais algo exterior e exclusivamente instrumental, mas a maneira como o homem apropria-se e aproxima-se da natureza”.

<sup>26</sup> Tradução: “...a técnica é então não somente um meio. A técnica é uma maneira de desocultamento. Quando observamos isto, abre-se para nós, um outro campo para a essência da técnica, completamente distinto. É o campo do desocultamento da verdade”. Fonte: Plano Nacional de Educação. MEC, Brasília, DF, 1997.

especial importância como formas alternativas de expressão individual e cultural, sendo pois, ferramentas indispensáveis para o exercício pleno da vida social.

Para Jürgen Habermas<sup>27</sup> a ação comunicativa precedida por uma “razão” também comunicativa, significa dizer que para cada atitude há uma consciência histórica, e esta consciência pautada na clareza de onde se quer chegar, o que já foi feito, que passos se pode dar, em que direção, em que contexto. Nesse processo esta razão se plasma em três mundos a saber: o mundo **objetivo**, o mundo **subjetivo** e o mundo **social**” e a “ação comunicativa” pode ser entendida e vivenciada através de ações **instrumentais** (não necessariamente social) **que se cristalizam através de regras técnicas e buscam transformar o mundo objetivo** e ações **estratégicas** (de caráter social), que visam influencia direta sobre outros participantes através do controle social.

Habermas abre para nós uma maneira especial de conhecimento do mundo, fazendo-nos perceber a comunicação como um campo importante para qualquer ação que tenha como objeto, o mundo social, o mundo das regras e procedimentos, dos códigos de ética. Trata-se do conhecimento, da noção e da interferência do cidadão na engrenagem, no funcionamento do sistema social, na sua dimensão econômica, política e técnica.

Existe um direito, do qual pouco se fala, porém, é um direito fundamental numa sociedade democrática: o direito à informação. Este direito, aliado ao direito à educação, por exemplo, torna-se requisito indispensável a uma relação comunicativa com a sociedade, com o sistema social. Maior parcela da população não tem acesso à assinatura de revistas, jornais ou TV a cabo, tampouco à aquisição de computadores, acesso à **internet**, nem tem poder aquisitivo para comprar livros ou ir a teatros e cinema com frequência.

Este quadro de exclusão sócio-econômica e cultural nos sugere a busca de

---

<sup>27</sup> In ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo, Companhia das Letras, 1985, RJ, p. 159.

formas sócio-educativas de comunicação e instrumentalização que atendam a essas necessidades desses cidadãos. E esta instrumentalização a nosso ver, precisa começar pela formação de percepção crítica, pelo repasse e apredizado de ferramentas sociais possibilitadoras do enfrentamento efetivo deste problema social, da tomada de espaço, através de uma ação verdadeiramente comunicativa na sociedade.

Segundo Muniz Sodré<sup>28</sup> **mediatização** é o nome que vem recebendo “o processo de **articulação** do funcionamento das instituições sociais com os meios de comunicação: *“a verdade é que as realidades comunicacionais abrangidas por expressões já clássicas estão sendo rapidamente alteradas pelo advento de novas tecnologias da informação”*. Daí, a nosso ver, a importância da valorização das formas alternativas de comunicação de instituições e indivíduos com os meios de comunicação e articulação com a sociedade, através do conhecimento das formas já existentes e da criação de novos instrumentos que aproximem cada vez mais o cidadão da realidade tecnocultural em que vive. O domínio e a contínua atualização deste instrumental deve tornar-se busca, exigência necessária para toda prática social. E nessa busca, o profissional do Serviço Social deve ter consciência de *a quem* seu serviço está a favor. A favor da classe formada pelos oligopólios econômicos, da comunicação e da informação, ou a favor da classe popular? Neste sentido a nossa proposta se insere numa perspectiva eminentemente popular. Não queremos aqui subestimar a qualidade das programações da televisão brasileira, cujos produtos, principalmente as telenovelas, são considerados de excelente qualidade técnica.

Mas em nome desse padrão de “qualidade” dá-se a veiculação de temas de um amor supérfluo, da disseminação, em massa, de valores que reforçam o preconceito, a desigualdade de oportunidades entre cidadãos, a marginalidade e a violência, distanciando as populações mais pauperizadas de um conteúdo realmente educativo, crítico, que vá contribuir substancialmente para a vida prática desses.

---

<sup>28</sup> In ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*, Companhia das Letras, 1985, RJ, p. 159.

A verdade é que o sistema de troca de mercadorias ainda insiste no vislumbrar de um mundo onde reine a paz entre ricos e pobres, contrapondo-se ao princípio do conflito dialético marxiano, originado na oposição e luta de classes antagônicas dentro deste sistema. Este conflito só é visto sob a forma do espetáculo, e nunca sob o conhecimento e a transmissão da informação sobre uma sociedade em constante movimento, em uma variação de cores, sons, formas e personagens sociais em constantes mutações ambientais e sociais, influenciados, muitas vezes, por interesses transnacionais.

Expressões originais são rapidamente transformadas em hits nacionais, produtos a ocupar espaço massivo, demorando nas prateleiras do rádio e da televisão, talvez para explicar o desinteresse em revelar essa diversidade, talvez porque essa diversidade não encontra canal de comunicação nos padrões e formatos estabelecidos pelos proprietários dos meios de produção. E apesar do esforço de intelectuais e políticos bem intencionados, a hegemonia do capitalismo internacional e sua sustentação naufragam, também, tentativas originais de desenvolvimento nacional e regional da sociedade brasileira.

Mas essa hegemonia sobrevive também como resultado da ignorância de alguns setores e indivíduos que teimam em reproduzir, em sua expressão social, determinantes valores éticos, políticos e morais, propalando-os como verdadeira e única expressão, massificando formas, idéias regras de comportamento, para manutenção e o domínio de determinadas castas sociais e políticas, como se estas abarcassem a diversidade do corpo social, o que resulta em artificialismo, num estereótipo.

Neste sentido, devemos estar atentos à legitimidade da lógica formal, ao jogo habilidoso do discurso, que nos torna “competitivos”, em detrimento da reflexão crítica necessária à segurança dos passos que podemos dar à frente para saber e ação preservados em espírito crítico, numa perspectiva de inovação, de abertura para novas experiências.

Este jogo habilidoso é visível na posição de alguns setores políticos radicais que se recusam a apreender determinado conhecimento pelo fato de não estarem vinculados, não pertencerem a uma linha “de esquerda”, ou “de direita”, ou de determinada facção interna dentro dos partidos, por exemplo. Essas posições são comuns também no material visual-ideológico veiculado pelos meios de comunicação, onde os valores da sociedade brasileira se inspiram, fundamentalmente na ética do consumo, da acumulação selvagem do capital, afogando a expressão e a verdade do nacional-popular, apresentando-nos mitos de beleza e ritos de comportamentos nem sempre legítimos.

Na sociedade capitalista, especialmente na sua expressão burocrática, a apropriação de métodos funcionalistas de “ajustamento” e controle sociais apresenta-se como uma vocação natural, pois, perfeitamente ligada a uma visão organicista de sistema, esta sociedade baseia-se no “perfeito funcionamento” do organismo social.

Esta situação nos remete a uma reflexão sobre formas alternativas de articulação das instituições sociais com os meios de comunicação de massa, onde comunidades pertencentes a classes sociais consideradas baixas são representadas geralmente de forma pejorativa, portanto a necessidade de abertura de novos canais de comunicação e expressão de valores humanos, culturais, artísticos e político-sociais massacrados pela indústria econômica e cultural.

Nessa articulação as técnicas artísticas assumem grande importância pela possibilidade de abertura de novas formas, canais, veículos alternativos de expressão e comunicação social e individual. Sob esta perspectiva, o acréscimo deste conhecimento ao processo de mediatização proposto por Sodré nos parece eficaz .

Há também a necessidade destes atores sociais dominarem a técnica aliada a formas de expressão autênticas, baseadas no resultado das situações reais vividas pelos mesmos, onde a valorização pessoal, auto-estima, a originalidade e o talento estejam sendo constantemente cultivados e estimulados.frente à guerra social que presenciamos dia-a-dia.



Qual o nível de interferência da cultura popular nos meios de comunicação? Em relação ao futebol, por exemplo, qual o volume de recursos e esforços promocionais destinados à espetáculos, festivais, ou a programação eminentemente artísticas baseadas no fazer artístico real e não apenas no fazer artístico que o mercado comanda? Estes questionamentos nos parecem exemplares em um debate sobre espaços sociais.

Nosso esforço para compreensão do projeto parte das hipóteses de que o mesmo está contribuindo, com suas peças interventivas em um processo de transformação da realidade de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. cujos componentes evidenciam melhoria na performance social destes atores, com o aporte de um instrumental técnico necessário à promoção, defesa e garantia de seus direitos sociais.

A outra hipótese é de que o projeto Luamim está contribuindo para a atualização das metodologias de intervenção social de trabalhadores sociais, lideranças comunitárias e educadores. Sua proposta de intervenção - incluindo conhecimentos das áreas da Comunicação e da Arte à área do Serviço Social - caracteriza-se como algo original, novo dentro das formulações teórico-práticas existentes.

## **V-O PROJETO LUAMIM E AS TÉCNICAS DA COMUNICAÇÃO E DA ARTE COMO INSTRUMENTOS ALTERNATIVOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES CARENTES – Práticas ludo-pedagógicas para o exercício da cidadania e intervenção na realidade.**

A tese central da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, de 1990, aponta duas prerrogativas para operacionalizar a garantia dos direitos deste segmento social: **a proteção integral e a participação real.**

Na Convenção, os direitos acrescidos aos já conhecidos da Declaração dos Direitos da Criança, da ONU (1959), *“pressupõe grau de responsabilidade e participação protagônica da criança e do adolescente, como **sujeito de direitos**, seres essencialmente autônomos, mas com capacidade limitada de exercício da sua liberdade e dos seus direitos. Estes novos direitos são o direito à liberdade de opinião (Art.12), à liberdade de expressão (Art.13), à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (Art.14), à liberdade de associação (Art.15)”*<sup>29</sup>.

A proteção integral, seu desenvolvimento e garantia, está vinculada na maioria das vezes a atividades de grupos, instituições responsáveis pela promoção e defesa, pelo desenvolvimento, sobrevivência e proteção da criança e do adolescente. E esta luta deve se respaldar não apenas no atendimento das necessidades básicas desse segmento, mas também em direitos universais de desenvolvimento em sua dimensão humana, econômica, social, cultural e comunicacional.

A outra prerrogativa, a da **participação real**, só poderá se dar a partir da instrumentalização desses indivíduos para a luta em prol de seus próprios direitos e formação de cidadania. E esta instrumentalização, na dimensão de uma ação comunicativa, deverá levar em consideração a vida real associada a um aparato técnico-operativo da intervenção na realidade social dos indivíduos, para a

---

<sup>29</sup> NETO, Wanderlino Nogueira et outros. Sistema de Garantia de Direitos, CENDHEC, Recife, PE, p.29.

realização / concretização do verdadeiro diálogo dos mundos, onde o agir comunicacional, enquanto função mediadora tem de cumprir a tarefa de *“entender a razão prática como uma razão concretizada em história, sociedade, corpo e língua”*<sup>30</sup>.

Esta reflexão nos faz vislumbrar o momento, o espaço onde as leis, a linguagem formal e institucional busquem, na verdade de sua interação com o homem, com a natureza e com o ambiente social, não apenas o espaço da obediência, do estabelecimento de padrões e regras de comportamento. Não apenas o cumprimento de direitos e deveres, mas o espaço do diálogo, do questionamento de modelos, o debate crítico, para o movimento de contínua mudança, atualizações, como contínua é a vida, e diferentes as situações, experiências, configurações políticas, econômicas, geográficas, sócio-ambientais e urbanas, e essas diferenças influenciam sobremaneira a vida real do cidadão.

Portanto, esta **participação real** está ligada a uma **ação** instrumentalmente **comunicativa** com a sociedade, levando em consideração os recursos necessários a essa função mediadora.

## 1.A PESQUISA EM CAMPO – DADOS GERAIS

No intuito de observar a aplicabilidade das técnicas inerentes à arte e a comunicação, como instrumentos interventores, no âmbito da sociabilização “inclusiva”, “inclusiva”, foram ministradas as seguintes oficinas: música, cerâmica, pintura e vídeo. Sendo que participaram 20 pessoas em cada uma delas, no período de julho de 1999 a fevereiro de 2000. A área escolhida foi uma área de invasão, à beira da Av. Perimetral, nas comunidades Área da Liberdade, Parque Amazônia e Flora

---

<sup>30</sup> HABERMAS, Jürgen. O discurso Filosófico da Modernidade. Dom Quixote, Lisboa, 1990, p. 293. Para Habermas, em sua teoria do agir comunicacional, o processo que encerra o mundo da vida e a práxis comunicativa ocupa o mesmo lugar de mediação que Marx e o marxismo ocidental tinham reservado à práxis social. Nesta práxis social deveria ser mediada com o seu outro a razão historicamente situada, encarnada, confrontada com a natureza.

Amazônia, localizadas nos bairros do Guamá e Terra Firme, nas imediações da Av. Perimetral, Belém PA.

Sendo parte de um projeto maior – Luamim, composto de uma Exposição itinerante e Cursos de Formação voltados para a sensibilização, conscientização e instrumentalização da sociedade sobre os direitos sociais de crianças e adolescentes viventes nas ruas – a etapa “Oficinas” teve alguns de seus resultados observados sob forma de pesquisa participativa e também por meio do instrumento de coleta de dados qualitativos e quantitativos, que neste caso foi o formulário previamente concebido (anexo 3).

Em síntese, a mediação metodológica da pesquisa participativa, se deu na forma da observação e interação direta, em todas as oficinas, em todo o seu período de duração. Já em relação ao levantamento “quali-quantitativo”, a coleta das informações se deu em 100% do universo, ou seja, todos os participantes responderam às questões dos formulários que no total somaram 80.

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa quali-quantitativa nos seguintes tópicos: **1- Identificação, 2-Perfil sócio-econômico e educacional, 3- Esporte, lazer e cultura, 4- Comunicação e Arte, 5- Informação, 6-Instrumentalidade:**

### **1.1-IDENTIFICAÇÃO**

Constatamos que, na experiência em campo, no universo pesquisado, 60,3% das pessoas que procuraram as Oficinas do Projeto Luamim, pertencem ao sexo feminino, enquanto 39,7% ao sexo masculino, sendo que 75% das vagas foram preenchidas pelo público-alvo do projeto, ou seja, jovens e adolescentes, e 25% por lideranças comunitárias, monitores sociais e senhoras donas-de-casa. Quanto ao estado civil, 87, 2% solteiros contra apenas 12% casados.

## 1.2- SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA

Quanto a ocupação, foram 60,35% estudantes, 14,1% trabalhadores informais e 11,9% dedicados a trabalhos domésticos (senhoras), sendo, a maioria 59% **com rendamédia mensal familiar entre R\$ 51 e R\$ 418** ( 79% moram em média com 4 a 11 pessoas) , sendo 62% dos entrevistados pertencentes á classe D (no quadro de classificação econômica). Dos **estudantes**, a maioria , 64,2% encontram-se matriculados entre **a 5ª e a 8ª série no primeiro grau. Avaliação do ensino de 1º Grau –** do universo de estudantes (60,35%), **56,6%** avaliam o ensino como **bom, 15,1% ótimo e 17,% razoável. 36%** dizem que acham **boa a relação com os professores** e 18,2% acham os professores autoritários. Quando se perguntou se os **recursos didáticos** são suficientes para uma boa educação, **56,6%** disseram que **não, 41%** disseram que **sim**, opinando para **melhoria nos recursos de aparelhos de vídeo, computadores e livros.**

**Dos** que não estão estudando (39,65%) foi perguntado qual o motivo. 16% disseram que deixaram de estudar porque precisavam trabalhar, 16% atribuíram desinteresse, 16% por serem casados e não terem com quem deixar os filhos e 12% deixaram por condições financeiras.

## 1.3.ESPORTE, LAZER E CULTURA – Opções e sugestões.

**68% disseram que praticam alguma atividade de esporte e lazer, 32%** dos entrevistados disseram que o espaço **não oferece condições e opções** de esporte e lazer, ainda assim, por isso o futebol de rua ainda é a opção mais citada, seguida da quadra esportiva da Escola, e das brincadeiras de rua. **96, 2% gostariam de ter outras opções de lazer e cultura**, destes, 58,7% citam a **construção de um complexo esportivo** como primeira necessidade, 37,2% citam a **construção de praças e áreas de lazer** e a construção de **um espaço cultural equipado para cinema, teatro e dança.**

## 1. 4-COMUNICAÇÃO E ARTE

### 1.4.1-Representação

Foram feitas duas perguntas ( **1- Quando falo em comunicação qual a primeira palavra que lhe vem à mente? 2-Quando falo em arte, qual a primeira palavra que lhe vem à mente?**) com o objetivo de verificar a representação imediata que as pessoas têm de comunicação e arte. A pergunta teve como objetivo verificar qual a primeira imagem que os participantes têm dessas duas palavras. Com referência à **comunicação**, a primeira palavra foi **“televisão”**, com 25% das respostas, seguida de **“ comunicar”**, 21,8%.

### 1.4.2-Artes mais conhecidas, gosto e frequência

Com referência à palavra **arte**, nas perguntas com respostas múltiplas, a primeira palavra foi **“pintura”**, 28,2%, seguida de **“criação”** 10,3%. As artes **mais conhecidas**: 1º lugar a **música**, com 87,2, 2º lugar a **dança**, com 79,5% e 3º lugar a pintura, com 75,6% . As **preferidas** são a **música** (1º lugar) o **cinema** (2º lugar) e a **pintura** (3º lugar). **75% dos entrevistados costuma ler livros**, sendo 32,8% didáticos, 11,5% romance e 9,8% histórias infantis. **71% não conhece biblioteca na comunidade**. 69,2% disseram que não conhecem a biblioteca da UFPA. Ressalte-se que 3% destes disseram que nunca foram pela “ proibição no acesso”. Foi perguntado também., de quanto em quanto tempo os participantes assistiam a shows musicais: 30,8% disse que assistem raramente, 30,8% disse que nunca, e 12,0 disse que assiste semanalmente. Perguntou-se também quais foram os **shows musicais de que mais gostaram**. O primeiro mais citado foi o grupo **“É o tchan”** , o segundo foi o grupo paraense **“Fruta Quente”** e o terceiro mais citado foi **“Zezé de Camargo e Luciano”**. Quanto a **espetáculos teatrais 47,4%** disseram que **nunca assistiram**, **28%** disseram que **assistem raramente**. Quando perguntamos **“você já foi a alguma exposição de arte?”**, **69,2%**

**disseram que não, 29,5 disseram que sim. No entanto, 62,3% disseram ter vocação para atividades artísticas, que não desenvolvem por falta de oportunidade.**

#### **1.4.3-Prática de atividades artísticas**

Quanto à **prática de alguma atividade artística, 24,4% disseram que praticam.** As artes mais praticadas são o **desenho, 26,3%, o teatro, 15%, e a música, 15%.** Quanto ao grau de importancia da arte na vida das pessoas, **92,1 disseram que sim, que acham a arte um conhecimento importante.** Quando foi perguntado o por quê? 31,4% disseram que acham importante **para melhorar a relação do indivíduo com sua comunidade, 22,9% pelo prazer e 5,7% pela beleza.**

### **1.5-INFORMAÇÃO – Veículos mais conhecidos, uso e preferência, formas de comunicação alternativas**

#### **1.5.1-Os mais conhecidos, uso e preferência**

Os veículos de comunicação **mais conhecidos** são: **1º lugar rádio, 2º lugar televisão, 3º lugar revistas.** Os **preferidos** são: **1º lugar televisão, 2º lugar jornal, 3º lugar rádio.** 76,9% disseram que **leem jornal semanalmente, 91% possuem aparelho de televisão.** Dos que possuem aparelho de televisão, 71,8% **passam em média 1 a 3 horas por dia assistindo televisão,** sendo os programas prediletos: **1º lugar jornalismo, 2º lugar telenovela, 3º lugar programas infantis,** dentre estes, os mais citados são o “**Jornal Nacional**”, **1º lugar, e telenovela do horário das 8,** ambos da rede Globo.

#### **1.5.2-Formas de comunicação na comunidade**

Quando foi perguntado como as pessoas se informam sobre os assuntos da comunidade, **43,6** disseram que é através de **amigos e parentes, 16,7,** por jornal comunitário e **15,4,** por rádio comunitária.

**1.6-INSTRUMENTALIDADE** – Instrumentos, práticas, técnicas mais conhecidos e as que mais gostariam de aprender e desenvolver o conhecimento

### **1.6.1-Os mais conhecidos**

Quanto à instrumentalidade, na área de **comunicação**, **89,7** disseram que já viram e/ ou mantiveram algum contato com a **máquina de fotografar**. O segundo instrumento mais citado foi a **câmera de filmagem** em fita VHS. **75,6** disseram que conhecem mas não manusearam um máquina de filmar. O terceiro instrumento mais citado é a **rádio comunitária (61,5%)**. Quanto à instrumentalidade na área de **arte**, em **primeiro lugar** aparece a **técnica cerâmica com 62,8%**, em **segundo lugar a literatura, com 56,4%**, em **terceiro lugar a pintura, com 55,1%**.

### **1.6.2-Instrumentos de comunicação e arte que gostariam de aprender**

Quando foi perguntado quais instrumentos de comunicação e da arte gostariam de aprender, na área de **comunicação**, **as técnicas preferidas** são, as técnicas de **filmagem em fita VHS** (1º lugar), com 76,9%, a de **fotografar**, 75,0% (2º Lugar) e a **técnica de rádio comunitária** (69,0%). Na **área de arte**, **as técnicas preferidas** para o aprendizado são **pintura e instrumentos musicais** empatadas ( 1º lugar, 78,9%), **cerâmica** (2º lugar, 73, 9%) e **montagem de espetáculos teatrais** (3º lugar, 66,7%). Quando foi perguntado **para quê** o aprendizado desses conhecimentos seria importante, 57,1% disseram “ **para repassar para a comunidade**”, “**ser artista**”, “**ter uma profissão**” , 28,6% disseram que é para **melhorar a renda familiar**.

## **2.METODOLOGIA**

Ao lado das entrevistas (pesquisa quantitativa), procuramos estimular também a manifestação da opinião dos envolvidos através de depoimentos, relatos ou até



mesmo através de conversas informais, utilizando recursos do vídeo, mini-entrevistas impressas ou gravadas em fitas microcassetes, onde pudemos registrar informações que não aparecem nos questionários (pesquisa quantitativa) como veremos a seguir.

A pesquisa intitulou-se, inicialmente *“O instrumental técnico da comunicação e da arte no desenvolvimento de trabalhos sociais” fundamentando-se, como prática social, na metodologia da pesquisa-ação proposta por Thiollent<sup>31</sup>*, portanto, “numa estratégia de continuidade da ação dentro de uma perspectiva de transformação social em cujo plano de ação devemos considerar: 1-quem são os atores ou as unidades de intervenção. 2- como se relacionam os atores e as instituições. 3- quais os objetivos tangíveis da ação e, entre outros pontos, 4-como dar continuidade à ação, apesar das dificuldades” ou as unidades de intervenção. 2- como se relacionam os atores e as instituições. 3- quais os objetivos tangíveis da ação e, entre outros pontos, 4-como dar continuidade à ação, apesar das dificuldades”.

Foram ofertadas 80 (oitenta) vagas em 4 (quatro) oficinas de artes e comunicação, a saber: Música, Cerâmica, Estamparia em Tecidos e Vídeo, sendo, 75%, 60 vagas para crianças e adolescente e 25% , ou seja, 20 vagas, para lideranças comunitárias, monitores sociais e senhoras donas-de-casa. Estas oficinas se desdobrarão, num segundo momento, em Cursos de Formação, para aprofundamento dos conhecimentos introdutórios adquiridos. Os locais atingidos pela pesquisa ( Comunidades Área da Liberdade, Flora Amazônia e Parque Amazônia, situadas em uma extensa área de invasão à beira da Av. Perimetral, que corta os bairros, Terra Firme e Guamá ) serão estimulados como áreas de fomento, criação e solidificação de grupos de trabalhos sócio- culturais e educativos.

Logo após a realização das Oficinas foi aplicado outro formulário de entrevista, para verificar as mudanças ocorridas na vida dos participantes, após sua passagem pelas oficinas, quais as perspectivas, o nível de interesse pelos conhecimentos

---

<sup>31</sup> THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação, Editora Cortez, São Paulo, 1985.

adquiridos e/ou pelos que poderão adquirir com o desenvolvimento do projeto e o engajamento dos participantes na Campanha de Conscientização e Sensibilização da Sociedade sobre a problemática das crianças que vivem nas ruas. Ao mesmo tempo em que foi dado o retorno parcial dos resultados do projeto, foram verificadas também as potencialidades de cada oficina e de cada participante: habilidades, talento, características individuais e oportunidades sociais atuais e futuras.

### **3. PEÇAS INTERVENTIVAS NA REALIDADE - O FORMATO DO PROJETO LUAMIM**

#### **3.1-A PERFORMANCE TEATRAL**

A técnica da performance é uma técnica de abordagem social muito eficiente, onde qualquer tema pode ser tratado sem o rigor formal. Além da rapidez, a proximidade com o interlocutor é uma de suas características marcantes. A mensagem pode ser sintetizada em poucos minutos, sem no entanto, comprometer a qualidade da comunicação. O texto pode ser um poema, uma matéria jornalística, um documento, etc. O tratamento artístico da informação pode dar ao tema a leveza necessária para sua reflexão. Suas raízes estão no teatro, mas ela se utiliza de variados recursos de outros segmentos artísticos para atingir seus objetivos. Muitos, porém, a têm utilizado muito mais como uma forma de comunicação, sem grandes aprofundamentos estéticos.

#### **3.2- O LIVRO DIDÁTICO – A LITERATURA**

A leitura é um tipo de prazer muito pessoal, estimulando a reflexão individual, a partir de sua relação direta com a experiência de cada leitor-produtor. A produção de textos literários é uma forma de abstração do cotidiano, muitas vezes duro, para uma viagem incondicional. Diferente do texto jornalístico, o texto literário provoca, tanto em quem produz, quanto em quem lê, sensações de transcendência da

realidade. É uma forma de comunicação muito mais profunda, que promove uma revolução interna silenciosa e especial. A literatura é uma janela, um caminho a mais para pular e correr e encontrar amigos. A discussão coletiva, a partir desta experiência pessoal torna muito mais rico o debate e o vislumbrar de novos horizontes, novas chances e resoluções. O poema, o conto, a crônica são estilos literários que podem estar sendo tomados para incrementar a criatividade nas formas de abordagem e intervenções sociais.

### **3.2.1-A LEITURA SOCIAL E POLÍTICA DO POEMA LUAMIM E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei 8069/90)**

***1-Se você encontrar um dia/uma noite/um anjo com frio e sujo/míngua com ele/pode ser criança/pode ser luamim.***

Art. 7º - a criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

***2.Luamim menino/ moreno/medonho que nem pião/que sonha,/sonhador ...sonhando sujo sem bando/braços minguados de lua/ luamim vive na rua/ dizem que vive voando”***

Art.15- A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende: ir e vir nos logradouros públicos e espaços comunitários, opinião e expressão, crença e culto religioso, brincar, praticar esportes e divertir-se, etc...

Art.72- A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

***3-Luamim tem asa, lua, mas não tem casa/ de verdade Luamim não é anjo, é criança, como pode viver Luamim?***

Art. 19 – toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família, assegurada a convivência familiar e comunitária (...)

***4-Um dia o vi despertando na praça-rua-mundo, sorrindo lindo e atraente, mas o que teve dentes brancos, já não sorri que se aproveite, Luamim tem vergonha, caíram seus dentes-de-leite.***

“já não sorri que se aproveite” pode indicar menino “ desdentado”, não apenas por uma situação natural, mas por danos à saúde, falta de prevenção, atendimento odontológico.

Art. 11- É assegurado o atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

***5-Abraça a lua que passa/ do outro lado do mundo/ luamim arteiro/artista/engraxador/ luamim dá-o-brilho no mundo..***

Art.58-No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

***6-Luamim quer saber/luamim quer saber se na Escola também tem estrelas/luamim quer ver seu brilho/ser/gente/que nem estrela-do-céu.***

Art. 53- A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I.igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II.direito de ser respeitado por seus educadores;
- III.direito de contestar critérios avaliativos (...);
- IV.direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V.acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 54- É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. § V: acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.

Art.57-O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

***7-Luamim vive no mundo da rua, mas não é dali/nem da lua...***

Art.86-A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art.87-São linhas de ação da política de atendimento:

I.políticas sociais básicas;

II.políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III.serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldades e opressão;

IV.serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V.proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

***8-Luamim ama a cidade/mas não pode ser seu anjo/senão vira anjo de verdade/ Luamim não é anjo, não pode ser/ anjo/ da guarda.***

Art.34-O poder público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

***9-Luamim tem medo de crescer grande feito cidade/luamim não quer crescer sem poder respirar profundo, sem tamanho, sem cor, sem brilho.***

Art. 17- O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da

identidade, da autonomia, dos valores, das idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

***10-Luamim reza como poeta:/lua linda, lua minha, trás à praça teus jasmims/clareia sempre as ruas/ por onde passar luamim***

Art.18- É dever de todos velar pela **dignidade** da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

### **3.3 - A EXPOSIÇÃO DE OBRAS DE ARTE**

Obras de arte apresentadas em conjunto formam uma estratégia de intervenção especial. Uma exposição de artes é sempre algo interessante, que vái encontrar identificação direta com o visitante. Ao mesmo tempo, é uma oportunidades de acesso ao projeto interventivo na sua globalidade. Aliada aos recurso da informação e da comunicação, o trabalhador social poderá estar disponibilizando dados referentes a etapas do projeto, objetivos, linhas de atuação, motivações, etc.

A instalação física de uma exposição, por si só garante uma tomada de espaço, um recurso alternativo de veiculação de idéias, valores, imagens, que nem sempre encontram espaço nos discursos institucionais. No sentido de uma campanha, a itinerância de uma exposição garante maior eficácia à propostas de **conscientização**, **sensibilização** e mobilização comunitárias, ao mesmo tempo em que pode se transformar em um ponto de encontro para articulações sobre variados interesses da comunidade. Espaços abertos garantem o tráfego democrático, a circulação de um número maior de visitantes e a repercussão esperada pelo projeto.

### 3.4-OFICINAS

Um dos objetivos principais do Projeto Luamim é a **instrumentalização** de cidadãos para ações sociais coletivas. Essa instrumentalização se dá através do repasse de conhecimentos do manuseio e domínio de determinadas técnicas de produção artísticas e comunicacionais, envolvidas de uma idéia maior de serviço de intervenção social reflexivo questionador e crítico.

Neste sentido temos procurado desenvolver uma proposta multidisciplinar, para absorção de experiências práticas e teóricas das áreas da Comunicação, Arte-educação e Serviço Social, a partir dos fundamentos científico-filosóficos estudados. Vale ressaltar a originalidade de uma reflexão, que tem em sua origem a experiência essencialmente artística como fio condutor, em direção à uma posterior análise científica., a relação do científico com o social, como que a atender aos anseios de uma sociedade cada vez mais consciente de seus direitos sociais e do retorno que os órgãos produtores de conhecimento precisam dar à comunidade.

A metodologia de educação das oficinas do projeto Luamim baseia-se na *pedagogia da liberdade*, de Paulo Freire<sup>32</sup>.

*“...saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, aprendendo temas e tarefas de sua época. Esta prática pressupõe a participação livre e crítica dos educandos, onde todo o aprendizado “deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando”.*

A realização de um projeto social dentro das perspectivas apontadas pelo projeto Luamim pressupõe, além de parcerias institucionais, esforço pessoal do conjunto de seus realizadores. A ação individual torna-se importante socialmente, na medida em que se respalda em espírito e práticas coletivas em direção ao objetivo



comum. A produção artística tem sido, ao longo desses anos contraponto importante da produção científica .

A experiência do artista e do intelectual, bem como sua inclusão nas construções teóricas, nas últimas décadas vem apontando para uma nova forma de compreender e interpretar o mundo em suas mais variadas facetas sociais, tendo a comunicação com o poder institucionalizado, tendo a cultura grande importância nessa compreensão, principalmente por vir revelando novas formas de compreender e interpretar o mundo em suas mais variadas facetas sociais, tendo o a cultura grande importância nessa compreensão, principalmente por vir revelando novas formas de expressões sociais e individuais que, muitas vezes não encontram canais de comunicação.

Ao mesmo tempo, esse “poder”, que, muitas vezes oficial, se expressa principalmente pelo seu aparato burocrático, econômico e tecnológico, precisa buscar essa relação mais efetiva com a comunidade, no sentido de produzir e atualizar e criar novos discursos, baseá-los em ações e experiências que venham a dar conta de uma realidade cultural diversificada, complexa, rica de significados e escassa de espaços apropriados para sua expressão. Os processos de comunicação não são hegemônicos, a ponto de aniquilar aquela centelha de originalidade, valores culturais fortemente arraigados, visões, formas de vida e soluções práticas diferenciadas, onde a massificação não acha comunicação.

Sendo o Projeto Luamim também uma proposta de **sensibilização e conscientização** da sociedade sobre a problemática das crianças que vivem nas ruas sua metodologia de intervenção busca constantes aproximações dessa realidade, para alimentar-se constantemente de experiências, maneiras diferenciadas de enfrentamento dessa realidade, acompanhando o movimento natural de transformação cotidiana, a partir da criatividade originada, primeiramente no seio das

---

<sup>32</sup> FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, 1999, São Paulo, SP, p.52

comunidades. Num segundo momento buscamos oportunizar o acesso a variadas técnicas da comunicação e da arte, através de uma relação de conhecimentos sistematizadora das experiências de ambos. Inicialmente, das experiências individuais, de cada oficina, de seus participantes (a história de vida de cada um e a história do coletivo da oficina ) e, posteriormente do conjunto das oficinas, na busca de um centro criador de onde poderemos gerar novas metodologias de intervenção nessa problemática e em outras problemáticas sociais. O projeto reforça sua dimensão comunitária nessa troca de conhecimentos que poderão resultar em instrumental importante para melhoria da qualidade de trabalhos sociais.

#### **3.4.1-A Oficina Música – ritmos amazônicos**

Além do uso terapêutico em momentos de tensão e de emergência, a música pode ser um forte instrumento de comunicação e de veiculação de informação, contribuindo para processos de participação social, pois, além da expressão humana individual, a música pode ser trabalhada como um elemento harmonizador, de ligação e de comunhão de identidades diferenciadas. Por poder ser utilizada em variadas situações sociais, o aporte deste conhecimento pode ser um ponto a mais entre as ferramentas de um trabalhador social.

O trabalho em uma oficina de ritmos tem como objetivo alcançar variadas carências vindas dos alunos, através de um processo de linguagem onde as crianças se antecipam na participação e integração, primeiramente em sua comunidade, e inserção posterior em espaços públicos, através da exibição de espetáculos, por exemplo. Percebe-se que aprendendo a executar ritmos e a tocar um instrumento a criança ganha espírito de reflexão, antes de decidir o rumo que pode tomar. A música também cria uma atmosfera de tranquilidade extremamente apropriada a populações em situação de risco, especialmente as que se encontram sob clima tensão social.

Na experiência em campo com crianças da Área da Liberdade, notamos que: 1- as crianças conseguiram ter disciplina na hora da apresentação musical; 2- souberam exatamente o que é fazer uma crítica sobre assuntos de seus interesses; 3- demonstraram coordenação na passagem de cada etapa da oficina. 4- houve assimilação e execução dos ritmos além das perspectivas do instrutor, surpreendendo com a qualidade na execução musical.

Desta forma, a oficina de música busca contribuir para uma metodologia de intervenção e interação sociais, promovendo a valorização pessoal, a auto-estima e o espírito de coletividade nos participantes, além do acesso a conhecimentos introdutórios de música, através da assimilação rítmica e participação nos trabalhos da comunidade. A execução coletiva de ritmos proporciona um momento raro de comunicação, onde indivíduos desenvolvem a noção de existência e identidade *do outro*, a percepção, a ação *em conjunto*, influenciando em uma consciência coletiva, participativa, baseados nas culturas cabocla, negra e indígena.

O estudo de novos instrumentos, a aquisição de ferramentas básicas de trabalho, a continuidade do aprendizado através de cursos, ensaios-aulas semanais, são necessários para fortalecimento e sedimentação do trabalho em espaços comunitários, até que grupos de estudo e de trabalho formados nas comunidades ganhem autonomia e vida próprias. Os instrumentos indicados para este tipo de oficina, baseada essencialmente em elementos percussivos são: o caxixi, o afoxé, o maracá, o tambor, bongô, triângulo e violão. Os ritmos amazônicos indicados para estudos introdutórios são o carimbó, a marujada, o boi-bumbá, o siriá e o lundú. Estas indicações objetivam um trabalho eminentemente popular, onde os instrumentos são de fácil aquisição e o conteúdo baseado na cultura autenticamente regional.

*Na experiência com crianças e adolescentes em situação de risco da Área da Liberdade, vale ressaltar a fala da senhora Graça dos Santos, avaliando a performance de sua filha Narrari dos Santos, 9 anos, na Oficina de Música : "...incrível como melhorou a relação da minha filha na família e na comunidade. Ela passou a ser mais*

*tranquila e mais colaboradora em casa. Aprendeu um sentido de cooperação que ela não tinha, melhorou o tratamento com pais e irmãos. Ela era um pouco egoísta e um pouco nervosa, e com o Projeto ela aprendeu a pensar melhor e dar oportunidade para o outro. Talvez ela tenha aprendido isso na relação com os colegas da Oficina, no uso coletivo dos instrumentos musicais”.*

*A experiência da interação e da criação coletiva, como é o caso da oficina de ritmos, onde cada um aprende a tocar um tipo de instrumento – uma célula musical - que precisa harmonizar com outro, para a formação de uma peça musical, pode oportunizar um aprendizado que leve em consideração, não apenas a vontade pessoal de cada um, mas a vontade do grupo, a objetividade da prática em um sentido comum, sendo o resultado, a expressão das diversidades de pensamentos, ações e particularidades individuais. Desta forma, a Oficina contribui para a participação consciente, a reflexão crítica sobre temas relacionados aos interesses do grupo, e, ao mesmo tempo, atende a uma necessidade com um espaço alternativo de entrosamento e produção cultural diante da escassez de espaços apropriados para atividade desta natureza nestas comunidades.*

#### **3.4.2- Oficina de cerâmica**

O objetivo principal em uma oficina de cerâmica é despertar a criatividade para que cada participante tenha sua própria linguagem artística e técnica. Num projeto social, a proposta não deve ter como objetivo apenas a produção de artesanato cerâmica utilitária, mas a produção de esculturas, a partir de total liberdade para a criação artística.

Quando analisamos o valor da arte e da comunicação no desenvolvimento de trabalhos em comunidades carentes, percebemos estes valores reprimidos, dentro de uma estrutura opressora, que cultua o dinheiro como valor absoluto, capaz de dominar todas as formas de relações sociais, a ponto de suscitar de imediato, principalmente

entre os adultos, a curiosidade de como estes conhecimentos podem estar associados para a melhoria da vida destes cidadãos.

Na experiência em campo na comunidade Parque Amazônia, evitamos o uso de modelos para serem copiados, não determinamos radicalmente que caminho o aluno deveria seguir. Deixou-se mais de uma opção para o aluno não se sentir forçado. Mesmo porque eles não estavam ali para cumprirem uma tarefa (como na Escola convencional), mas para descobrirem a arte como uma nova forma de expressão e integração social.

O fazer artístico, quando confrontado com situações reais ligadas a problemáticas sociais complexas toma dimensões mais concretas, estimulando a reflexão e a ação, valorizando não apenas o plano objetivo, mas a subjetividade, as vontades, os desejos de mudança a partir da situação real vivida pelos participantes.

A clientela de crianças e adolescentes em situação de risco social não nos ofereceu dificuldades para a realização do projeto. Percebemos que pessoas que não tiveram grande acesso à informação têm maior dificuldade em perceber que esta atividade pode tomar outros rumos que não seja o da cópia de formatos já concebidos.

Alguns necessitam de maior tempo que outros para assimilar técnicas e conceitos. Neste tipo de atividades, somente com **a continuação** do trabalho é possível obter resultados concretos, viabilizando a produção cerâmica através de **grupos de produção** que insira o conhecimento inicialmente repassado à comunidade dentro de um contexto economicamente viável para os participantes. O grupo, posteriormente poderá formar uma Cooperativa de Trabalho para produção de peças com vistas a comercialização.

Por outro lado, no sentido histórico e cultural, uma oficina de cerâmica pode realizar pesquisas sobre mitos, lendas e folclore junto aos participantes, com o objetivo de inserir esta representação na produção dos objetos cerâmicos, através dos formatos e da pintura (grafismo). Em uma oficina não há tempo hábil para introdução destes estudos, para um maior aprofundamento, que inclui teoria e prática, o que só

pode ser desenvolvido com a ampliação de oficina para cursos, com carga horária maior. O melhoramento do curso também depende da adaptação da infra-estrutura. É importante a construção de **fornos didáticos** para aulas práticas, **atelier de produção**, e espaço para acondicionamento das peças produzidas.

### **3.4.3- Pintura – oficina de estamparia em tecidos**

Uma oficina de pintura também tem seus resultados em dupla dimensão: a dimensão lúdica e a dimensão econômico-financeira. Está ligada a uma proposta posterior de geração de renda. Os conhecimentos adquiridos nesta oficina, resultam em produtos que podem ser facilmente comercializados. Neste sentido, este conhecimento pode estar associado à confecção de roupas, material de banho, mesa, decoração, à criação de um estilo que pode entrar em um segmento da moda autenticamente popular e transitar pelo mercado infomal ou até mesmo formal, dependendo do desenvolvimento do produto e sua relação com estes mercados. Notamos que esta oficina atrai predominantemente o público feminino: jovens e donas-de-casa, que buscam fontes alternativas de renda. As técnicas mais apropriadas nesta oficina, inicialmente são o tingimento com sal e açúcar, e a aerografia, por utilizarem materiais de baixo custo.

Outro objetivo nesta oficina é educar os participantes no sentido do artesanato com prazer e arte. Os adolescentes são naturalmente lúdicos e a maioria não trabalhou a sensibilidade e a sociabilidade com o grupo. A preocupação é com a situação de crianças sem oportunidade de expressão na sociedade. Se educamos a criança com responsabilidade, para a formação de pessoas expressivas, intelectualmente sadias, podemos confiar em adolescentes e adultos integrados à sociedade, exercendo os seus direitos e tomando o seu espaço com dignidade na mesma. A sociedade também agride crianças que não tem a oportunidade de conhecer

os valores que lhes são cobrados, mas não lhe são dados. O trabalho nesse campo é muito difícil e os resultados a longo prazo, mas é necessário e fundamental.

### **3.4.4-A Oficina de vídeo**

Que profissional do Serviço Social em algum momento de sua atividade não sentiu necessidade de registrar uma cena inadiável? Este recurso não nos parece prescindível. Além do caráter documental e didático, o vídeo poderá ampliar o nível de intervenção social, pela sua capacidade comunicação, principalmente em grupos sociais de estudo, pesquisa, ou diversão, lazer, informação e entretenimento. O vídeo pode ser uma ferramenta complementar no trabalho social.

Não apenas o produto final -a fita, geralmente utilizada como instrumento didático em salas-de-aula -, mas todas as fases da produção. Na coleta de imagens, por exemplo, o trabalhador social poderá estar formando um banco de dados sobre determinados temas, que armazenados em imagens brutas audio-visuais, poderão servi-lo em outro momento, para pesquisas em vários níveis. Depois de editadas e transformadas em vídeo-arte ou vídeo-documentário, poderão ser utilizadas como instrumentos didáticos, de conscientização, reflexão e debate, ou simplesmente informativos, para consulta. Poderá ser solicitada a participação da comunidade na reflexão e debate sobre os variados temas propostos. A própria produção do vídeo, poderá ser uma experiência participativa, na elaboração do roteiro, na formação de equipes de produção, na formulação de entrevistas, na edição, etc. Ao mesmo tempo, este trabalhador poderá estar fazendo uma pesquisa sócio-político-econômico-cultural, com o uso de instrumentos próprios da área do Serviço Social, com a produção de diagnósticos, a aplicação de técnicas de grupo, estudos de caso e de comunidades, etc

O aprendizado do funcionamento de planos e enquadramentos de câmera do cinema e da TV, possibilita o acúmulo de noções técnicas para obtenção de qualidade e liberdade de criação no processamento do som e da imagem., rendendo aos

participantes habilidades técnicas para elaboração de roteiros em atividades investigativas, entrevistas, enquetes voltadas à observação da realidade de sua própria comunidade, sobre assuntos, problemas sociais que lhes envolvem cotidianamente.

Na experiência com a comunidade Flora Amazônia, a Oficina de vídeo, possibilitou a abordagem de temas como violência, gangues, drogas, gravidez precoce, equipamentos de saúde e saneamento, cuidados preventivos referentes a doenças sexualmente transmissíveis, educação, esporte e lazer, etc. O conteúdo dos temas introduzem os participantes na produção audio-visual. Técnicas alternativas e domésticas de gravação e edição de imagens, são mais apropriadas para este tipo de trabalho.

#### **3.4.5- A Informática: o Projeto Luamim na rede de informação e de serviços sobre a criança e o adolescente em Belém.**

Uma rede de informação sobre a criança e o adolescente, pode basear-se em um conjunto de dados, denominado banco de dados, acompanhados por diversos profissionais da coletividade profissional, constituindo-se num sistema cuja filosofia de trabalho consista na cooperação de profissionais e de organizações, visando a maior efetividade na atividade de incorporação de dados em rede informatizada, organizados de forma descentralizada, tendo como meio de acesso a **internet**, ao mesmo tempo, com um controle central, ou **Centro Referencial de Informação sobre a Infância e Adolescência na Amazônia-CRIA ( proposta de criação/concepção de uma rede de informação, ver anexo 2).**

A criação de uma home-page por entidade e sua efetiva filiação à rede também caracteriza-se como algo importante para qualquer projeto que deseje maior poder de comunicação e visibilidade social, ao mesmo tempo em que sociabiliza ações, informações e serviços de atendimento à esta clientela, os quais, articulados sob esta concepção, facilitam a comunicação interna entre os setores que de uma forma e de



outra estejam ligados a uma política maior de, prevenção contra a violência, defesa, controle e atenção de direitos sociais. A home-page do projeto Luamim foi criada e poderá ser visitada no endereço [www.amazon.comn.br/luamim](http://www.amazon.comn.br/luamim) (em construção).

A forma de organização **em rede**, na verdade é o resultado de várias experiências no trato com a questão da criança e do adolescente, a exemplo do MNMMR-Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que tem, em sua trajetória, a mudança do enfoque da **institucionalização não participativa** para o enfoque da **criança-sujeito** e da participação da comunidade, onde os recursos da informática tornam-se extremamente importantes pela transferência imediata das experiências e pela ampliação das possibilidades de participação, compartilhamento .

Nesta mudança de enfoque vemos que, a primeira concepção via na criança uma ameaça à ordem social. De caráter repressivo, não permitia a participação da população na gestão da política destinada a este segmento social. A segunda concepção centra-se na criação de condições para que as crianças e adolescentes, enquanto sujeitos da ação, buscando soluções alternativas, fundamentadas na participação da comunidade. Mas é importante também salientar a necessidade de treinamento, de investimento em recursos humanos para o domínio da linguagem técnico-operativa de um circuito informativo em rede. Essa concepção de participação, muito mais política, a nosso ver deve dar ênfase a exercícios práticos, onde haja maior domínio sobre os mais avançados meios de comunicação e produção da informação.

Scherer<sup>33</sup> nos chama a atenção para a emergência de novos temas na análise dos movimentos sociais e suas perspectivas nos anos 90

*1.“... o processo de desorganização social que vem ocorrendo, sobretudo, devido ao crescimento urbano acelerado e desordenado e aos processos de exclusão que acompanham as crises de crescimento, onde os organismos sociais estariam dando*

---

<sup>33</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. 42<sup>a</sup> Reunião Anual da SBPC, Mesa Redonda organizada pela Sociedade Brasileira de Sociologia, julho de 1990.

*lugar a condutas de crise: bandos de jovens, grupos de delinquentes e grupos de violência organizada nas metrópolis contemporâneas”*

*2. “ (...) a análise do surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimentos, na busca de que permitam entendê-las” Ex: O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua-MNMMR, Associação Nacional de ONGs, Fórum de ONGs para a ECO 92, Fóruns da Defesa da Criança e do Adolescente e uma grande variedade de fóruns temáticos organizados pelos movimentos populares...”*

A organização “ em rede” do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua-MNMMR, segundo relatório (Série 3, n.º 1:1994) “ só se deu porque os programas alternativos da década de 80 -e seus educadores-, romperam com o isolamento e criaram um instrumento de articulação em rede, de caráter permanente, resultando na rapidez das respostas para os problemas encontrados na prática cotidiana e no fortalecimento das experiências bem-sucedidas”. Este tipo de organização, na verdade prevê o compartilhamento rápido de experiências e informações, onde uma experiência, mesmo a mais distante, seja conhecida e pesquisada por todos os usuários da rede.

#### **4-ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EM CAMPO**

Precisaremos considerar primeiramente que: 1- a maioria dos participantes das oficinas foi formada por estudantes (60,3%), matriculados até a 8ª série do 1º Grau, avaliam o ensino na Escola como “bom”, mas acham os recursos didáticos insuficientes para uma “ótima educação”. 2- a maioria dos participantes que trabalham, procuraram as oficinas como alternativa de geração de renda, moram com 4 a 7 pessoas e exercem atividades de monitores sociais ou lideranças na comunidade. Todos os participantes com renda média mensal entre R\$ 51,00 e R\$ 400,00, pertencem à classe D, no quadro de classificação econômica.

---

O maior grau de carência e de violação dos direitos sociais básicos previsto na Constituição (88) e no ECA (90), foi verificado nas oficinas de música, e cerâmica. Na oficina de música, realizada na comunidade Área da Liberdade, localizada à beira da Av. Perimetral, este quadro se mostrou muito mais complexo, pela carência em múltiplos aspectos: equipamentos de saúde, esporte, lazer, saneamento e segurança, inicialmente. A situação geográfica (moradores em barracos à beira da pista) coloca estes indivíduos em constantes situações de risco, de abalo até à integridade física, dado abalo até à integridade física, dado a proximidade com o perigo de acidentes de tráfego e a escolha do espaço para ocupação. Como não tem calçada pública, nem espaço reservado para construí-la -os moradores construíram seus barracos entre os muros e a pista - trafegam competindo com carros, ônibus, caminhões, à toda hora do dia. Esta situação cria uma clima constante de tensão e conflito social. Notou-se também carência de nutrição nas crianças, porém, quando atendidas nessa necessidade, com o lanche oferecido pela oficina, demonstraram grande motivação. Nestas oficinas foram registrados também casos de adolescentes ex-usuários de drogas e ex-integrantes de gangue. Vejamos o depoimento de **Ivanildo Ferreira**, integrante da oficina de música: “...é muito bom ensinar para não ir no caminho do mal. A gente não tem o que fazer, é melhor ficar aqui aprendendo. Em vez de estar na rua usando droga, a gente fica aqui feliz, sem pensar em porcaria”.

A maioria dos participantes das oficinas já está na área há 10 anos, cujas famílias são oriundas basicamente dos bairros do Guamá e Jurunas – considerados os bairros mais populosos e pobres de Belém - e do interior do Estado. Também é importante notar, que dos que pararam de estudar, a maioria não volta porque “precisa trabalhar”, são trabalhadores informais e donas-de-casa e procuraram as oficinas de estamperia e cerâmica. Já os estudantes ocuparam maior número de vagas nas oficinas de música e vídeo, mais por interesses lúdicos.

Quanto a instrumentos de arte e comunicação que gostariam de aprender, trabalhadores informais, lideranças e donas-de-casa demonstraram, em ordem de

importância, maior interesse por 1.pintura em tecidos, 2.pintura em tela, 3.cerâmica, 4.montagem de peças teatrais, 5.vídeo, 6.fotografia, 7.editoração de livros , enquanto os estudantes escolheram 1.instrumentos e montagens de peças musicais, 2.montagem de peças teatrais, 3.pintura em quadros e tecidos, 4. cerâmica, 5.fotografia, 6.vídeo, 7.jornal alternativo e 8.rádio comunitária.

Quanto aos meios de comunicação e informação preferidos, fazendo uma análise por faixa etária, a turma de 10 a 14 anos tem preferência por televisão e vídeo, de 15 a 19, televisão e de 20 a 24, televisão e jornal escrito. Quanto à arte, de 10 a 14 anos, a música, o teatro e a dança. De 15 19 anos, música, teatro e cinema, e de 19 a 24 anos, literatura. 96,2% dos entrevistados gostaria de ter outras opções de esporte, lazer e cultura no bairro e reivindicam a construção de um complexo esportivo, incluindo, quadras de futebol, volei, tênis, praças e áreas de lazer e de um complexo cultural, incluindo cinema, teatro e dança como primeiras necessidades. As imagens da televisão e da pintura, são as mais lembradas em referência à comunicação e arte, respectivamente.

Quanto à presença da arte e da comunicação na vida das pessoas, 92% disseram que acham importante. Quando foi perguntado porque acham importante, a maioria respondeu “para melhorar a relação das pessoas com a comunidade” e vai usar os conhecimentos para 1º “ganhar dinheiro”, 2º “trabalhar como artista”, 3º “estimular trabalhos na comunidade. Notamos carência quanto aos meios de informação na comunidade.

A maioria respondeu que se informa sobre os assuntos da comunidade apenas através de amigos e parentes., poucas pessoas citaram a rádio ou o jornal comunitários como meio de informação interna da comunidade. Por outro lado, a maioria gostaria de aprender técnicas de gravação em VHS, fotografia e rádio comunitária. Na área de arte, as técnicas mais solicitadas são, pintura e execução de instrumentos musicais (empatados), cerâmica e montagem de espetáculos teatrais. Quando foi perguntado,

para quê o apredizado dessas técnicas seria importante, 57% disseram “ para repassar para a comunidade”, 28,6% “para melhorar a renda familiar”.

## **VI-A TOMADA DO ESPAÇO, ATRAVÉS DE UMA AÇÃO COMUNICATIVA E INTERVENTIVA NA REALIDADE**

Vamos começar falando em números. Atualmente, *“...cerca de 540 milhões de crianças em todo o mundo – ou uma em cada quatro – vivem no ameaçador e sempre presente clima de violência que pode eclodir a qualquer momento, ou são deslocadas dentro de seu próprio país, ou se tornam refugiadas devido aos conflitos já existentes. Centenas de milhares são atingidas por enchentes e secas, que se alternam em padrões repetitivos (...) e o número de pessoas vivendo na pobreza continua a crescer à medida que a globalização avança em seu curso inerentemente assimétrico: expandindo mercados através de fronteiras nacionais e aumentando a renda de relativamente poucos , oprimindo ainda mais a vida daqueles que não detêm os recursos para serem investidores, portanto não detêm capacidade para usufruir da cultura global (...) em todo o mundo, mais de 130 milhões de crianças em idade escolar estão fora da escola”* (Situação Mundial da Infância, UNICEF, 2000).

No Brasil, 3, 1 milhões de crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola (IBGE, PNAD, 93)), dos que são matriculados, 18,4% repetem as séries do ensino fundamental regular (MEC, 1994). 3, 6 milhões de crianças entre 10 a 14 anos encontram-se trabalhando, 45% só no Nordeste. 2, 5 milhões encontram-se desenvolvendo atividades em carvoarias, canaviais , sisais, pedreiras, laranjais, garimpos, e fábricas de material para construção e de confecções, 45% destas estão no Nordeste. Já a população de adolescentes trabalhadores, entre 15 a 17 anos é de 5, 1 milhões, com 58,7% no Sul (PNAD, 96). No Pará está maior incidência de trabalho escravo envolvendo menores do país, principalmente nos municípios de Santana do Araguaia, Cumaru do Norte e Santa Maria das Barreiras (Comissão Pastoral da Terra, 1998).

No Pará, cerca de 14,8% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola e 12, 41% de sua população total é analfabeta (IBGE, 1996); registra uma das maiores taxas de mortalidade infantil do país: 35,83 (IBGE, 1998). Em Belém 2.398 crianças e

adolescentes vivem em situação de risco social na área urbana; 1.914 vivem em situação de trabalho para auto-sustentação ou complemento da renda familiar, em atividades de vendedor ambulante, guardador de carro, engraxates, lavador de carro, frentista, cambista, catador de frutas, feirante, das quais, 525 sofreram alguma forma de violência (agressão física, atentado ao pudor, assédio sexual e prostituição) 289 usam alguma de droga (as mais usadas cola, maconha, cocaína, pasta de cocaína, xarope, rupnol, crak, álcool) e 95 não têm onde morar, vivem nas ruas (FUNPAPA/ACERTAR, 1998).

O Brasil é o país que apresenta a maior concentração de renda, entre 174 nações analisadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A renda per capita anual dos 20% mais pobres no Brasil equivale a 578 dólares, enquanto a dos 20% mais ricos, a 18.563 dólares

Para se ter uma idéia da grandiosidade do problema, a per capita dos mais pobres do Brasil é comparável à per capita de um Estado africano pobre como a Tanzânia, enquanto que a per capita dos mais ricos equivale à per capita de uma nação européia como a Suécia. O primeiro grupo, detém apenas 2,5% dos rendimentos nacionais, enquanto que o segundo concentra 64,% do total , ou seja, a per capita dos mais pobres é 32 vezes menor que a dos mais ricos no Brasil<sup>34</sup> .

Ainda, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, em 1999, cerca de 57 milhões de brasileiros – o equivalente a 35% da população – vivem em condições de pobreza, com renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo.

O total de famílias que vivem nestas condições é de 10,3 milhões (IBGE, 1999). O Programa de Garantia de Renda Mínima do governo federal que beneficia com R\$ 15,00 (a outra parte, 50%, é investimento de Estados e Municípios) famílias com filhos de 0 a 14 anos com renda familiar per capita inferior a R\$ 65,00, planejou gasto de R\$ 200 milhões no ano de 1999, o que atenderia no máximo 2,2 milhões de famílias, ou seja, apenas 21,6% dessas famílias.

Segundo Faleiros<sup>35</sup>, “o processo de comunicação da classe dominante objetiva tornar os receptores passivos para estimular a adoção de determinados comportamentos que são considerados desejados, principalmente para consumo de produtos, idéias. As idéias sociais são vendidas como mercadorias, são colocadas no mercado da aceitação e a questão da hegemonia já se tornou “sistematizada” por meio do **marketing** social para provocar mudanças cognitivas, de comportamento, de ação, de valores nas classes subalternas”.

No que se refere ao caráter educativo das emissoras, que constitucionalmente é assegurado, o quadro continua praticamente inalterado, à exceção da programação da TV Cultura, de São Paulo. As outras emissoras, utilizam o espaço destinado a programações infanto-juvenis principalmente para comercializar os produtos criados por uma indústria cultural pobre de reais significados e veicular a ideologia do mundo capitalista, não expressando a diversidade da cultura nacional.

O que ocorre, na verdade é a criação de réplicas de personagens reais, idéias e modelos dos “patrocinadores” à quem a Televisão brasileira, e em especial a Rede Globo, mantém, juntamente com o Estado, seus acordos de longa data. A qualidade tão ressaltada de sua programações referem-se, na verdade, a um impressionante aparato tecnológico, capaz de causar ilusões de ótica em cidadãos desprovidos de educação, e constrangimento nos mais escolarizados. É a qualidade da aparência, em detrimento da qualidade da essência, do que é essencial para a vida brasileira, do que está na pauta do dia do simples cidadão.

Ao mesmo tempo, temos o problema de campanhas publicitárias e *marketing* políticos que mostram um Brasil limpo, organizado, dando a sensação de que o País está estabilizado, e quando saímos às ruas, encontramos a face cruel dessa falsa estabilidade: uma extensa população de excluídos sócio - economicamente. É o Brasil que o Brasil não vê pela TV, pelos telejornais, pela telenovela, pelos horários políticos

---

<sup>34</sup>Fonte: Banco Mundial, 1999.



oficiais. Quando vê é sempre sob a aura da violência, com personagens despidos de opinião e de crítica.

O sensacionalismo, acaba dando sempre um tom de espetáculo, principalmente nas novelas e em programas dito “populares” fundado do escatológico, no feio e não na dignidade, naturalidade de um cidadão que tem um estilo, um jeito de ser, um espaço, uma história e uma relação dialética, de constantes mutações, transformações e luta de classes oponentes. A expressão e a luta da classe proletarizada acabam sendo transformadas em kits, esquetes, produtos descartáveis de um teatro de revista de chanchada, sempre a provocar o riso e a falsa alegria, nunca a reflexão, a conscientização crítica.

Por outro lado, fortalecem-se os monopólios nacionais e internacionais, os grupos privilegiados provenientes de grandes capitais e surgem os magos das finanças detentores de conhecimentos privilegiados de mercados e políticas de Estado. É a política chamada neoliberal. Mas vale aqui citar Toledo<sup>36</sup> : *“de acordo com qualquer uma de suas doutrinas puras, o Estado neoliberal não existe, e duvidamos que venha a existir. O neoliberalismo realmente existente não é senão o Estado do grande capital, que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra; implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial, também nos gastos sociais; e descontou sobre os trabalhadores os custos da crise...”*

Com referência às políticas sociais no governo FHC, especialmente ao Programa Comunidade Solidária, primeiramente, analisando o próprio nome do Programa, encontramos uma contradição: a alusão ao espírito comunitário que o nome sugere não encontra respaldo na ação, pois para se implementar um trabalho realmente comunitário, o Programa deveria fazer uso de mecanismos diferentes de comunicação com a população, inclusive menos arrojado, mas consequente, valendo-

---

<sup>36</sup> TOLEDO, Enrique de la Garza in LAURELL, Asa Cristina (org.). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. Cortez, 1996, p.84

se de uma forma de comunicação popular, que diferencia-se totalmente da comunicação de massa. E comunicação popular se dá de baixo para cima, de forma horizontal, das camadas populares em direção às classes dominantes, e caracteriza-se pela sua diversidade, que a torna mais dinâmica e dialética. A comunicação de massa, se dá de forma vertical, de cima para baixo, caracteriza-se pela sua homogeneidade, que a torna pesada e autoritária, pasteurizante.

Outra contradição, a meu ver, é o termo “Solidária”, que o Programa define, enquanto princípio, como *“engajamento ético de quem quer acabar definitivamente com a situação de fome e miséria existente no Brasil”*. Vê-se que os dois termos utilizados para formar o nome do Programa, situam-se mais no plano ideal. E esta solidariedade pressupõe ainda a relação de uma classe dominante sobre outra. De **quem pode** ( economicamente, já que o Programa também é composto por uma Associação de Empresas) prestar solidariedade a **quem precisa**, baseada na benevolência, no assistencialismo católico ultrapassado, e não dentro da concepção de direitos sociais ampliado a todos os cidadãos, previstos na atual Constituição (88).

É a cultura dos privilégios, dos que são “escolhidos” e incentivados com “benefícios” fiscais para praticar a boa ação, e dos que são escolhidos para receber os resultados destes benefícios, a doação. Pelas disparidades nos atendimentos regionais, pela falta de critérios locais, estudos anteriores de demanda de cada região para verificação das reais necessidades de cada população, esta política planejada de forma centralizada, está muito longe de ser uma política realmente social, muito menos comunitária.

O programa cobre as reais demandas da população ou essas demandas são criadas a partir do interesse do programa e de seus articuladores? O programa parte de estudos de necessidades, caracterizações, contextualizações, história, vontade popular, ou vai encontrar projetos-resultado de construções apressadas, especializadas, caça-níquel e votos, entidades que transmigram ora e outra de siglas, estabelecimentos e partidos?

De que forma aquela comunidade cabocla ali, beira-de-rio, ou de áreas extremamente pobres, cujos representantes têm geralmente baixa escolaridade, e não dominam as técnicas básicas de comunicação, de produção de projetos, irá se adequar a formatos e diretrizes de um programa e beneficiar-se do mesmo sem que estas diretrizes tenham sido estabelecidas levando em consideração as especificidades das formas de comunicação populares? A meu ver, as formas de comunicação do Programa são massificantes, propagandísticas, impositivas e não instrumentais, facilitadoras, receptivas. O Programa fala a língua do povo? O Programa é Comunitário? Se não, então o Programa é solidário com quem?

No aspecto educacional, a década de 90 representa para o Brasil um marco histórico no que se refere a mudanças para a Educação. Os primeiros sinais vieram da própria Constituição Federal, de 88, que, em seu Art. 1º, pela primeira vez incorporou o conceito de cidadania aos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Especialmente importante para a área social também foi a introdução dos conceitos **valores sociais do trabalho e livre iniciativa** na referida Carta.

Outro avanço que devemos destacar, que na verdade amplia o Art. 1º da Constituição é o texto da Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Art. 1º: “a educação escolar deverá vincular-se ao **mundo do trabalho** e à **prática social**”. Estes dispositivos apontam para uma nova Escola voltada para a educação de **cidadãos** e para as atuais exigências do mundo do trabalho, ao mesmo tempo prevê condições de acesso a conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Em relação às Universidades, o que nos chama a atenção é a constante presença da proposta de vinculação entre ciência e cultura no PNE-97. Em todo o capítulo que trata da Educação Superior, esta vinculação apresenta-se como característica fundamental da nova Universidade. É a Universidade que se quer hoje, contextualizada culturalmente, crítica, debatedora de seus próprios problemas, peculiaridades, ampliando o seu raio de ação e reflexão, com resultados mais concretos

ligados à realidade cultural que está aqui ao lado, e esteve por tantas décadas obscurecida .

O Art. 43 da LDB coloca como finalidade da Educação Superior “estimular a **criação cultural** e o desenvolvimento do **espírito científico**” nos espaços de produção do conhecimento. Isso nos coloca diante de dois problemas: 1- No que se refere ao desenvolvimento do espírito científico, é sobremaneira estimulado nas áreas tecnológicas, em detrimento das áreas de ciências sociais e humanas. 2- a criação cultural é praticamente inexpressiva nas Universidades e nas Escolas, dada a ineficácia das políticas culturais que porventura existam, quando existem. Falo de uma política cultural que promova todas as áreas da expressão cultural-artística, e não de uma política de eventos isolados, pequenas programações , lançamentos de obras esparsos, shows promocionais.

Uma instituição de ensino marginalizar-se de sua própria realidade, acumulando conhecimentos que não promovam o diálogo com sua comunidade também não é o modelo hoje esperado pela maioria da população. Além de uma revisão curricular e de postura, o novo diálogo deverá concretizar-se através da contínua atualização de conhecimentos técnico-didáticos, do uso das tecnologias da comunicação (a televisão, o videocassete, a filmadora, a câmera fotográfica, o rádio, o gravador, o computador ) e diversas técnicas de produção artística ( do teatro, da música, da cerâmica) como possibilidade de uso enquanto ferramenta social. Estes conhecimentos facilitam, complementam potencialmente a reflexão, o debate, a interpretação crítica da realidade, além de se apresentarem, , como fontes de informações educativas, de ativação da cidadania.

Outro ponto que consideramos importante nos parâmetros curriculares nacionais é a incorporação do conceito de **transversalidade** à prática educacional, nas disciplinas já existentes, no trabalho educativo das escolas. Trata-se da inclusão de temas sociais urgentes como **Ética, Meio Ambiente, Sexualidade, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo**. Também de igual importância é a autonomia na

construção do **projeto educativo** das escolas, o que educadores mais politizados estão chamando de **projeto político-pedagógico**.

Mas a construção de um projeto político-pedagógico requer atualização de professores e técnicos. Estas propostas de construção de projeto coletivos, com a participação da comunidade, podem ser adotadas pelos profissionais da área social. O Plano Nacional de Educação parece não considerar as populações marginalizadas na sociedade. A meu ver, deveria haver um capítulo para educação de meninos e meninas que vivem nas ruas. Não existem propostas sócio-pedagógicas para esta clientela., que parece não existir. Daí dá para perceber a quantas andam as políticas integrativas existentes para este setor.

A exemplo da FEBEM-Fundação do Bem Estar do Menor, de São Paulo, estas estruturas estão desabando, por não considerarem a dimensão lúdica e cultural dos adolescentes. Por outro lado, cresce o número de jovens infratores pertencentes à classe média<sup>37</sup>.

Essas populações, de adolescentes analfabetos, jovens desempregados, homens e mulheres em zonas de prostituição, idosos e crianças, vivem em situações especiais de violência de direitos, para às quais será necessário um novo olhar, uma nova concepção de construção da cidadania com o resgate de valores fundamentais para o mínimo de dignidade: materiais básicos, instrução e exercício da crítica e da liberdade. Uma nova visão, uma nova educação, um novo projeto político- pedagógico, uma nova arquitetura para abraçar esses seres que se acostumaram nas ruas, onde a casa é uma praça, e a praça um teatro, um cinema, um parque, um circo.

---

<sup>37</sup> ESTUDO revela o aumento da violência entre jovens da classe média. O Liberal, Belém, 3 jul. 2000, Atualidades, p. 4. ( estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, realizado com 3.893 infratores entre 12 e 18 anos). Ainda no artigo, segundo o promotor de Justiça da Infância e da Juventude Wilson Tafner “ pelos questionários que fazemos, dá para ver que o número de jovens de estrutura econômica mais privilegiada, que praticam atos infracionais, principalmente contra o patrimônio, está crescendo”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sem dúvida nenhuma estamos vivendo uma nova história na educação brasileira, mas essa história precisa sair do papel, precisa encontrar condições de plena comunicação e mudanças em postulados e posturas existentes em instituições e indivíduos. E essas condições implicam no interesse do agente sócio-educacional em querer se atualizar e se instrumentalizar diante das novas demandas sociais, para o atendimento do cidadão comum em suas reais necessidades econômico-estruturais.

Se a nova escola está voltada para o debate e compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva, à afirmação do princípio de participação política, como isto se dará sem um esforço conjunto, sem uma mobilização política, sem o aporte dos instrumentais necessários a essa participação? Como falar em cidadania e participação política se não conhecemos a nossa própria identidade cultural, e não dominamos os meios para comunicação expressão de nossa realidade?

Globalização é um conceito que precisa ser conhecido, constantemente debatido, criticado e questionado. Por estar relacionado geralmente à uma interpretação econômica, encobre uma relação de dominação que abrange outros planos da vida social, como os planos cultural e político. Reforça a hegemonia do capitalismo como sistema de produção que se sustenta pela exploração insidiosa da classe trabalhadora, através da mais-valia. Amplia esse sistema em proporções transnacionais e diminui cada vez mais o poder de mobilização política dos trabalhadores.

Fortalecem-se os meios de informação e comunicação da ideologia das classes dominantes, através da disseminação de um padrão de normas técnicas e do monopólio dos instrumentos de produção, cujo acesso, torna-se cada vez mais difícil - além dos obstáculos de natureza material - dada a criação e dominação de códigos não socializados, capazes de em um dia, dependendo da conveniência, transferir

escritórios de um setor a outro, de uma cidade à outra, de um país a outro, concentrando ainda mais o poder econômico, debilitando e ameaçando trabalhadores, causando demissões, desempregos.

Por outro lado, as ciências sócio-econômicas e sociais têm contribuído muito mais para o funcionamento do sistema a favor da classe dos capitalistas, através da legitimação de um conhecimento acrítico, ordenador, que vê os fenômenos e as demandas sociais sob a ótica do controle, do ajustamento, e, especificamente, no caso do Serviço Social, da assistência emergencial, descolada de uma concepção de serviços e direitos sociais que devem ser atendidos de forma integra a todos os cidadãos. Este quadro nos sugere uma reflexão-ação crítica nesta sociedade, dentro de um contexto e da noção de luta de classes. O que se vê é o conformismo, a sensação de uma falsa satisfação e sujeição às regras estabelecidas pela classe dominante.

O projeto Luamim, a partir de suas experiências têm se revelado como uma forma alternativa de intervenção crítica na realidade social de seus participantes, pois, além dos seus objetivos iniciais – sensibilização e conscientização sobre a problemática das crianças que vivem nas ruas – tem um lado prático que possibilita o repasse de informações técnico-instrumentais da comunicação e da arte, criando novas formas e espaços de diálogo na sociedade.

Esses espaços oportunizam o debate e a reflexão sobre o tema principal do projeto e temas relacionados. Quando se discute a situação da criança na rua, discute-se também condições de moradia, nutrição, saúde, escolaridade, família, arte e cultura, mobilização para transformação de situações de negação e violação de direitos.

Tal qual outras Leis, o Estatuto é muito bem intencionado e um potente instrumento de luta, porém, sem a ação, se o que está inscrito não for posto em prática, pouco constuibirá para a transformação dessa realidade no País. Quando nos deparamos com a verdade da infância e adolescência no Brasil, como também da família brasileira, em sua relação direta com o modo de produção capitalista, vemos um caminho muito longo a ser percorrido pelos que se interessam na mudança

qualitativa deste ambiente ecológico, social, humano e técnico, e dos modos de operação e inter-relação nestes ambientes.

O relatório Situação Mundial da Infância (UNICEF, 2000), traz um ideal e um apelo: *“o ideal no qual cada bebê terá um início de vida saudável, cada criança terá uma educação de qualidade, e cada adolescente terá a oportunidade de desenvolver suas habilidades únicas...”* apelo é dirigido a famílias e comunidades – e às próprias crianças e aos próprios adolescentes -, para que **se façam ouvir** para ajudar a transformar este ideal em realidade em sua vida diária” .

O Relatório diz ainda que :1) *“ é fundamental garantir que os adolescentes participem de suas comunidades e da sociedade civil, para proteger seu direito ao desenvolvimento, e para garantir que seus direitos sejam protegidos e realizados; 2) “ fornecer aos adolescentes habilidades, informações, apoio e serviços aumenta sua capacidade de evitar ou superar muitos dos problemas que provavelmente os adolescentes encontrarão, como violência, acidentes, abusos graves, e sexo não desejado ou inseguro”.*

Por outro lado, no que se refere especialmente a programas educacionais, eles devem, entre outras observações, “envolver famílias e comunidades, usar tanto a pedagogia formal quanto a informal, usar tecnologias de informações e comunicação para reduzir disparidades em acesso e qualidade nos serviços” (Situação Mundial da Infância, UNICEF, 2000). De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, as crianças e os adolescentes que vivem em situação de risco têm direito a proteção especial.

A pesquisa em campo comprova a importância da arte e da comunicação na vida das pessoas, na construção de cidadania, de solidariedade nas comunidades. Nota-se interesse da maioria dos participantes em repassar os conhecimentos adquiridos a outros membros das comunidades, na formação profissional - com a aquisição de uma atividade artística associada à geração alternativa de renda, à instrumentalização para a ação crítica, pela valorização da diversidade de expressões, habilidades e



potencialidades, e criativa, para transformação de uma realidade não desejada, opressora, ameaçadora à vida. Mostra a necessidade de construção de espaços alternativos para expressão intelectual e artística, para o esporte, o lazer, a cultura, e o trabalho e do atendimento e garantia de direitos sociais básicos como saneamento, saúde, moradia, proteção, educação e nutrição como pré-requisitos indispensáveis à plena realização social do cidadão.

A mudança desse quadro não se dará como algo totalmente fora do meio em que vivemos - o meio capitalista-, como um acontecimento salvífico a atingir a todos os cidadãos. A história nos mostra que as grandes mudanças só foram possíveis no país, após intensas mobilizações sociais, mobilizações essas, que, a meu ver devem ser instrumentalizadas, equipadas com recursos próprios de cada geração. Aí vale ainda citar Faleiros:

*“...é fundamental que na comunicação profissional o próprio cliente, o usuário, o comunitário redescubra seu papel protagônico, transformador da sua classe, da sua categoria, das suas organizações. Para isso é necessário que o processo de comunicação contribua para que as decisões se tomem na base (...) e a denúncia, a crítica e a criação de meios alternativos são alguns dos muitos instrumentos desse processo.”<sup>38</sup>*

Portanto há necessidade de preparação para a ação de forma crítica e interventiva na realidade. Interventiva, não no sentido como esse termo tem sido tomado na teoria e na prática, a partir do Estado em direção às populações marginalizadas do sistema produtivo, reforçando a hegemonia da classe capitalista. Evidentemente será necessário um maior domínio dos meios de produção, que no momento encontram-se sob a guarda de elites econômicas, comerciais e políticas. Falo de uma intervenção a partir da classe proletarizada, de uma consciência de sua condição de classe em luta cotidiana. Aí está a grande responsabilidade dos

---

<sup>38</sup> FALEIROS, Vicente de Paula. Op. Cit., p. 108.

profissionais das áreas sócio-econômicas, humanas e sociais: a de promover um contra-dicurso, uma consciência política e um fazer instrumental e técnico criativos, capaz de ir mudando essa relação de dominantes e dominados, dando **voz** a quem tem fome – e não apenas comida -, alargando o espaço do diálogo, através da criação de outros espaços, onde essa relação de dominantes e dominados, dando **voz** a quem tem fome – e não apenas comida -, alargando o espaço do diálogo, através da criação de outros espaços, onde o conhecimento não seja mais uma forma de manipulação e dominação de indivíduos, mas um gesto de libertação e de valorização da expressão humana. Onde Educação não seja apenas uma escola, mas uma atitude, onde o educando não seja apenas o aluno, mas o cidadão, onde educador não seja apenas o professor que declara, mas o companheiro que avisa, que anuncia o novo, a nova história que clama por inclusão.

Se a revolução do proletariado, conforme nos diz Marx <sup>39</sup>, se dá no seio do capitalismo, ou seja, a partir dos antagonismos internos das classes oponentes, e somente quando a classe dominada consegue perceber-se como classe, nas suas reivindicações políticas, torna-se cada vez mais necessário que essas intervenções se ensejem a partir de maior consciência das dimensões social, política, cultural e técnica de cada intervenção.

Fala-se usualmente em socialização dos meios de produção como um acontecimento necessário e esperado para que haja maior equidade nos níveis de expressão de classes, mas a meu ver estes meios nunca serão socializados e sim conquistados, construídos em luta. Não falo apenas dos meios de propriedade material, mas também, e fundamentalmente, dos instrumentos de propriedade intelectual, informações técnicas, com igualdade e oportunidades de acesso a todos os cidadãos. Luta, onde as intervenções sejam constantemente reavaliadas e criticadas, tendo o conceito de técnica como o desocultamento da “ verdade da relação

---

<sup>39</sup> MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Boitempo Editorial, 1998, São Paulo, p. 40.

do homem com o mundo”, verdade esta, que se expressa em um embate político pelo exercício pleno da cidadania. Daí a necessidade de maior aproximação, conhecimento e domínio de todo meio-ambiente tecno-operativo social e cultural que envolve a experiência interventiva.

**Peças interventivas** são, portanto, instrumentos da arte e da comunicação utilizáveis na prática do trabalho social que, articuladas individualmente ou em conjunto, integram-se como documento à coleção de instrumentos próprios da área do Serviço Social, e diligenciam a intervenção na realidade, podendo formar, portanto, módulos de intervenção autorecycláveis, conforme as necessidades e demandas do problema, da situação a ser enfrentada.

Desta forma, admitimos que o Projeto Luamim, através de suas **Peças Interventivas**, contribui para a atualização prático-metodológica de trabalhadores sociais envolvidos com a questão das crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, e para a integração socio-cultural e política destas crianças e adolescentes, através da instrumentalização para inserção econômica e construção de cidadania e da disponibilização de informações técnicas ante às novas exigências, demandas sociais e comunicacionais advindas com o novo sistema de mercado globalizado, em um processo de interação-transformação social contínuo, tornando-se necessária a ação comunicativa entre indivíduos e instituições sociais, populares e oficiais, mediados pelos recursos sócio-educativos da comunicação e da arte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Da experiência ao conhecimento: a informação clínica em homeopatia. Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

BRUSEKE, Franz Josef. Heidgger como crítico da técnica moderna. Paper do NAEA, UFPA, 1997;

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais, MEC/SEF, Brasília, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, MEC/SEF, 1998.

CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa. Cortez Editora, São Paulo, 1980.

DAMASCENO, Alberto. A Constituição Paraense de 89 e os Planos de Educação para a Amazônia, GEU, Belém, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social, Cortez Editora, SP, 1983;

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista. Cortez Editora, São Paulo, 1986.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia, Edições Loyola, 1994;

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

ISTO É. BRASIL 500 ANOS - Atlas Histórico - Editora Três, São Paulo, 1998.

KEHL, Maria Rita. In "Um País no Ar- história da TV brasileira em 3 canais". Brasiliense/FUNARTE, São Paulo, 1986

MACIEL, Carlos Alberto Batista. "A Lei Orgânica da Assistência Social frente ao Programa Comunidade Solidária. Fórum Paraense de Assistência, Belém, 22.02.95.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Boitempo Editorial, São Paulo, 1998.

NETO, Wanderlino Nogueira in Sistema de Garantia de Direitos, CENDHEC, Recife, PE, 1999.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, MEC, Brasília, 1997.

PERROTTI, Edmir. In Revista Nova Escola, Ano VII, Nº 56, Editora Abril, São Paulo, 1992.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. II PND, IBGE, 1975.

REVISTA TEORIA E DEBATE., Edição N º 24, Documento: 64 Nunca Mais. Encarte Especial, São Paulo, 1994.

SCHERER, Ilse. Redes de Movimentos Sociais, Edições Loyola, 1996;

SODRÉ, Muniz. Reinventando @ Cultura. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

\_\_\_\_\_, Muniz. O Monopólio da Fala. Editora Vozes, Petrópolis, 1989.

\_\_\_\_\_, Muniz. A Comunicação do Grotesco. Editora Vozes, Petrópolis, 1976.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. In Planejamento e Políticas Públicas, Número 12, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, São Paulo, 1995.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação, Editora Cortez, São Paulo, 1985.

TOLEDO, José Roberto de. Globalização Aprofunda o abismo entre ricos e pobres. Folha de São Paulo, 1998.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia, R.J. Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ANDER-EGG, Ezequiel. Diccionario del Trabajo Social, Editora Lumen, Buenos Aires, 1995;

\_\_\_\_\_Diagnóstico Social – Conceitos e metodologia, Editora Lumen, Buenos Aires, 1995;

\_\_\_\_\_Las técnicas de comunicación al servicio del Trabajo Social. Instituto de Ciências Sociales Aplicadas, Buenos Aires, 1992;

BELTRAN, Luis Ramiro (organizador). Comunicação dominada, Paz e Terra, 1982;

BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de Política, Editora UnB, 1983;

BRUCCULÉRI S.J. A Doutrina Social Católica, número 7, Livraria Apostolado da Imprensa, Portugal, 1956;

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Documentos Pontíficos sobre questões Sociais. Departamento de Imprensa Nacional, Brasil, 1967;

CLEAVER, Harry. Leitura Política de O Capital, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981;

COGGIOLA, Osvaldo. Organizador. Manifesto Comunista, Boitempo, Editorial, São Paulo, 1998;

CORBISIER, Roland. Introdução à Filosofia. Tomo II, Civilização Brasileira, RJ, 1988;

COMTE, Augusto. Os Pensadores, Editora Abril, São Paulo, 1972;

CRETELA, Júnior. Novíssima História da Filosofia. Forense Universitária, RJ, 1989;

DEWEY, Jonh. Os Pensadores, Editora Abril, São Paulo, 1984;

DI PAOLO, Pasquali. Mediação Política e Integração Humana – Um estudo sociológico do Poder, GEU, Belém 1987;

FERNANDES, Florestan. Elementos de Sociologia Teórica. Companhia Editora Nacional, 1974;

FERREIRA, Paulo Roberto Martins. Luamim, um anjo urbano. Cejup, Belém, 1998.

FREIRE. Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Editora Record, Rio de Janeiro, 1999.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social, Cortez Editora, São Paulo, 1995;

HARNECKER, Marta. O Capital: conceitos fundamentais. Coleção Bases, nr.4. Global Editora, São Paulo, 1978;

- HILLMAN, Arthur, *Organização da Comunidade e Planejamento*, Agir, São Paulo, 1956;
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997;
- LIMA, Boris Alexis. *Contribuição à metodologia do Serviço Social*, Interlivros, Belo Horizonte, 1997;
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997;
- MARITAIN, Jacques. *Sete Lições sobre o Ser*. Edições Loyola, São Paulo, 1996;
- \_\_\_\_\_. *Princípios de uma política humanística*, Agir, São Paulo, 1946;
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Editora Moraes, São Paulo, 1985;
- \_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas, volume I. Livro 1. *O processo de produção do Capital*, Nova Cultural, São Paulo, 1988;
- MELO, José Marques de, (Coordenador). *Comunicação e Classes subalternas*, Cortez Editora, 1980;
- NETTO, José Paulo (tradução). *Serviço Social Crítico: Problemas e Perspectivas*, CELATS, 2<sup>a</sup> Edição, Cortez Editora, São Paulo, 1986;
- RELATÓRIO do Projeto Luamim, SEDUC/CVRD, Belém, 1993;
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*, Companhia das Letras, RJ, 1985;
- RUSCONI, Gian Enrico. In *Dicionário de Política*. Org. Norberto Bobbio, Vol. 1, Editora UnB, Brasília, 1994.
- TOURAINE, Alain, *Programa Roda Vida*, TV Cultura, 1997;
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*, Gráfica e Editora Universitária, Belém, 1970.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. Coleção *Perspectivas do Homem*, Vol. 99, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1987.
- PINSKY, Jaime. *Modo de Produção Feudal*. Global Editora, São Paulo, 1984.
- SIMONSEN, Mário Henrique. *Frenesi Liberalista*. In *Revista VEJA*, São Paulo, 20.05.92.
- JATENE, Simão Robson. *Crescimento e Pobreza*. In *Crianças no Pará: a exploração da pobreza*. Série *Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia*, Volume 4, UNAMAZ/UFPA, Belém, 1993.

Paulo Roberto Martins Ferreira

Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

OLIVEIRA, Juarez de. Constituição da República Federativa do Brasil. Série Legislação Brasileira, Editora Saraiva, São Paulo, 1988.



## **ANEXO I**

### **OBJETIVOS DO PROJETO LUAMIM**

- Sensibilizar os diversos setores da sociedade, através da linguagem artística e da comunicação sobre a realidade das crianças na Amazônia.
- Ofertar uma série de Oficinas de Comunicação e Produção Artística, procurando desenvolver atividades que estimulem os participantes a reflexão crítica sobre a situação da criança pobre no meio urbano.
- Estimular a participação de representantes de Centros Comunitários e Associações de Bairros, meninos e meninas de rua e educadores de rua nas oficinas.
- Oferecer aos participantes conhecimentos que promovam a abertura de novas perspectivas profissionais e melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho.
- Despertar talentos artísticos na música e no teatro; e profissionais, no vídeo, fotografia e serigrafia e informática.
- Divulgar e debater o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90.
- Estimular o intercâmbio entre os profissionais participantes, através da coleção e do compartilhamento das experiências teórico-práticas;
- Possibilitar a atualização da instrumentalização em relação à prática das atividades cotidianas vivenciadas;
- Coletar informações sobre infância e adolescência, quantitativas e qualitativas, nas áreas da saúde, educação, nutrição, moradia e cultura, assistência, violência praticada contra crianças e adolescentes e ações institucionais ou não implementadas por projetos ou programas destinados a esse segmento;
- Democratizar o acesso à informação sobre a pesquisa na área da infância e adolescência, através da disponibilização dos dados, através da criação de uma homepage na internet.

## ANEXO II

### METAS DO PROJETO LUAMIM DENTRO DA PERSPECTIVA DA PESQUISA-AÇÃO (THIOLLENT)

#### A CURTO PRAZO

- Construir a sede do projeto ( que pode ser móvel, em forma de **trailer**, e/ou em estilo atelier/oca (inspirado na arquitetura popular: cabocla/indígena) , com espaços conversíveis/deslocáveis em forma de minigaragens, que agregue obras de arte/materiais de produção e das oficinas/cursos (para itinerância) ou imóvel (construção de uma sede fixa com características semelhantes).
- Desenvolver cada oficina/curso em Setores de Produção (desenvolver a concepção de geração de renda )
- Criar uma Associação Cultural com a noção de produção de Serviços Sociais Luamim, para o amplo desenvolvimento do projeto. Definir forma e personalidade jurídica)
- Obter a estrutura de **Cabanas Itinerantes**, desmontáveis, para facilitar a organização, a itinerância da Exposição e a realização das oficinas nos bairros, ao ar livre, em zonas urbanas, praças públicas.
- Fortalecer a “Exposição Itinerante” como **exposição permanente**, com obras de escultura e fotografia e ampliação de outras categorias artísticas, relacionadas à temática das crianças que vivem nas ruas.
- Transformar cada Oficina em Curso de Capacitação, com duração de 3 meses. carga horária de 96 horas, destinados ao aprofundamento e contínua atualização de conhecimentos, bem como à formação de agentes multiplicadores, instrutores e profissionais da área da produção artística e da comunicação populares e da assistência social.
- Estimular a criação de Grupos de Produção de Arte e Comunicação nas comunidades atendidas pelo projeto.

#### A LONGO PRAZO:

- Criar e patentear produtos com a marca luamim, inicialmente direcionados à clientela de crianças e adolescentes, resultado de testes/criações de objetos/produtos de variadas frentes de produção : confecção (roupas,

brinquedos, objetos artesanato, reciclados, assessórios, peças utilitárias (cerâmica, acrílico, resina), CDs, Vídeos didáticos, livros, espetáculos teatrais e musicais, cartilhas, revista de histórias infanto juvenis, filme, clips, etc),

- Produzir o filme “**Luamim: A criança da Amazônia**” , de 16mm, adaptação do livro.
- Criar uma **base de dados** informativos sobre a infância e adolescência na Amazônia, para subsidiar pesquisadores, professores e alunos da graduação, da pós-graduação das áreas acima citadas; professores e alunos das redes federal, municipal, estadual de ensino e pesquisa, bem como profissionais da área da comunicação, da arte-educação e da assistência social, bem como lideranças comunitárias e ONGs e demais membros da sociedade civil, interessados na problemática da infância e da adolescência.
- Instituir o CRIA-Centro Referencial sobre Infância e Adolescência na Amazônia, um sistema de cooperação regional de profissionais de Serviço Social, da Comunicação, Arte-Educação e áreas afins, bem como de Organizações Governamentais e Não Governamentais, visando a incorporação de material informativo referencial, quantitativo e qualitativo, sobre a infância e adolescência na região Amazônica.
- Formar um **sistema de informação** sobre a infância e adolescência na Amazônia, organizado em rede informatizada, abrangendo todos os bairros de Belém, visando a contínua atualização de dados sobre o tema, através do acesso democrático à informação, visando a obtenção e disseminação da informação, o intercâmbio e a comunicação entre os profissionais participantes da rede.

## ANEXO III

### O CRIA-CENTRO REFERENCIAL DE INFORMAÇÃO – APRESENTAÇÃO, OBJETIVOS E DESENVOLVIMENTO <sup>40</sup>

#### A-APRESENTAÇÃO

O sistema de Informação sobre a Infância e a Adolescência será organizado de modo que o **processo de coleta** de informações seja realizado de forma descentralizada, facilitando uma maior abrangência quantitativa dos profissionais **colaboradores** (filiados), permitindo facilitação nos contatos locais, que destinarão posteriormente este material para **tratamento da informação e padronização dos dados**.

Quanto ao **processamento dos dados** e a **geração de produtos e serviços**, serão organizados de forma centralizada, no Centro Referencial de Informação sobre Infância e Adolescência-**CRIA**, facilitando um maior controle de qualidade do processamento das informações e o gerenciamento mais eficiente de todo o sistema.

#### B-OBJETIVOS:

Os objetivos do **CRIA**, serão subdivididos em três áreas, a saber: Prevenção, Atendimento (área Técnica) e Pesquisa. Os objetivos gerais do **CRIA**, referidos às áreas definidas acima são:

1-Possibilitar o contínuo aprimoramento técnico dos profissionais, através do acesso democrático à informação disponibilizadas na **rede**, obtidas a partir da experiência de atendimento de colegas da área.

---

<sup>40</sup> Este projeto foi elaborado seguindo o esquema Biolchini (1998: 148), a partir da experiência na disciplina “Redes e Sistemas de Informação”, ministrada pela profesora, doutora Lena Vania Ribeiro Pinheiro, no Mestrado Interinstitucional em Ciências da Informação (convênio UFPA-UFRJ), cujo resultado subsidiou a discussão sobre redes de informação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Sistema de Informação sobre a Criança e o Adolescente, no projeto “Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente em Belém”, gerenciado pelo COMDAC-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em convênio com o BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a partir do ano 2000

2-Fomentar o intercâmbio entre profissionais, atualização e sua instrumentalização, frente aos problemas práticos reais enfrentados.

3-Fornecer acervo de material didático utilizável em aulas, cursos, palestras e variadas atividades educativas.

4-Viabilizar uma estrutura de **base de dados** padronizada, para coleta dessas informações.

5-Organizar um sistema de produção de conhecimentos na área da pesquisa, através da reunião de material informativo de boa qualidade e interesse para a comunidade, através do **compartilhamento** de dados e de recursos. Os objetivos específicos para as duas áreas definidas são:

- 1.1- Aumentar o intercâmbio técnico entre os profissionais, através da coleção e do compartilhamento de experiências extraídas da prática diária.
- 1.2- Atualização da instrumentalização do assistente social e demais profissionais em relação aos problemas práticos reais da atividade cotidiana, através do acesso a outros procedimentos, abordagens e resultados de atendimento experimentados por outros colegas da área.
- 1.3- Facilitar para o pesquisador, o trabalho de **recuperação** de casos-exemplos de atendimento e experiências (material informativo), através do acesso à coleção de material útil para aulas e cursos sobre a criança e o adolescente em suas mais variadas dimensões;
- 1.4- Facilitar a **aprendizagem** do uso de informação estruturada, de acordo com os padrões estabelecidos, através do desenvolvimento e aprimoramento constante de uma estrutura de **base de dados**, a qual permite representar a totalidade das informações necessárias ao conjunto das diferentes abordagens e experiências teórico-práticas com a Infância e a Adolescência na Amazônia;
- 1.5- Contribuir para o aprimoramento da avaliação do processo de aprendizagem através de **cursos** que objetivarão a **formação** de profissionais capacitados para relacionarem-se com os resultados obtidos na utilização dos

**instrumentos de coleta** ( captura da informação em rede ou pesquisa fora da rede) e **análise dos dados**.

1.6- fomentar a realização de pesquisa na área da Infância e da Adolescência.

### **C) FILIAÇÃO À REDE**

Como decorrência de uma filosofia descentralizada abrangente e compartilhada, o CRIA possuirá em seu corpo de colaboradores:

**1-Membros Institucionais:** organizações governamentais e não governamentais de atendimentos, prevenção e pesquisa na área da Criança, em diferentes níveis de alcance e representação geográficos, distribuídos nas **Unidades de Referência**.

**2-Membros Individuais:** a) profissionais da área da Assistência Social filiados a instituições ligadas à rede. b) profissionais de outras áreas com interesse em pesquisa na área da Criança.

### **D-OPERACIONALIZAÇÃO**

O sistema será composto do seguinte conjunto de unidades operacionais:

**1-Unidades de Referência de Informação–URIs** - responsáveis pela seleção e coleta de informações de forma descentralizada, relacionando-se diretamente com o Centro de Referência (CRIA). Recepciona o material informativo de sua área de abrangência, seguindo o primeiro controle de qualidade do material. As Unidades de Referência serão, a princípio, 08 (oito), relacionadas aos Distritos Administrativos de Belém e 03 (três) relacionadas aos outros municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, quais sejam Ananindeua, Marituba e Benevides, perfazendo um total de 11 URIs.

**2-Unidade de Processamento de Dados –UPDAs** - Ligada intimamente ao CRIA, as Unidades de Processamento de Dados será responsável por todas as operações de comunicação e transferência dos dados e seu processamento em todos os níveis. É o sub-sistema que responde pelo **armazenamento** no sistema central de memória dos dados coletados pelas URIs, e, posteriormente por sua transferência para a Unidade de Serviços e Produtos do **CRIA**, Respondendo pelos procedimentos operacionais de

processamento dos dados em todas as etapas do processo, desde à coleta até a **disponibilização** de informação aos usuários. É a Unidade responsável pelos dispositivos de segurança e de garantia de integridade dos dados e do próprio funcionamento do sistema.

**3-Unidade de Serviços e Produtos – USEPs** - responsável pela confecção e aprimoramento de todos serviços e produtos disponibilizados pelo sistema aos seus usuários. Caracteriza-se pelo monitoramento dos usos realizados dos serviços e produtos, através de análise e estudos de frequência, citação, usos e demandas, áreas de pesquisa e utilização do material disponibilizado e de seus veículos informacionais, criação de catálogos de serviços e produtos, manuais específicos como manuais de análise uso, etc. É necessário também aqui a criação de instrumentos voltados para a segurança do sistema em relação ao controle do acesso de usuários e não usuários.

**4-Unidade de Divulgação – UDIs** - Responsável pelas diferentes formas de divulgação do sistema e de serviços e, junto às diversas populações interessadas na questão da Infância e da Adolescência, pela divulgação do sistema junto às comunidades de profissionais, pesquisadores de áreas afins e ainda junto à população, confeccionando material de divulgação do sistema.

## **ANEXO IV**

### **MODELO DE FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**

**Universidade Federal do Pará**  
**Centro Sócio-Econômico**  
**Curso de Mestrado em Serviço Social**  
**PROJETO LUAMIM**  
**ENTREVISTA**

#### **I - IDENTIFICAÇÃO**

Nome:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Fone:

1. Sexo: 1( ) Masculino 2( ) Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Faixa Etária: 1( )De 10 a 14 anos 2( )De 15 a 19 anos 3( )De 20 a 24 anos 4( )De 25 a 29 anos 5( )De 30 a 34 anos 6( )De 35 a 39 anos 7( )Acima de 39 anos

4. Estado Civil: 1( )Solteiro 2( )Casado 3( )Divorciado/Desquitado 4( )Amigado 5( )Viúvo

6( )Outras situações especificar: \_\_\_\_\_.

5. Grau de instrução: 1( )Analfabeto(a) 2( )1º grau incompleto

3( )1º grau completo 4( )2º grau incompleto 5( )2º grau completo 6( )3º grau incompleto 7( )3º grau completo 8( )pós graduado.

#### **II-SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA**

6-Qual é a sua ocupação?

1( ) Estudante 2( )Desempregado 3( )Dona de casa 4( )Empresário  
5( )Autônomo 6( )Trabalhador informal (biqueiro) 7( )Funcionário Público  
8( )Trabalhador em empresa privada c/ carteira assinada 9( )Trabalhador em empresa



privada s/ carteira assinada 10( ) Profissional Liberal 11( ) Outras situações  
Especificar: \_\_\_\_\_

7-(Só p/ quem trabalha) Você está satisfeito com o tipo de trabalho que realiza?

1( ) Sim 2( ) Não

8-(Caso o entrevistado(a) trabalhe) Quanto você ganha em média por mês? \_\_\_\_\_

9-Quantas pessoas moram com você? ( )

9.1 Você ajuda no sustento da família? 1( ) Sim 2( ) Não

10-(Caso sim na P.9.1) Com que parcela do seu ganho você costuma contribuir em casa?

1( ) Com nada 2( ) até 10% 3( ) de 11% a 20% 4( ) de 21% a 30% 5( ) de 31% a 50% 6( ) de 51% a 70% 7( ) de 71% a 90% 8( ) acima de 91% ou com tudo o que recebe

11-Na sua casa, quantas pessoas trabalham? \_\_\_\_\_

12-Qual a renda média mensal de sua família? (Caso o (a) entrevistado(a) não tenha referência, peça p/ que ele(a) se recorde dos ganhos do mês anterior à pesquisa)

R\$ \_\_\_\_\_

13-Antes de morar aqui na área da liberdade, em qual bairro/Cidade sua família morava? \_\_\_\_\_

14-Em que ano a sua família chegou nesta área? \_\_\_\_\_

#### *Quadro de classificação sócio – econômica*

A – Você tem em casa...

QUANTIDADE	ñt	1	2	3	4	5	6+
Televisão	0	2	3	4	5	5	5
Vídeo cassete	0	2	2	2	2	2	2
Rádio	0	1	2	3	4	4	4
Banheiro	0	2	3	4	4	4	4
Automóvel	0	2	4	5	5	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1	1	1

B – Você tem freezer em sua casa? E geladeira duplex? E geladeira?

Não possui	0
Possui só geladeira sem freezer	2
Possui geladeira duplex ou freezer	3

C - Qual a escolaridade do chefe da sua família?

Analfabeto / Primário incompleto	0
Primário completo / Ginásio incompleto	1
Ginásio completo / Colegial incompleto	2
Colegial completo / Superior incompleto	3
Superior completo	5

**Atenção pesquisador(a): Some as pontuações de A, B e C e classifique nos códigos abaixo**

1( )A1 30 a 34 ou + 2( )A2 25 a 29 3( )B1 21 a 24 4( )B2 17 a 20 5( )C 11 a 16  
6( )D 6 a 10 7( )E 0 a 5.

### III - PERFIL EDUCACIONAL

15-Você estuda? 1( )Sim 2( )Não

16- (Caso sim na P.15, se não pule p/ P.18) Qual o nome da Escola?

17-(Para sim na P.15) Em que série você está? \_\_\_\_ série \_\_\_\_ grau.

17.1-(Caso **sim** na P.15) Como você avalia o ensino da sua escola?

---

17.2-(Caso **sim** na P.15)Você acha que a sua escola oferece recursos didáticos suficientes p/ proporcionar uma boa educação? 1( )Sim 2( )não

17.3- (Caso **não** na P.17.2) Quais os principais recursos que a sua escola deveria ter?

---

18-(Caso **não** estude na P.15) Você parou de estudar em qual série?

\_\_\_\_série \_\_\_\_grau.

18.1-(Caso **não** na P.15)Como você avalia a escola na qual você estudava?

19-(Caso **não** na P.15) Porquê você não está estudando? -

---

20-(Só p/ **não** na P. 15) Você gostaria de voltar a estudar?

1( )Sim 2( )Não

21-(**Para quem nunca estudou**) Você gostaria de estudar? 1( )Sim 2( )Não

22-(Para quem respondeu **sim** na P.20 ou P.21) Por que você não volta/não começa a estudar? \_\_\_\_\_

---

23-Você gostaria de se formar em quê?

---

#### IV – INFRA ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

24-Qual a principal opção de lazer existente aqui no seu bairro?

(R.U.)

---

25-Você pratica algum esporte aqui no seu bairro? 1( )Sim 2( )Não

26-(Se sim na P.25) Qual é o esporte que você mais pratica?(R.U.) \_\_\_\_\_

27-O seu bairro oferece infra-estrutura de lazer? 1( )Sim 2( )Não

28-(Se sim na P.27) Quais? \_\_\_\_\_

29-Você gostaria de ter outras opções de lazer? 1( )Sim 2( )Não

30-(Se sim na P. 29) Quais? (Peça p/ o(a) entrevistado(a) Citar por ordem de importância, no máx. 3)1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

3ª \_\_\_\_\_

#### V – COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

31-E quando eu falo em comunicação, qual é a 1ª palavra que lhe vem à mente?32-Dentre estes meios de comunicação (mostre o cartão) que estão neste cartão, quais são aqueles que você conhece ?

1( )Televisão 2( )Jornal escrito 3( )Revista 4( )Out-door (cartazes) 5( )Rádio 6( )Fanzine 7( )T.V. comunitária 8( )Rádio comunitária

---

33-Dentre estes meios de comunicação que estão neste cartão, me diga por ordem importância quais são aqueles que você prefere?

1( )Televisão/Video 2( )Jornal escrito...3( )Revista 4( )Out-door (cartazes)

5( )Rádio 6( )Fanzine 7( )T.V. comunitária 8( )Rádio comunitária

34-Você lê jornais? 1( )Sim 2( )Não

35-(Se sim na P.34 )Com que frequência?

1( )Diariamente 2( )Semanalmente 3( )Quinzenalmente 4( )Mensalmente

5( )Raramente 6( )Nunca

36-Você possui aparelho de televisão? 1( )Sim 2( )Não

37-Quanto tempo você passa em média por dia, assistindo televisão?

1( )Até 1 hora 2( )Entre 1 e 2 horas 3( )Entre 2 e 3 horas 4( )Entre 3 e 4 horas

5( )Entre 4 e 5 horas 6( )Entre 5 e 6 horas 7( )Entre 6 e 7 horas 8( )Entre 7 e 8 horas 9( )Entre 8 e 9 horas 10( )Entre 9 e 10 horas 11( )Acima de 10 horas

38-Diga-me qual o seu 1º e 2º programas de T.V. prediletos, informando também qual a emissora dos mesmos .

39-E no rádio, quais são os seus dois programas preferidos? Informe também a emissora onde passam esses programas.

## VI – ARTE E CULTURA

40-Quando eu falo em arte, qual é a 1ª palavra que lhe vem à mente

41-Dentre estes tipos de arte que estão neste cartão (mostre o cartão), quais são aquelas que você conhece:

1( )Música 2( )Teatro...3( )Cinema 4( )Literatura/Livros 5( )Quadrinhos

6( )Pintura 7( )Grafite 8( )Dança 9( )Folclore regional 10( )Fotografia 11(

)Escultura 12( )Televisão

42-Dentre estes tipos de arte que estão neste cartão, me diga por ordem importância quais são aquelas que você prefere? (Anote até a 3ª menção)

1( )Música 2( )Teatro...3( )Cinema 4( )Literatura/Livros 5( )Quadrinhos

6( )Pintura 7( )Grafite 8( )Dança 9( )Folclore regional 10( )Fotografia

11( )Escultura 12( )Televisão

43-Você costuma ler livros? 1( )Sim 2( )Não

44- (Se sim na P.43 ) Diga os dois tipos de livros que você mais gosta de ler e se possível os autores?

45-Você conhece alguma biblioteca na sua comunidade? 1( )sim 2( )não

46-Você já foi à biblioteca da Universidade 1( )Sim 2( )Não

47-(Se não foi) Porque você não foi? \_\_\_\_\_

48-De quanto em quanto tempo, você assiste à shows musicais?

1( ) Semanalmente 2( ) Quinzenalmente 3( ) Mensalmente 4( ) A cada 2 meses 5( ) A cada 3 meses 6( ) A cada 6 meses 7( ) Uma vez p/ ano 8( ) A cada 2 anos 9( ) Raramente 10( ) Nunca

49-Quais os dois shows que você mais gostou? 50-E espetáculos teatrais, com que frequência você assiste?

1( ) Semanalmente 2( ) Quinzenalmente 3( ) Mensalmente 4( ) A cada 2 meses 5( ) A cada 3 meses 6( ) A cada 6 meses 7( ) Uma vez p/ ano 8( ) A cada 2 anos 9( ) Raramente 10( ) Nunca

50-E espetáculos teatrais, com que frequência você assiste?

1( ) Semanalmente 2( ) Quinzenalmente 3( ) Mensalmente 4( ) A cada 2 meses 5( ) A cada 3 meses 6( ) A cada 6 meses 7( ) Uma vez p/ ano 8( ) A cada 2 anos 9( ) Raramente 10( ) Nunca

51-Quais os dois espetáculos que você mais gostou? \_\_\_\_\_

52-Você já foi a alguma exposição de arte? 1( ) Sim 2( ) Não

53-Você conhece algum artista aqui do seu bairro? 1( ) Sim 2( ) Não

54-(Se sim, na P.53)O que ele(a) faz?

55-Você pratica alguma atividade artística? 1( ) Sim 2( ) Não

56-(Se sim na P.55) Qual/Quais? \_\_\_\_\_

57-(Se não na P.55) Você tem alguma vocação para a arte? 1( ) Sim 2( ) Não

58-(Se sim na P.57) Por qual/quais tipo? \_\_\_\_\_

59-(Se sim na P.57) Para você seria importante obter esse tipo de conhecimento? 1( ) Sim 2( ) Não

60-(Se sim na P.59) Porque?

61-Para quê você usaria esse conhecimento?

#### VII – INSTRUMENTALIDADE

62-Como você se informa sobre os assuntos da sua comunidade/bairro? (Leia até a interrogação) 1( ) Através de rádio comunitária, 2( ) Por jornal comunitário, 3( ) Panfletos, 4( ) Através de amigos e parentes, 5( ) ou de alguma outra maneira? (especifique):

63-Eu vou citar uma série de instrumentos de comunicação e de arte e gostaria de saber se você já teve contato direto com algum deles.

OBS-**ATENÇÃO** Para cada item desconhecido, pergunte ao entrevistado(a) se ele(a) gostaria de aprender?

---

ÍTEMS	P.63		P.64	
	Sim	Não	Sim	Não
Máquina de fotografar				
Filmadora				
Video				
Instrumentos musicais				
Montagem de peças teatrais				
Montagens de shows musicais				
Rádio comunitária				
T.V. Comunitária				
Pintura de quadros				
Pintura de tecidos				
Cerâmica				
Jornalzinho comunitário ou de escola				
Esculturas				
Publicação de livros				
Elaboração de poesias				
História em quadrinhos				
Grafite em muros				
Locução em rádios de fio / "bocas de lata"				

64- Estes conhecimentos seriam importantes para você? sim ( ) não ( )

66-(Se sim na P.64)Para quê você usaria estes conhecimentos?

---

Paulo Roberto Martins Ferreira  
Luamim: peças interventivas na realidade. Belém: UFPA/Curso de Mestrado em Serviço Social. Dissertação. 2000.

Projeto Luamim – Paulo Martins - Av. Pres. Vargas, 640, Aptº. 206 – CEP 66017-000

Fone: 091xx2241913 – email: [luamim@amazon.com.br](mailto:luamim@amazon.com.br).

Homepage: [www.amazon.com.br/luamim](http://www.amazon.com.br/luamim)

Belém-Pará